

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

HOMO/BISSEXUAIS BUSCANDO REFÚGIO NO CANADÁ
Análise de credibilidade em solicitações de refúgio por indivíduos LGB no Canadá.

LUÍS CLÁUDIO AZEVEDO DOS REIS

Rio de Janeiro

2018/2

LUÍS CLÁUDIO AZEVEDO DOS REIS

HOMO/BISSEXUAIS BUSCANDO REFÚGIO NO CANADÁ

Análise de credibilidade em solicitações de refúgio por indivíduos LGB no Canadá.

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Prof^a. Ms^a. Natália Cintra de Oliveira Tavares.

Rio de Janeiro

2018/2

CIP - Catalogação na Publicação

A375h Azevedo dos Reis, Luís Cláudio
 Homo/bissexuais buscando refúgio no Canadá:
 Análise de credibilidade em solicitações de refúgio
 por indivíduos LGB no Canadá / Luís Cláudio Azevedo
 dos Reis. -- Rio de Janeiro, 2018.
 108 f.

 Orientador: Natália Cintra de Oliveira Tavares.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

 1. Direito Internacional Público. 2. Refúgio. 3.
 Orientação Sexual. 4. Canadá. 5. Análise de
 Credibilidade. I. Cintra de Oliveira Tavares,
 Natália, orient. II. Título.

LUÍS CLÁUDIO AZEVEDO DOS REIS

HOMO/BISSEXUAIS BUSCANDO REFÚGIO NO CANADÁ

Análise da avaliação de credibilidade em solicitações de refúgio por indivíduos LGB no Canadá.

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Prof^a. Ms^a. Natália Cintra de Oliveira Tavares.

Data da Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof^a. Ms^a. Natália Cintra de Oliveira Tavares (Orientadora)
Professora Assistente Substituta de Direito Internacional da UFRJ
Doutoranda em Direito da PUC-Rio

Vanessa Oliveira Batista Berner
Prof^a. Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Direito.

Flávia Rodrigues de Castro
Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

Rio de Janeiro

2018/2

A todos os meus, que já tiveram que esconder quem são, que já tiveram que soltar a mão de alguém, que já sofreram pelas mãos da própria família, e a todos que, mesmo sentindo todo esse medo, atreveram-se a fugir.

E à Natália Cintra, que, como minha orientadora, me mostrou a luz do caminho certo.

AGRADECIMENTOS

Seria muita pretensão da minha parte acreditar que, em tão curto espaço e tempo, conseguiria agradecer a todas as pessoas que durante todo esse processo foram tão essenciais para mim. No máximo, posso recolher minhas bênçãos, minha humildade, e tentar expressar com palavras o quanto sou grato a todos que, de alguma maneira, interferiram no meu modo de pensar, ou simplesmente estiveram lá por mim, para mim, e comigo. Vocês não sabem o quanto significou só estarem ali.

Agradeço, antes de mais nada, à minha família, que esteve em pé ao meu lado, mesmo que eu não tenha respondido muitas das perguntas que tenham feito, por acreditar não ter tempo de virar a minha atenção à eles e responder. Obrigado, mãe, por toda a sua preocupação, sua atenção, e por todo o seu amor, que é meu amor. Eu te amo. Obrigado, meus pais e irmãos, Liege Azevedo, Claudio Reis, Livia Moreira, Leonan Reis e Carlos Alberto. Sem eles, não haveria vida. Sem a força deles, sem o apoio e o colo nos dias difíceis não haveria dias felizes. Agradeço também ao Caio Moreira, que fez luz na minha vida só por existir, e fizeram os últimos meses imensamente mais felizes. Seu sorriso me faz sorrir, e sua presença me faz ser eternamente grato por estar vivo, para te segurar no meu colo.

Agradeço à Deus, que me observou sair dos trilhos mais de uma vez, mas que com sua imensa sabedoria e paciência também me observou pensando no que eu estava fazendo e se era mesmo o certo. Que me deu forças para continuar, e que me fez entender que eu faço meu caminho, que eu me moldo à maneira com que me sinto melhor, e me ensinou a buscar a paz, acima de tudo. Desculpas por todo o incômodo, espero que continue me amando do mesmo jeito que antes. Eu sei que eu amo.

Aos meus colegas de curso, a todos eles, aos que me conectei tanto e que criei laços afetivos que continuaram fora dos portões da faculdade. Em especial, agradeço à Andressa Labrujó, Caroline Navarro, Carlos Nogueira, Fernando Cavalcante, Gabriela Gonzaga, Maike Fialho, Melissa Oliveira, e Raiza Carneiro. Obrigado por todo o tempo em que ouviram, por todos os conselhos e por todas as lágrimas secadas. Não sei o que seria de mim sem vocês.

Agradeço à Renata de Barros, minha chefe no estágio, que teve toda a paciência do mundo ao me ver chegando com olheiras que beiravam meu queixo no trabalho, soube de toda

a dificuldade que permeou esse trabalho de conclusão, e mesmo assim não deixou de confiar em mim, em momento algum, e nem cessou o suporte, que me deu por todo o caminho. Ao Bruno Navega, que me permitiu estar lá, e ao Rafael Cotta, que foi a primeira pessoa a confiar em mim para estagiar. À Bruna Viegas, que sempre foi incrível comigo, e sempre me deu força, seja no trabalho ou na vida acadêmica. À Isabella Reis, Matheus Cruz e Natália Paixão, meus amores, e que fizeram dos dias mais difíceis, menos tortuosos, trazendo alegria e graça. Vocês sabem o quanto são importantes para mim.

Agradeço à Faculdade Nacional de Direito – FND, por todos os momentos que me foram proporcionados, e por todo o conhecimento adquirido. A todos os professores com quem tive a honra de cursar as disciplinas ministradas, e a todos àqueles que, mesmo que não tenha cursado suas disciplinas, me ajudaram com toda a sua dedicação, esforço e genialidade. Ao Ivan Garcia, por ser meu mentor, pela paciência, e pela sabedoria. O Sr. é um modelo que eu me esforcei a seguir.

À Natália Cintra, minha orientadora, que mesmo sem sequer me conhecer, aceitou essa tarefa de braços abertos, e muita luz para iluminar esse caminho, que não foi fácil. Por todas as conversas que tivemos, por todos os puxões de orelha, pelo incentivo, e pelo amor ao instituto do refúgio. Obrigado por me passar essa paixão, que eu aceito como minha.

À Yasmin Raposo, uma das grandes luzes na minha vida, um dos meus grandes amores. Uma companheira pro resto da vida, que só sabe me trazer paz e sabedoria. Que soube lidar com todas as minhas falhas, e soube reconhecer todas as minhas virtudes. Eu te amo. Por favor, continue me acompanhando nessa jornada tão incrível e tão sem sentido que só a gente sabe. Continue sendo totalmente sensível. Não é um defeito. E aproveite seu talento.

Agradeço aos meus amigos de longa data: Lucas Chahoud, Matheus Dantas, Paula Pereira Leite, Patrick Sobral, Pedro Henrique Regis, Renan Granado, que estiveram presentes desde o início dessa caminhada estranhíssima que foi a graduação. Que souberam lidar com todas as minhas ausências, sem deixar o amor perecer.

Ao Guilherme Motta, meu amor, meu companheiro. Obrigado por ser você, do meu lado, e por me deixar ser eu, do seu. Obrigado pela paciência durante todas as crises, pela preocupação tão grande quanto a minha; por não alimentar meus medos, e sim por tentar afastá-

los. Por não soltar a minha mão, nunca, em público ou em privado. Obrigado por todos os beijos e abraços, que tem sido os melhores que eu já tive. Nem em meus sonhos mais ousados eu imaginei que fosse sentir o que sinto por você, quiçá me atrever a imaginar que você fosse me amar de volta. Eu te amo.

Agradeço à minha avó, Libania Silva, que faleceu no curso da graduação, mas que viveu tempo o suficiente para me despertar três sentimentos colossais: o amor pela família, a segurança que só a família sabe trazer, e a dor da perda. Sinto sua falta. Todos os dias. E te amo. Continue olhando por mim de onde quer que esteja, que eu sigo orando por você de onde estiver.

Agradeço, por fim, à mim. Por não me deixar desistir, por me permitir ousar e imaginar um outro lado, um futuro mais feliz não só para mim, e por não me deixar tornar mais um. Por querer fazer a diferença, mesmo que não haja reconhecimento ou retorno financeiro massivo, porque a verdadeira diferença não está aí, mas nas singularidades, na paixão, e na mudança que cada um de nós pode realizar.

“De onde eu venho, é fome e medo de ficar na mesma. Não caber na própria casa, sai pro mundo, e não cabe no mundo. Não cabe em verso cada tapa, momentos, fraqueza. Muitos anos de revolta desse jogo sujo”.

(Quebrada Queer)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise do processo de solicitação do reconhecimento do status de refugiado no Canadá, com ênfase em solicitantes de refúgio com fundado temor de perseguição devido à sua orientação sexual, enquanto indivíduos parte da comunidade LGB (lésbicas, gays e bissexuais). Nesse contexto, o instituto do refúgio será contextualizado historicamente, até o momento em que se passou a enquadrar os indivíduos perseguidos por sua orientação sexual como possíveis refugiados, trazendo inclusive a regulamentação dessa possibilidade, com doutrina, diretrizes e legislações. Diante disso, passa-se a analisar o Canadá enquanto modelo a ser adotado de Estado protetor de direitos humanos e acolhedor de refugiados, incluindo os refugiados LGB. Em paralelo, apresenta o procedimento de solicitação de refúgio no Canadá, com foco na análise de credibilidade. Nesse cenário insere-se a presente pesquisa, que busca analisar como é impactada a determinação da condição de Refugiado pela análise de credibilidade. A hipótese trabalhada é que nas decisões da determinação da condição de refugiados no Canadá, os critérios para julgamento de credibilidade, por ter caráter intrinsecamente subjetivo, são utilizados de maneira incorreta, desservindo à determinação da condição de refugiado. A pesquisa terá natureza bibliográfica, com base em documentação jurídica, estatística e legislativa, que tenha como objeto a proteção internacional de minorias sexuais e refugiados.

Palavras-Chave: Solicitação; Refúgio; Orientação Sexual; Canadá; Credibilidade.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the status determination procedures in Canada, with emphasis on refugee applicants with a strong fear of persecution because of their sexual orientation, as individuals from the LGB community (lesbian, gay, and bisexual). In this context, the asylum will be contextualized historically, until the moment when the individuals persecuted due to their sexual orientation were recognized as possible refugees, including the regulation of this possibility, with doctrine, guidelines and legislation. In light of this, Canada will be analyzed as a role model to be adopted as a refugee and human rights protector state, including LGB refugees. In parallel, it presents the procedure of requesting asylum in Canada, focusing on the credibility assessment. In this scenario the present research is inserted, which seeks to analyze how the determination of the refugee condition by the credibility assessment is impacted. The hypothesis worked out is that in decisions to determine refugee status in Canada, the criteria for judging credibility, because of their intrinsically subjective nature, are used incorrectly, impairing the determination of refugee status. The research will have bibliographic nature, based on legal, statistical and legislative documentation, whose object is the international protection of sexual minorities and refugees.

Keywords: Refugee; Sexual Orientation; Canada; Credibility; Convincing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INSTITUTO DO REFÚGIO SOB UMA PERSPECTIVA DE PERSEGUIÇÃO BASEADA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	19
1.1. Contextualização Histórica e Conceituação do Instituto do Refúgio	20
1.2. O Instituto do Refúgio sob uma perspectiva da perseguição aos indivíduos LGB	33
1.3. Estado das violações e perseguições aos indivíduos LGB no mundo	38
1.4. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados dentro de um contexto dos indivíduos LGB.....	40
2. O CANADÁ ENQUANTO REFÚGIO-MODELO	46
2.1. O Canadá enquanto refúgio-destino para indivíduos LGB e suas legislações	46
2.2. Procedimento de solicitação de refúgio no Canadá.....	52
2.2.1. Início do procedimento de solicitação de refúgio.....	52
2.2.2. A audiência.....	54
2.2.3. Decisão.....	56
2.2.4. Apelação da decisão	58
2.3. Análise de credibilidade enquanto busca pela verdade	60
3. SINGULARIDADES DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO LGB NO CANADÁ	66
3.1. Construção de uma narrativa LGB e ônus da prova	67
3.2. Evidências: exposição da orientação sexual e afiliação à comunidade LGB	69
3.2. Homonacionalismo canadense e suas implicações na solicitação de refúgio.....	71
3.3. Particularidades da audiência concernentes aos indivíduos LGB	73
3.4. Diretriz do Presidente nº 9: procedimentos do IRB envolvendo orientação sexual, e suas principais implicações no sistema de análise de credibilidade.....	79
3.5. Casos concretos.....	84
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXO I.....	104
ANEXO II	117

INTRODUÇÃO

A pesquisa em curso pretende analisar a avaliação da credibilidade como critério essencial do procedimento de determinação da condição de refugiado do indivíduo solicitante de refúgio, os quais sofrem de fundado temor de perseguição, com ênfase em solicitantes que se enquadram no grupo LGB (Lésbicas, Gays e Bissexuais) e, com base nisso, analisar de que forma o Canadá vem se posicionando quanto à avaliação da credibilidade no procedimento.

O estudo acerca da situação social e jurídica dos refugiados, e dos solicitantes de refúgio, os seres humanos que buscam proteção em outra nação, em razão de fundado temor de perseguição, por variados motivos, é um assunto demasiadamente atual, e de grande interesse internacional.

O presente estudo acerca do procedimento de determinação da condição de refugiado encontra delimitação de conteúdo, com enfoque na análise da avaliação de credibilidade como critério do procedimento de determinação da condição de refugiado, em casos de solicitação de refúgio por indivíduos LGB.

Passa ainda por uma delimitação espacial, abrangendo o Canadá, bem como suas instâncias, tanto de decisões de solicitações de refúgio, sendo a Divisão de Proteção de Refugiados, e de apelações, a Divisão de Apelações de Refugiados. A delimitação temporal esbarra no marco da interpretação do conceito de refugiado da Convenção de 1951 como embarcando também indivíduos que sofrem fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual, com o estabelecimento das Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 09, e as Diretrizes do Presidente nº 9, publicadas pelo Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá, que entraram em vigência em 01 de maio de 2017.

A hipótese trazida na presente pesquisa é de que, nas decisões da determinação da condição de refugiados no Canadá, os critérios para julgamento de credibilidade, por ter caráter intrinsecamente subjetivo, são utilizados de maneira incorreta, e que a desproporcionalidade da ênfase na credibilidade e o ônus do solicitante LGB de produzir evidências extremamente pessoais para comprovar sua identidade LGB prejudicam a determinação da condição de

refugiado, levando em consideração casos em que essas evidências sequer existiam, visto que são indivíduos de países onde não podiam expressar sua sexualidade de maneira aberta, caso contrário estariam sujeitos a penalidades sociais, chegando até mesmo à pena de morte.

Dessa maneira, tendo suprimido a sua própria sexualidade, ou, por conta da expressão da mesma, tendo sofrido diversas formas de violações de direitos fundamentais ao longo da vida, seja em forma de discriminação social, agressões físicas, penalidades impostas pelo Estado, não é difícil de se imaginar que seja extremamente difícil reviver todas as situações as quais foram expostos, frente à um entrevistador que está ali prioritariamente buscando uma divergência ou contradição no seu relato.

Tal hipótese é formulada tendo como base principal a análise preliminar doutrinária e de decisões de solicitações de refúgio por indivíduos que sofrem de fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual como LGB. Essa análise apresentou decisões negadas tão somente baseadas na avaliação da credibilidade do depoimento do solicitante, bem como decisões afastadas, com base em erros na análise de credibilidade, por estarem baseadas somente em especulações sobre a credibilidade, ou falta de, do solicitante

Argui-se que o processo é baseado quase exclusivamente sobre a análise de credibilidade dos solicitantes, em outras palavras, o depoimento, extremamente pessoal e privado sobre a vida que levou em seu país de origem, é creditado como válido uma vez que sua credibilidade é verificada, ou seja, depois de homologadas (SOUZA, 2016, p. 37). Isso ocorre ainda que não haja na Convenção de 1951 qualquer menção acerca dessa parte da avaliação, sendo regulamentadas pelo ACNUR e pelos órgãos dos Estados-Nação onde ocorrem os procedimentos de determinação da condição de refugiado.

O estudo em curso tem relevância de ordem nacional, uma vez que as violações de direitos humanos caracterizam um aumento mais que considerável, preocupante, de pessoas que se qualificam enquanto refugiadas (JUBILUT, 2007, p. 30). Segundo o próprio ACNUR, em relatório publicado em 2018, 16,2 milhões de pessoas formam um grupo de novos deslocados durante o ano de 2017. Além disso, ao final do ano, 3,1 milhões de pessoas ainda aguardavam por uma decisão em suas solicitações de refúgio, estando metade dessas pessoas em países em desenvolvimento.

Ademais, se trata de um tema amplamente estudado em países desenvolvidos, e pouco debatido nos demais, como é o caso do Brasil (JUBILUT, 2007, p. 32). O Brasil, em 2017, alcançava o número de 10.145 refugiados reconhecidos; e acumulava também a massa de 86.007 solicitações de refúgio em trâmite no país, sendo que desses, 33,866 foram registrados somente em 2017, um aumento de 228% em relação ao ano anterior (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

No Brasil, esse quadro encontra mais preocupação no que tange aos refugiados e solicitantes de refúgio com base em perseguição pela orientação ao sexual, pois, ainda que seja um dos países que recebam e acolham solicitações de refúgio pela orientação sexual, o Brasil também pontua como um dos países onde ocorrem mais homicídios às pessoas LGB em termos mundiais.

Dessa forma, tem-se como base, e como referencial, a visibilidade do Canadá enquanto baluarte da proteção aos direitos da comunidade LGB, e de país acolhedor de refugiados. E essa análise é de considerável relevância, visto que de acordo com o próprio ACNUR (2018), os países em desenvolvimento acolheram 85% de todos os refugiados, enquanto os países menos desenvolvidos são uma força em crescimento na acolhida desses indivíduos, acolhendo 1/3 do total global de refugiados.

A partir de um levantamento preliminar e simples de dados estatísticos, pôde-se perceber que os países em desenvolvimento são os que mais têm acolhido refugiados e solicitantes de refúgio. Sendo o Canadá reconhecido como um modelo a ser seguido por estes, é necessário entender como é realizado o procedimento de solicitação de refúgio nesse país.

A despeito desse reconhecimento mundial como expoente de migração, a política migratória canadense recentemente vem sendo alvo de crescente insatisfação e de críticas (SIMÕES, 2017, p. 22). Muitas dessas críticas são feitas com base na análise de credibilidade, de forma tão contundente que uma das autoras de diversas críticas no que diz respeito ao processo de determinação da condição de refugiado com base na orientação sexual e à análise de credibilidade, Nicole Laviolette, inspirou a publicação de novas diretrizes do Governo Canadense referentes ao tema.

Além disso, como já mencionado, existem poucos estudos brasileiros acerca do presente tema, que objetivam conhecer o procedimento de determinação da condição de refugiado. Esse campo é mais reduzido ainda quando a solicitação é feita com base na orientação sexual, e mais restrito ainda no que tange à análise de credibilidade, e praticamente nulo no que diz respeito ao conhecimento acerca de outros países tidos como baluartes de proteção a direitos humanos e política migratória dentro de todo esse contexto.

E não somente os estudos, como os dados estatísticos acerca das solicitações com base na orientação sexual não são de grande alcance, e as próprias solicitações e decisões são totalmente sigilosas, o que dificulta ainda mais a pesquisa. Não existem estatísticas oficiais sobre solicitações de refúgio motivadas pela orientação sexual do indivíduo no Brasil.

Ao contrário do sistema canadense, que, conforme será debatido adiante, disponibiliza as decisões em sítio eletrônico mantido pelo Conselho de Imigração e Refúgio, mantendo em segredo somente os dados pessoais dos solicitantes, como seus nomes e cidades de origem.

A abordagem proposta para o desenvolvimento da referida pesquisa é sob o enfoque crítico-dialético, posto que este é o enfoque que visa a realização de análise histórico-crítica do cotidiano, onde discutem-se práticas adotadas, que permeiam trajetórias individuais e de movimentos coletivos, bem como a proposição de mudanças.

O método utilizado será o método hipotético-dedutivo, que teve sua definição dada por Karl Popper, de modo que se constrói uma hipótese e/ou uma possível resposta à uma demanda, a um problema, e testa-se, para confirmar ou negar a hipótese elaborada. E a abordagem terá forma qualitativa, de maneira a analisar a partir do levantamento dos dados, e compreender e interpretar os resultados obtidos, com intuito de responder à todas as questões trazidas pela pesquisa.

Para tanto, será utilizada a documentação indireta, a qual consiste no levantamento de todos os dados possíveis, como pesquisa bibliográfica, documental, com coleta de dados secundários, pautada na legislação e doutrina, que permita não somente aprofundar nas indagações sobre a figura da solicitação de refúgio por indivíduos LGB, mas também identificar pontos de contradições, confluência ou complementações entre as decisões no sentido da concessão ou negação da condição de refugiado, no âmbito do Canadá.

Isto se dá em grande medida porque este país tem grande visibilidade positiva, e reconhecimento mundial como a terra da liberdade de livre expressão, no que tange à Comunidade LGB, e aos indivíduos perseguidos em sua terra de origem, e que no Canadá buscam refúgio.

Para além das fontes citadas, será feito exame qualitativo de julgados da Divisão de Proteção aos Refugiados nas solicitações de determinação da condição de refugiado, bem como apelações à Divisão de Apelações dos Refugiados, em casos da negação da solicitação, quando a apelação é interposta pelo próprio solicitante, e em casos onde o próprio governo apela em casos de concessões.

A discussão sobre o instituto do refúgio e o procedimento da determinação da condição de refugiado será constituída por autores que visem o direito internacional dos refugiados, uma das três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana, como Liliana Lyra Jubilut, que traz o conceito de refugiado como o de “seres humanos que precisam buscar proteção em outro território que não o de sua origem ou residência habitual, em função de perseguições que sofrem” (JUBILUT, 2007, p. 23), e analisa o Direito Internacional dos Refugiados, em suas concepções legais, como aspectos históricos, e como o sistema de proteção ao mesmos.

Nicole LaViolette, por sua vez, traz em sua pesquisa acerca do tema, especificamente no Canadá, a abordagem sobre as dificuldades enfrentadas no estabelecimento do status de LGB por parte dessas minorias.

Laviolette (2015) observa que, para muitos solicitantes de refúgio naquele país, é muito difícil apresentar provas ou documentação conclusiva para confirmar tal características, sendo essencial que os envolvidos na decisão tenham acesso confiável e preciso no que tange à informações sobre minorias sexuais no país de origem do solicitante.

LaViolette traz em seu estudo algumas percepções sobre decisões de solicitação de determinação da condição de refugiados da Divisão de Proteção dos Refugiados, como recente caso onde a Corte Federal do Canadá observou que a insistência da RPD de que o indivíduo precisa frequentar a “cena gay para ser gay” é “estereotipada e nada razoável” (LAVIOLETTE,

2015, p. 25). E, por causa do uso de estereótipos, a Corte Federal rejeitou a avaliação de credibilidade da RPD em outro caso, deferindo apelação pois “a ideia de que homens gays são invariavelmente promíscuos e incapazes de estabelecer relações é uma caracterização pejorativa e isso vicia toda a avaliação do Conselho” (idem).

Ainda, de acordo com Jenni Millbank, a avaliação da credibilidade teve um crescente papel na negação da determinação da condição de refugiados no Canadá, com base na presunção de que o solicitante não seria gay de verdade (MILLBANK, 2009, p. 3-4).

Aduz Millbank que houveram inúmeros casos nos quais membros dos tribunais perguntaram ao solicitante questões no curso da audiência que eram especificamente sobre atos sexuais, implicando uma análise de credibilidade negativa, baseada na falta de detalhes ou resposta vaga. Isto incluiu, em 2004, um caso no Canadá, em que um solicitante ucraniano de 45 (quarenta e cinco) anos foi considerado vago e hesitante em seu depoimento no que diz respeito às experiências dele como uma pessoa homossexual. Em outro caso também em 2004, no Canadá, um solicitante foi desacreditado em sua audiência por ter sido considerado “muito relaxado e tranquilo ao depor” (MILLBANK, 2009, p. 10), o que corrobora a discrepância entre membros do tribunal ao se debruçar sobre a mesma questão. A autora traz ainda a questão de que, haja vista o critério da avaliação de credibilidade ser, em muitos casos, o único elemento de prova, isto muito provavelmente leva o conselho à uma decisão errônea em casos onde os solicitantes sofrem de Transtorno Pós-Traumático (MILLBANK, 2009, p. 14).

Nesse mesmo sentido, Thomas Spijkerboer e Sabine Jensen publicaram, em 2011, o relatório *Fugindo da Homofobia: Reivindicações de asilo relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero na Europa*, estudo que resultou na percepção de que a credibilidade tem sido a principal fonte de evidência na determinação da condição de refugiados (SPIJKERBOER e JANSEN, 2011, p. 47).

Nesse sentido, os autores apresentam algumas problemáticas, tais quais perguntas com conteúdo sexualmente explícito, bem como respostas evasivas, situações que podem prejudicar a credibilidade do solicitante, o que poderia estar relacionado com o choque de ser questionado sobre detalhes sexuais, haja vista a constituição invasiva das perguntas (SPIJKERBOER e JANSEN, 2011, p. 56).

Outra problemática a ser analisada é o fato de que as perguntas podem ser baseadas em estereótipos, e essas presunções estereotipadas são ofensivas para os solicitantes, o que interfere na entrevista. Como exemplo, se o solicitante só teve relações com uma pessoa, isso não configura mentira alguma nele ser LGB, pois a orientação sexual é um aspecto individual, que não tem relação com a quantidade de pessoas que esse indivíduo se relaciona.

E, ainda, alguns solicitantes podem ter tido experiências em suas nações de origem que enxergavam a sua orientação sexual como uma doença, bem como os que negaram ao longo da sua vida que se configuravam como um indivíduo LGB (não raramente até para si mesmos), ou seja, tendo suprimido sua sexualidade (SPIJKERBOER e JANSEN, 2011, p. 56-57).

Além da análise da doutrina mencionada, a pesquisa em curso tem como uma de suas bases a análise de casos concretos de solicitações de refúgio no Canadá, decididos pela Divisão de Proteção de Refugiados (RPD), e pela Divisão de Apelação de Refugiados (RAD), ambos setores do Conselho de Imigração e Refugiados do Canadá. O primeiro é responsável por receber as solicitações e decidir acerca das mesmas, e o segundo está encarregado de receber os recursos interpostos nas decisões do RPD, com fins de reconsiderá-las ou rejeitar os recursos (IRB-CISR, 2017). Os procedimentos são privados, e dessa forma, qualquer informação considerada como possibilidade de identificação das partes é substituída por uma sequência de caracteres (XXXXXX).

Ao final, serão confrontadas as análises doutrinárias acerca do tema objeto da presente pesquisa, com as decisões jurisprudenciais do Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá, de forma a construir conclusão de natureza crítica, apontando as possíveis falhas na aplicação dos princípios e institutos nos casos concretos.

Nesse sentido será verificado se as decisões estão em consonância com o entendimento doutrinário; mas não somente, como também se as críticas feitas ao sistema de refúgio canadense causaram impacto nas análises das solicitações, posto que geraram diretrizes publicadas pelo Governo do Canadá de modo a direcionar os tomadores de decisão em um fluxo que respeite as diferenças interculturais e todas as complexidades e singularidades de cada indivíduo LGB.

1. INSTITUTO DO REFÚGIO SOB UMA PERSPECTIVA DE PERSEGUIÇÃO BASEADA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL

A situação social e jurídica dos refugiados, e dos solicitantes de refúgio, as pessoas que buscam proteção em outra nação, em razão de fundado temor de perseguição, devido aos mais variados motivos, é um assunto demasiadamente atual, e de grande interesse internacional.

O refúgio é um instituto jurídico que tem por objetivo a garantia da proteção dos indivíduos e grupos que, em razão de, ou sob fundado temor de perseguição, motivada pelo pertencimento a um grupo específico, etnia, religião, associação, razões políticas, ou grave e generalizada violação de direitos humanos, buscam essa proteção em um Estado que não o de origem ou residência habitual¹.

A necessidade de proteção desses grupos de indivíduos que se locomoveram de maneira forçada cresceu com o tempo de maneira exponencial, e então a comunidade internacional se mobilizou na busca de soluções para essa problemática. Ainda que existente desde o século XV, a proteção de forma institucionalizada surge na década de 20 do século XX (JUBILUT, 2007, p. 23-24).

Essa proteção surgiu, com o contexto do pós-guerras, de forma institucionalizada com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o ACNUR², criado em dezembro de 1950, de acordo com resolução da Assembleia Geral da ONU; e com a positivação internacional do Direito Internacional dos Refugiados, como a Convenção de 1951 – Relativa ao Estatuto dos Refugiados, considerada a Constituição dos Refugiados, e com o Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. (JUBILUT, 2007, p. 96).

Em 2012, o ACNUR publicou as Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 09, que rege as solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero, no contexto do artigo 1A da Convenção de 1951 (ACNUR, 2012). Essa diretriz tratou de estabelecer a interpretação dos envolvidos com a determinação na condição de refugiados de que os indivíduos que sofrem de fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual

¹ Conceito determinado pela Convenção de 1951, que ainda será enfrentado no decorrer desta pesquisa.

² Ou *UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees*.

podem se enquadrar no conceito de refugiado, consolidado na Convenção de 1951 (ACNUR, 2012).

Nesse contexto, este tópico versará sobre a evolução da proteção internacional do instituto do refúgio, bem como a contextualização da inserção das minorias sexuais como sujeitos de direito de refúgio.

1.1. Contextualização Histórica e Conceituação do Instituto do Refúgio

A migração compulsória de grupos de indivíduos pelas mais diversas razões é um movimento que têm atravessado os séculos, com origem tão antiga quanto o próprio homem. Muito embora com o passar do tempo tem-se observado cada vez mais conquistas no que tange aos Direitos Humanos, as minorias continuam sujeitas à perseguição de comunidades e indivíduos por motivos políticos, étnicos, raciais, religiosos, gênero, sexualidade, grupo social e até mesmo pela nacionalidade.

Tais perseguições acarretam em consequências desastrosas, como o abandono forçado dos seus Estados, o que pode levar com que essas pessoas busquem sair do alcance dessas ameaças e até mesmo da impossibilidade de subsistência, para buscar, em outro Estado, a proteção que outrora lhe foi negada. Nesse contexto, encontra-se o significado literal da palavra “refúgio”, que é “lugar seguro para onde alguém vai para não se expor à situação de perigo; abrigo, esconderijo” (MICHAELIS, 2018).

Tão antigo quanto a própria perseguição, e a consequente migração, é a manifestação do altruísmo social por meio da acolhida desses indivíduos perseguidos em outros lugares e forçadamente deslocados, de forma reiterada, formando um costume internacional (JUBILUT, 2007, p. 35). Contudo, observou-se a necessidade de positivar essa acolhida, posto que, apesar de se considerar um costume internacional, a proteção precisava ser efetivada de forma eficaz, criando-se então o “direito de asilo”, previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e que abrange tanto o “asilo diplomático e territorial” e o “refúgio”.

Ambos os institutos objetivam a proteção de indivíduos perseguidos e têm como fundamento a solidariedade e cooperação internacional, o respeito aos Direitos Humanos, e o caráter humanitário, e estão abarcados pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Contudo, os dois institutos, apesar de terem semelhanças, têm também diferenças que os distinguem.

O conceito moderno e jurídico de refúgio não provém de uma base teórica, mas sim de um processo no qual se tentava responder crises humanitárias e fluxos migratórios forçados, tendo sido moldado a partir do Século XVIII, e, principalmente, após as duas Grandes Guerras.

O fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, primeiro conflito generalizado envolvendo as principais potências de diversas regiões do mundo, e que deixou aproximadamente 10 milhões de mortos, e 30 milhões de feridos, conjuntamente com a Revolução Russa, de 1917, forçou o deslocamento forçado de milhões de pessoas, que não gozavam de proteção estatal.

Ao longo do conflito, a postura internacional era de lidar com esse problema como se fosse eventual, temporário, e que quando o conflito tivesse um fim, o fluxo diminuísse. Não foi o que se observou com o fim da Primeira Guerra, ao contrário, o fluxo intensificou, pois, o fim da Guerra veio acompanhado de inúmeros outros problemas de ordem social e econômica.

Com esses eventos, surgiram as preocupações sociais e de ordem econômica advindas desse contingente de deslocados forçados, momento em que ainda se enfrentava a dificuldade de ordenar as migrações, prestar assistência aos necessitados e definir uma condição jurídica aos indivíduos deslocados.

Até aquele momento, as soluções para os deslocados forçados se davam por meio do instituto do asilo e da extradição, e a receptividade dos Estados acolhedores facilitava a incorporação desses indivíduos na sociedade. Contudo, com a massificação do contingente dos refugiados gerado pelo conflito mundial, surgiu a necessidade de criação de organismos que resolvessem esse problema.

Em meio a esse contexto caótico, surge a Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, que tinha como objetivo a atuação de mediar e arbitrar conflitos internacionais, mantendo a paz mundial, evitando futuras guerras, bem como a promoção da cooperação e segurança internacional, condenando agressões à indivíduos e grupos, à integridade territorial, e à independência política de seus membros.

Essa organização, instaurada em janeiro de 1919, pelo Tratado de Versalhes³, se preocupava com o contingente de pessoas deslocadas, inclusive pressionada pelos Estados-membros, para solucionar o problema dos refugiados. A Liga das Nações não tinha como pauta principal a assistência aos refugiados prevista em seu estatuto, contudo, auxiliou.

Em um primeiro momento, as ações da Liga das Nações foram direcionadas à proteção de russos, armênios, assírios e turcos. Em 1921, foi criado o Alto Comissariado para Refugiados Russos⁴, tendo em vista que grande parte do contingente de refugiados eram russos, em consequência da Revolução Bolchevique, e das dificuldades econômicas sob as quais se encontrava a Rússia (ANDRADE, 1996, p. 42)

Esse órgão teria a função de: definir a situação jurídica dos refugiados; organizar a sua repatriação⁵ ou reassentamento⁶; e, prestar assistência aos mesmos; sendo considerado o marco inicial da concretização do direito do asilo como direito positivo (ALMEIDA, 2015, p. 93).

Muito embora a Liga das Nações não reconhecesse qualquer responsabilidade pelo Alto Comissariado Russo, este foi imediatamente reconhecido internacionalmente. Pouco depois, essa proteção foi estendida a refugiados de outras origens, abarcando outros grupos sociais. E foi com este órgão que teve início a proteção internacional aos refugiados.

Em 1931, este órgão foi extinto, por se tratar de uma organização temporária, com prazo estabelecido de 10 anos, sendo sucedido pelo Escritório Internacional Nansen para Refugiados, criado também pela Liga das Nações, e levando o nome de quem comandava o Alto Comissariado Russo, Dr. Fridtjof Nansen. Tratava-se de uma organização que a Liga das Nações também estabeleceu data de extinção, qual seja, 1939.

O Escritório Nansen, encarregado de cuidar de assuntos de ordem humanitária, encontrou diversas dificuldades para efetivar a sua atuação, como a depressão econômica que reduziu o

³ O Tratado de Versalhes foi um tratado de paz assinado pelas potências da Europa, encerrando de forma oficial a Primeira Guerra Mundial, sendo um documento internacional elaborado pelas nações que lograram vitória na Primeira Guerra, com o objetivo de promover a paz social internacional.

⁴ Doravante Alto Comissariado Russo.

⁵ Repatriação é o movimento de retorno do refugiado para o seu Estado de origem, ou residência habitual após o fim dos motivos que acarretaram em seu deslocamento forçado.

⁶ Reassentamento é o estabelecimento do refugiado em outro Estado, um terceiro, que não o seu de origem ou residência prévia, e nem o Estado no qual solicitou refúgio.

investimento em financiamento de organismos internacionais, a entrada da então União Soviética na Liga das Nações, vez que era contrária às políticas implementadas para proteção de refugiados, insistindo na repatriação, e a ascensão de Adolf Hitler na Alemanha, que também era um membro da Liga das Nações, resultando no aumento exponencial do fluxo de refugiados de origem ou residência alemã (ANDRADE, 1996, p. 72-74).

Com a combinação desses elementos, a saber, a dificuldade em atuar de maneira efetiva, bem como a inexistência de instrumentos garantidores da proteção dos refugiados após a extinção datada do Escritório Internacional Nansen para Refugiados, surgiu a necessidade da criação de um instrumento internacional jurídico de proteção, e assim o Escritório elaborou a Convenção Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados de 1933, sua maior contribuição.

Assim, a Convenção de 1933 é considerada o marco legal inicial do Direito Internacional dos Direitos Humanos em sua vertente relacionada aos Refugiados, criando precedentes legais para a elaboração de outros instrumentos jurídicos que assegurassem os direitos dos refugiados, posteriormente.

A Convenção de 1933 teve alguns pontos que a enfraqueciam, como a ratificação de apenas 8 Estados, a limitação de seu conteúdo, que sequer definia o termo “refugiado”, apenas incorporando definições previamente existentes, bem como a possibilidade dos Estados membros, ao ratificarem, incluírem reservas aos artigos mais importantes à proteção efetiva e internacional dos refugiados. (ANDRADE, 1996, p. 72-75)

Apesar do esforço do Escritório Nansen, verificava-se na época que um dos impedimentos para a sua atuação efetiva intensificava de maneira exponencial: o fortalecimento do nacional-socialismo na Alemanha, com uma política nazista, embebida no antissemitismo e em perseguições políticas, morais e religiosas, bem como a perseguição racial, gerando um fluxo de refugiados novo, que seriam os refugiados judeus vindos da Alemanha. O Escritório Nansen passava por um período onde os Estados o pressionavam, como a própria Alemanha, que se tornou membro da Liga das Nações, insistindo na repatriação e demandando o não reconhecimento dos judeus alemães como refugiados.

E, com esse fluxo intenso, combinado com as pressões externas, foi estabelecido em 1936 o Alto Comissariado para Refugiados Judeus Provenientes da Alemanha, que, com o passar do

tempo acabou abrangendo também os refugiados judeus oriundos da Áustria. Suas funções incluíam o auxílio na reinserção desses indivíduos na sociedade de destino, como na obtenção de emprego, e com elementos burocráticos, tais como a emissão de documentos e contato com governos.

Porém, tanto o Alto Comissariado para Refugiados Judeus, quanto o Escritório Nansen eram organizações temporárias, com datas de extinção. Com efeito, para que se mantivesse a proteção internacional aos refugiados, a Liga das Nações criou o Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados⁷, em 1938, extinguindo tanto o Escritório Nansen como o Alto Comissariado para Refugiados Judeus Provenientes da Alemanha. O Alto Comissariado da Liga também era uma organização temporária, contudo suas funções não abrangiam a assistência direta e humanitária aos refugiados, se limitando à proteção política e jurídica dos mesmos.

A importância dessa proteção política e jurídica, no entanto, não pode ser subestimada. A mera concessão do status de refugiado por um Estado à um indivíduo e principalmente à um grupo de deslocados forçados implica em afirmar que o Estado de origem ou residência habitual prévio não deteve a capacidade de efetivar a proteção dos direitos humanos fundamentais, e em grande parte dos casos foi o próprio perseguidor ou motivador de fundado temor de perseguição em razão de discriminação racial, política, associação, ou pertencimento à um grupo específico; quando não, causador de grave e generalizada violação aos direitos humanos assegurados aos indivíduos.

A sua criação inovou no que toca o processo da análise da situação de refúgio, trazendo a possibilidade da concessão do refúgio também a partir de critérios individuais, o que significa dizer que a individualidade, a bagagem carregada de cada solicitante passou a importar na fundamentação para a qualificação. Importa ressaltar que foram mantidos os fundamentos da concessão, a saber, critérios baseados na origem, nacionalidade ou etnia. Segundo Emma Haddad (2008), a essência dessa identificação do conceito de refugiado com bases individualistas pode ser observada em definições existentes atualmente.

⁷ Doravante Alto Comissariado da Liga.

Em paralelo, criava-se o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, organização sob a ingerência estado-unidense, cuja função principal era de assegurar a proteção especificamente de refugiados alemães, assumindo a função primária do Alto Comissariado para Refugiados Judeus Provenientes da Alemanha e abrangendo para todos os refugiados alemães. Essa organização futuramente assumiu as funções do Alto Comissariado da Liga das Nações quando este foi extinto, em 1946, mesmo ano em que a Liga das Nações foi extinta oficialmente.

O estabelecimento dos regimes totalitários (fascismo na Itália, política nazista na Alemanha), combinado com outros fatores como o capitalismo em colapso, resultou na erupção do maior conflito armado a nível internacional da história da humanidade, evento este que reduziu colossalmente a capacidade Estatal em efetivar a garantia de proteção de suas populações, o que acabou acarretando em massivo deslocamento de indivíduos, tanto durante quanto após o seu fim.

A Segunda Guerra (1939 a 1945) é considerado um dos eventos de maior caráter catastrófico para humanidade, envolvendo grande parte das nações mundiais, incluindo as grandes potências à época, e motivou um número estrondoso de refugiados, contabilizando aproximadamente 40,5 milhões de refugiados, de acordo com Eric Hobsbawn (1995), milhões de pessoas abandonaram suas residências, seus lares, suas culturas, e tudo o que conhecem, e fugiram para outro lugar muitas vezes inteiramente desconhecido, em busca da mínima proteção estatal que lhes deveria ser garantida de onde escaparam.

Esse conflito de proporções inimagináveis gerou diversos grupos que formavam o contingente de refugiados, entre judeus, homossexuais, negros e soviéticos, que, por causa da religião, grupo social, raça e nacionalidade, respectivamente, foram perseguidos, torturados e mortos. Esse grande número de novos refugiados se juntam ao contingente pré-existente.

A Liga das Nações restou, em decorrência da Guerra, impedida de supervisionar a proteção internacional aos refugiados, bem como de efetivar o seu reassentamento, já que os países Europeus neutros, os únicos que poderiam recebê-los, eram somente a Suécia, Suíça, Espanha e Portugal, assim como limitou-se ainda mais a atuação do Alto Comissariado da Liga, surgindo então a necessidade da sociedade internacional atentar-se para uma reorganização desse sistema de proteção internacional aos refugiados.

Durante esses conflitos, as organizações de assistência e proteção internacional aos refugiados, tinham uma característica efêmera, restando demonstrada a conotação temporária que se deu ao refúgio, como uma questão apresentada e intensificada somente durante os conflitos de ordem internacional, que se remediariam com a resolução das guerras.

Esse caráter temporário existente em todas as organizações voltadas à proteção internacional dos refugiados é duramente criticado, ainda que haja uma explicação para tal. O exponencial aumento de solicitações de concessão do status de refugiado não é uma situação desejável para o próprio indivíduo, sendo *extrema ratio*. Dessa forma, o limite de duração estabelecido para essas organizações se justifica justamente com a esperança de que essa organização não seja necessária com o findar desse tempo.

Contudo, tal estabelecimento é alvo de duras críticas, por se ter conhecimento de que o contingente de refugiados alcança dezenas de milhões de indivíduos, sem a ocorrência de uma expressiva redução, como esperado. Dessa forma, enxerga-se desnecessária a extinção de organizações com posterior criação de uma nova, ao invés de investimento na pré-existente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o instituto do refúgio ganhou um novo significado, despertando na comunidade internacional a necessidade de definir e criar uma proteção mais específica e abrangente para esses indivíduos e grupos, bem como de uma responsabilidade coletiva e internacional que responda a esses problemas quando apresentados, além da necessidade da garantia de que as atrocidades e extremas violações dos Direitos Humanos não se repetissem (JUBILUT, 2007, p. 55). A comunidade internacional se viu então obrigado a garantir direitos humanos fundamentais para todos os indivíduos, em esfera internacional.

Nesse diapasão, em 1945, logo após o fim da Segunda Guerra, foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU⁸, uma organização intergovernamental formada voluntariamente por países, e cuja função é a manutenção da segurança e paz internacionais, assegurando a cooperação internacional, principalmente na garantia da proteção dos Direitos Humanos (JUBILUT, 2007, p. 55).

⁸ Doravante ONU.

A ONU foi formada por meio da assinatura de 51 países à Carta das Nações Unidas, ou Carta de São Francisco, que tinha por seus princípios básicos a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre nações, e o objetivo de alcançar uma cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo o estímulo ao respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais⁹. A Carta da ONU também foi considerada o primeiro documento do Direito Internacional dos Direitos Humanos (SIMÕES, 2017, p. 27).

Desde a sua formação, a organização demonstrou preocupação com a busca de soluções para a problemática dos refugiados, incluindo o tema na pauta da primeira reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foi debatida sua proteção e assistência, estabelecendo-se uma organização que pudesse assumir suas funções. O artigo 22 da Carta da ONU inclusive estabelece a competência da Assembleia Geral da ONU para criação de órgãos subsidiários que julgar necessários ao desempenho de suas funções.

A criação dessa organização pela ONU foi de extrema dificuldade, em meio a um cenário de Guerra Fria, espelhando o entendimento divergente que os blocos participantes dessa Guerra detinham acerca da cooperação internacional com fundamento na garantia de direitos fundamentais a esses grupos de indivíduos. Ainda assim, em dezembro de 1946, foi instituída a Organização Internacional para Refugiados – OIR¹⁰, voltada para a massa de refugiados decorrente da Segunda Guerra Mundial, e suas funções eram: identificação, registro e classificação de refugiados; prestar auxílio e assistência, proteção jurídica e política aos mesmos, bem como o reassentamento e restabelecimento de refugiados (MOREIRA, 2006, p. 52). A OIR entrou em vigor em 1948, tendo suas funções de 1946 a 1948 exercidas pela Comissão Preparatória para a OIR.

Em sua Constituição, a OIR trouxe a conceituação de refugiados mais abrangente já trazida até a época, abandonando de vez a característica coletiva, e abraçando por fim uma abordagem mais individual, sob a qual a condição de refugiado era de:

“1. [...] a toda pessoa que partiu, ou que estejam fora, de seu país de nacionalidade, ou no qual tenha residência habitual, ou a quem, tenha ou não retido sua nacionalidade, pertença a uma das seguintes categorias: (a) vítimas dos regimes

⁹ Artigo 1º, Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945.

¹⁰ Doravante OIR.

nazista ou fascista ou de regimes que tomaram parte ao lado destes na Segunda Guerra Mundial, ou de regimes traidores ou similares que os auxiliaram contra as Nações Unidas, tenham ou não, gozado do status internacional de refugiado; (b) republicanos espanhóis e outras vítimas do regime falangista na Espanha tenham, ou não, gozado do status internacional de refugiado; (c) pessoas que foram consideradas refugiados, antes do início da Segunda Guerra Mundial, por razões de raça, religião, nacionalidade ou opinião política. 2. [...] estiverem fora de seu país de nacionalidade, ou de residência habitual, e que, como resultado de eventos subsequentes ao início da Segunda Guerra Mundial, estejam incapazes ou indesejosas de se beneficiarem da proteção do governo de seu país de nacionalidade ou nacionalidade pretérita. 3. [...] tendo residido na Alemanha ou na Áustria, e sendo de origem judia ou estrangeiros ou apátridas, foram vítimas da perseguição nazista e detidos em, ou foram obrigados a fugir de, e foram subsequentemente retornados a um daqueles países como resultado da ação inimiga, ou de circunstâncias de guerra, e ainda não foram definitivamente nele assentados. 4. [...] sejam órfãos de guerra ou cujos parentes desapareceram, e que estejam fora de seu país de nacionalidade [...] (ANDRADE, 1996, p. 162-163 apud MOREIRA, 2006, p. 52).”

Ainda assim, a organização apresenta caráter político no tocante à proteção aos refugiados, sob o propósito de ações humanitárias, tendo em vista o estímulo à acolhida internacional combinada com o estabelecimento da perseguição ou fundado temor de perseguição como elemento essencial para concessão da condição de refugiado, e tendo como cenário de plano de fundo a Guerra Fria, onde os blocos literalmente disputavam a recepção dos deslocados.

Em 1948, mesmo ano em que a OIR inicia suas atividades, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos do Homem¹¹, a qual já vinha sendo elaborada desde 1945, instaurando a conceituação contemporânea de direitos humanos *stricto sensu*, elencando em um rol exemplificativo, diversos direitos inerentes à condição ser humano, dando-lhes caráter de direitos fundamentais. Essa Declaração a princípio não tinha caráter vinculante, mas com a prática reiterada ao longo do tempo, foi reconhecida como norma costumeira de proteção internacional de direitos humanos, e considerada norma de *jus cogens* pelo Direito Internacional Consuetudinário (JUBILUT, 2007, p. 55-57).

A DUDH é pautada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade, justiça e paz mundial, como um instrumento de proteção internacional, trazendo a inovação de positivação jurídica e universalização dos direitos humanos. Elenca direitos como o direito à vida, à liberdade, e à segurança pessoal, prevendo também a proteção do ser humano no que tange a liberdade de pensamento, consciência e religião, assim como a liberdade de

¹¹ Doravante DUDH.

manifestação individual ou coletiva, além da positivação do direito ao asilo, previsto em seu artigo 14.

Artigo XIV 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.¹²

Bem como as demais organizações incumbidas à proteção dos refugiados, havia um limite temporal para a atuação da OIR, que deveria durar até 1950, contudo, só encerrou as atividades em 1952, pois houve um período em que foi necessária preparação para que se estabelecesse uma nova organização responsável pela proteção e assistência aos refugiados (JUBILUT, 2007, p. 79).

Com efeito, antes mesmo da extinção da OIR se efetivar, a proteção dos refugiados foi transferida para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR¹³, estabelecido em 1950 como um órgão subsidiário à ONU, e seus trabalhos tiveram início em 1951, com sede em Genebra. O limite temporal estabelecido para o ACNUR foi de 3 anos, contudo, a crise dos refugiados se mantém, e dessa forma, seu mandato tem sido renovado a cada 5 anos, permanecendo até hoje como o órgão que atua com a função de garantir a proteção internacional aos refugiados (JUBILUT, 2007, p. 79).

Ao final de 1950, o Estatuto do ACNUR foi aprovado, definindo seu caráter apolítico (ainda que essa característica sofra críticas¹⁴), humanitário e social, e definindo também suas funções como garantir a proteção internacional¹⁵, e buscar soluções permanentes para a problemática dos refugiados, prestando auxílio aos Estados, com o seu consentimento, facilitando a repatriação voluntária dos refugiados ou a sua reintegração em novos Estados.

¹² Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Paris, disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

¹³ Doravante ACNUR.

¹⁴ O ACNUR tem forte atuação política, posto que formado por potências e por interesses dessas potências, depende financeiramente desses Estados, e da cooperação dos mesmos na acolhida e assistência aos refugiados.

¹⁵ “(...) que se enquadrem nas condições previstas no presente Estatuto(...)”. Capítulo I, 1, Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 1950, disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR>. Acesso em 03 de junho de 2018.

O ACNUR, para efetivar seus propósitos, é representado por escritórios continentais, sub-regionais e nacionais, bem como colaborando com governos, organizações internacionais, regionais e não-governamentais. Como seu responsável, tem-se o Alto Comissário¹⁶, atuando de maneira diretamente vinculada ao Secretário Geral da ONU, contando também com um Comitê Executivo, composto por representantes de 53 Estados, que supervisionam o orçamento, e fornecem diretrizes para a sua atuação. Até o presente momento, o ACNUR atua de maneira essencial, e sua atuação está vinculada à aplicação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, reformada pelo Protocolo Sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1967¹⁷ (JUBILUT, 2007, p. 152-159).

No mesmo espaço temporal da criação e estabelecimento do ACNUR, a ONU promoveu a positivação internacional do Direito Internacional do Refugiado, com um instrumento internacional que garantisse a efetivação da garantia de proteção a esses indivíduos e grupos. Dessa forma, em 1951, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, reconhecido como o primeiro tratado internacional a lidar com a definição da condição de refugiado com fins de análise para sua concessão, os direitos e deveres dos mesmos, como uma Constituição dos Refugiados.

A Convenção de 1951, assinada na época por 12 países¹⁸, consolidou diversos instrumentos e princípios jurídicos internacionais tangentes ao Refúgio, conceituando os indivíduos que possam ser reconhecidos como refugiados, e estabeleceu padrões mínimos em forma de princípios que os Estados eram obrigados a respeitar no que toca os solicitantes de refúgio, como o princípio do *non-refoulement*, ou não devolução, sob o qual o refugiado está protegido contra a sua condução forçada ao país de origem ou residência habitual, no qual seus direitos estariam sob ameaça ou já teriam sido violados.

A conceituação de refugiado, estabelecida pela Convenção de 1951, em seu artigo 1º, então, além dos indivíduos considerados refugiados por instrumentos anteriores, como a Convenção de 1933 e a Constituição do OIR, é de qualquer indivíduo que:

¹⁶ O presente Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados é Filippo Grandi, eleito pela Assembleia Geral da ONU em 2015, com atuação por 5 anos, de janeiro de 2016 a dezembro de 2020.

¹⁷ Doravante Convenção de 1951 e Protocolo de 1967, respectivamente.

¹⁸ Os 12 países são a Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Holanda, Iugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça

“(...) em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”.

A Convenção trazia em seu âmbito duas restrições, geográfica e temporal, pois protegia somente os indivíduos oriundos da Europa (por ter sido esse recorte geográfico protagonista da Segunda Guerra Mundial), e deslocados em razão de acontecimentos anteriores ao dia 1 de janeiro de 1951, o que se aplicava à maioria do contingente de refugiados, contudo, não abarcava a todos.

Com isso, se observa uma vez mais a posição internacional de que os refugiados faziam parte de uma problemática efêmera, que cessaria com o tempo, bem como o caráter eurocêntrico da sociedade, posto que, além da restrição geográfica, se tem também a classificação do reconhecimento do status de refugiado com base em violação de direitos civis e políticos, não incluindo violações a direitos econômicos, sociais e culturais, que são observadas em maior escala em países em desenvolvimento e/ou não desenvolvidos (JUBILUT, 2007, p. 85)

Outras críticas são feitas à Convenção de 1951, como a restrição de que só indivíduos que conseguiram abandonar seus Estados podem obter o reconhecimento, ignorando as pessoas que, por diversos motivos, não puderam fazê-lo. Além disso, critica-se o fato de que a Convenção não impunha obrigação aos Estados em conceder a residência do solicitante de refúgio, ainda que os obrigue a não expulsarem ou conduzi-los aos seus Estados de origem ou residência prévia.

Ainda a respeito da definição trazida pela Convenção de 1951, com essa definição centrada na perseguição, e na violação de direitos meramente políticos e civis, pode-se observar a falta de tratamento concernente aos indivíduos e grupos deslocados em razão de violações de direitos econômicos, sociais e culturais, como a fome, miséria, disputas étnicas, e guerras civis, razões primárias que acarretam no deslocamento forçado de milhões e milhões de pessoas em âmbito mundial, restando essas pessoas fora da conceituação de refugiados.

Nesse contexto, e tendo em vista acontecimentos ocorridos em âmbito internacional, fora do ambiente europeu, a partir de 1960, como por exemplo a descolonização afro-asiática,

acarretando em novos fluxos de refugiados, restava impossível efetivar a aplicação da Convenção de 1951. E, para solucionar a questão, foi elaborado em 1966, e aprovado em 1967, em Assembleia Geral da ONU, o Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados¹⁹.

O Protocolo de 1967 surge com o propósito de sanar as limitações contidas na Convenção de 1951, e, com efeito, removeu a limitação temporal e geográfica; contudo, não trouxe inovações quanto à restrição quanto a violação de direitos civis e políticos para fins de definição de refugiados, nem quanto aos procedimentos de elegibilidade dentro dos processos de análises de solicitações de refúgio.

Trouxe o Protocolo de 1967, no entanto, a previsão de que, ao assinar o Protocolo, os Estados se comprometiam com as disposições dos artigos 2 a 34 da Convenção de 1951, ainda que não tivessem aderido à mesma.

Diante de todo o exposto, tem-se que a assistência e a garantia de proteção internacionais aos refugiados podem ser observadas a partir de 1920, com a Liga das Nações, e com a criação de inúmeras organizações internacionais temporárias, para tentar solucionar a problemática de recortes específicos de contingentes de refugiados, resultado da Primeira Guerra Mundial.

No entanto, o conceito e institucionalização jurídica dessa assistência e garantia de proteção internacionais vem com o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente com a criação da ONU, o estabelecimento do ACNUR, e a aprovação de dois dos principais instrumentos jurídicos acerca do mérito, a saber, a Convenção de 1951, e o Protocolo de 1967.

Para alcançar essa proteção internacional, o indivíduo necessita obter o reconhecimento do status de refugiado, o que acontece em âmbito interno de cada Estado, que tem por sua vez, a opção de aumentar o rol de hipóteses em que se reconhece um indivíduo como refugiado, sendo elementos essenciais para essa definição a perseguição, o fundado temor de perseguição, e a extraterritorialidade (JUBILUT, 2007, p. 44-45).

E, diante de tantas controvérsias acerca de como deveria se dar o processo de análise de solicitação de refúgio, o ACNUR publicou, em 1979, o “Manual de Procedimentos e Critérios

¹⁹ Doravante Protocolo de 1967.

a Aplicar para Determinar a Condição de Refugiado – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados”, no qual resta estabelecido que a definição de um indivíduo como refugiado deve obedecer a critérios objetivos e subjetivos, o que pode ser elogiado como alvo de críticas, pois, tal entendimento é específico, contudo, é demasiado amplo, e não ser um documento vinculante e indubitável.

Ademais, na atualidade, se percebe uma renovação da crise dos refugiados (SOUZA, 2016, p. 27-29), com um novo aumento da massa de refugiados, em contraponto à posição da comunidade internacional de que o refúgio se trata de uma excepcionalidade emergencial. Ora, em se tratando de uma crise que se renova, rompe-se com a ideia da excepcionalidade. Contudo, esse caráter efêmero ainda faz parte da gramática institucional do refúgio, com a prevalência do caráter humanitário, de forma que os governos mantenham sua aparência de que são capazes de intervir, resolver a problemática e retomar a normalidade.

Por fim, testemunha-se atual crise dos refugiados²⁰, segundo Fabrício Toledo de Souza (2016), uma das maiores crises desde a Segunda Guerra Mundial, com novos fluxos específicos de refugiados, grupos esses não abarcados pela definição na Convenção de 1951, e no Protocolo de 1967, bem como com os grupos de indivíduos com fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual.

1.2. O Instituto do Refúgio sob uma perspectiva da perseguição aos indivíduos LGB²¹

Em um contexto onde diversos movimentos sociais buscam a quebra de pressupostos e paradigmas embebidos em preconceitos culturalmente absorvidos pela sociedade ao longo do tempo, existe também a busca pelo reconhecimento enquanto grupo étnico, cultural, de gênero, e orientações sexuais. Esse reconhecimento traz não somente a ideia de tolerância, mas da coabitação, do respeito e da afirmação de direitos que lhe são inerentes. Entretanto, todos esses

²⁰ De acordo com o relatório “Tendências Globais”, divulgado pelo ACNUR em 2018, ao final de 2017, 68,5 milhões de pessoas foram deslocadas compulsoriamente de seus Estados de origem ou residência habitual, em decorrência de perseguições, conflitos, violências ou violações de direitos humanos, das quais 25,4 milhões de pessoas buscam por refúgio em outro Estado, e 3,1 são solicitantes de asilo, o número mais alto já computado. (ACNUR, 2018).

²¹ Para os fins desta pesquisa, utilizo o termo “Lésbicas, Gays e Bissexuais”, doravante LGB, para identificar indivíduos perseguidos em razão de sua orientação sexual, diferindo-as de uma perspectiva de identidade de gênero, a qual não faz parte do recorte de conteúdo da presente pesquisa, e dessa forma, não englobando o grupo de Travestis, Transexuais e Transgêneros, reconhecendo ainda assim a sua importância no cenário da comunidade LGBT.

grupos encontram resistência, de grupos majoritários, conservadores, que traduzem suas reservas para com o “novo” de maneira discriminatória, e, por vezes, persecutória.

Essa discriminação, por sua vez, pode ser expressa de diversas maneiras, como um ambiente hostil, tratamento diferenciados no âmbito do trabalho, da família e convívio social, podendo se manifestar através de perseguição com base nesse preconceito. E que, em diversos lugares, esses indivíduos não estão sequer amparados pelo poder Estatal, pois este não possui interesse em fornecer essa proteção, ou não possui o poder necessário para fazê-lo, e, em casos mais extremos (contudo não raros), onde o próprio Estado é o agente perseguidor desses grupos (OLIVA, 2012, p. 3). Dentre esses, chamo a atenção para os indivíduos perseguidos por sua orientação sexual.

É possível perceber que essas perseguições têm alto teor intrínseco de poder, no sentido de que uma sociedade patriarcal e heterocentrada valoriza a masculinidade hegemônica, e desvaloriza o que se reporta como o oposto, o feminino. Essa perspectiva subjetiva do que é “ser masculino” engloba todas características impostas à sociedade, como seu papel e comportamentos sociais, e pode-se perceber na atualidade um inúmero de movimentos debatendo acerca dessas identidades e práticas, a partir dos anos 60, como os movimentos feministas e LGB, que historicamente são oprimidos e perseguidos por essa ideia patriarcal sobre como se deve ser (LACERDA, 2016, p. 11-12).

Essas práticas naturalizadas exalam moralismo quando se socializa que o único comportamento correto e aceitável é relacionar-se com o sexo oposto, estabelecer uma família (em seu sentido conservador, nuclear), ditando o que os homens têm de gostar, e como mulheres tem de se comportar, construindo o que deve ser certo, moral. Essa ideia está entranhada em toda a sociedade, em todas as esferas de poderes, e na religião, que também se utiliza desse patriarcado. Dessa “ordem natural” ressalta-se também a complementação e subjugação do feminino ao masculino.

É nesse contexto da trajetória da heteronormatividade que se insere a homobifobia, que nada mais é que a aversão e o ódio aos indivíduos LGB(T)²², que resulta, assim, na desvalorização da sua existência e resistência, por não atingirem às expectativas do modelo de

²² Ainda que não sejam objeto da pesquisa em curso, trata-se de matéria por demais complicada para não inserir os indivíduos transexuais, travestis e transgêneros.

cidadão ideal, ou seja, corresponder àquilo que é tido como papel e comportamento social aceitável.

Essa heteronormatividade é trabalhada por Paul Preciado (2011, p. 11), que entende o sexo, enquanto definido pelo órgão sexual, pelas costumeiras práticas sexuais, e pelo papel e comportamento social entre o masculino e o feminino, entra no cálculo do poder, fazendo com que os discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida, como uma forma de política dominante, do masculino acima do feminino, e acima de todas as orientações sexuais “desviantes”.

De acordo com Preciado (2008), a heterossexualidade então é compreendida como um regime político que faz parte do gerenciamento de corpos e gestão calculada da vida, deixando de ser entendida somente como uma prática sexual, mas uma forma de poder e de dominação. E essa heteronormatividade alcançaria até mesmo a homobissexualidade, de forma que o próprio indivíduo que faz parte da comunidade LGB valoriza aquele que performe um padrão de gênero mais próximo do heterossexual, valorizando o homem mais masculino, e a mulher, mais feminina, eliminando assim, aquele que “dêem mais pinta” ou a bi-lésbica que seja “menos masculinizada”.

E essa percepção da orientação sexual compreende também as problemáticas de demonstrar abertamente sua sexualidade, de modo que pressiona o indivíduo a reprimir essa sexualidade, de modo a encaixar nessa heteronormatividade, para ser aceito ou não sofrer perseguições na sociedade.

Nesse contexto, Preciado (2008) entende a heteronormatividade como esse regime político que impõe à sociedade a heterossexualidade como pilar estrutural de valores éticos, morais, ideológicos e de desejos, gerando como resultado a ascensão dessa referência como superior, quando enfrentada com outras expressões de orientação sexual, e, como consequência, a agressividade para com os indivíduos LGB.

De forma semelhante entende Ochy Curiel (2013), que analisa a heterossexualidade como uma instituição política baseada na ideia da diferença sexual, tendo esta como sua base ontológica, a partir da qual definem-se as relações sociais estruturais e sistêmicas, e também as interpessoais, partindo de um pressuposto que define que tem práticas, relações ou orientações

sexuais que diferem da heterossexualidade como “outros e outras”, estabelecendo assim, uma lógica de poder e dominação, que por sua vez, geram violências e opressões. Dessa maneira, a heteronormatividade, ou heterocentralidade, é um regime político de exclusões, opressões e violências, uma norma social obrigatória, que oprime e gera violência aos indivíduos que fujam desse padrão.

Essa construção hierárquica em que os homens cisgêneros²³, brancos, heterossexuais, monogâmicos, não portadores de deficiências, não pobres, cristãos e ocidentais cria também o seu “*nêmesis*”, o seu oposto, contra os quais deve-se aplicar a perseguição e a exclusão, sendo qualquer desvio a essa conduta tida como correta. Esse oposto inclui diversas “minorias”²⁴, como mulheres, negros e negras, gays, lésbicas, transexuais, bissexuais, travestis, intersexos, sendo lidos como inferiores, menos capazes, e até mesmo criminosos (OLIVEIRA, 2013, p. 14).

Isso se dá porque, em uma sociedade estruturada na heteronormatividade como pilar, os indivíduos com outras expressões de orientação sexual desestabilizam a ordem social. É nesse contexto que se concebe a identificação do grupo de indivíduos perseguidos por sua orientação sexual, e a repugnância aos mesmos, se manifestando através de perseguições não somente físicas, como parlamentares, governamentais, jurídicas, filosóficas, e de tantas outras. Trata-se de uma maneira de uniformizar a sociedade, regulando-a, controlando-a e homogeneizando-a, repudiando-se toda e qualquer diferença, vista como uma ameaça ao “*estado normal*” de uma sociedade.

Essas perseguições puderam ser observadas ao longo da história da humanidade, com a expansão da ideia da hostilidade aos indivíduos LGB por parte de governantes em conjunto com as estruturas religiosas, difundindo a ideia de que a orientação sexual diferente da heterossexualidade se tratava de um comportamento que não seria natural, propagando o ódio e lidando como heresia.

²³ Indivíduos nascidos biologicamente como pertencentes ao sexo masculino, e que cuja identidade de gênero está em concordância com esse sexo atribuído ao seu nascimento.

²⁴ Utilizo o sentido de minorias de forma não quantitativa, pois não há evidências de que esses grupos sejam de fato minoria mundial, mas quanto à estrutura de relações de poderes.

Ainda que a homobiafetividade possa ser percebida desde os primórdios da história, tão antiga quanto é a prática homobifóbica, conceituada como a atitude de hostilidade sistemática contra as/os homobissexuais, sendo homens e mulheres, sendo a sua aversão total. (BORRILLO, 2010, p. 13-19).

A Igreja Católica foi um dos alicerces na história da homofobia como conhecemos, tendo grande influência na condenação moral e religiosa no que tange à formação da sexualidade social. Tem como base a formação da homossexualidade como pecado, respaldado por passagens bíblicas²⁵²⁶, utilizadas até a contemporaneidade como razão suficiente para propagar-se o ódio e a perseguição aos indivíduos LGB. Contudo, não somente a Igreja Católica, mas diversas religiões repudiam práticas homossexuais, atribuindo as mesmas ao pecado, e até mesmo à possessão. Até a atualidade são feitos procedimentos que objetivam a “cura homossexual”, como “rezas”, rituais de expulsões de entidades maléficas que supostamente estariam causando essa condição ao indivíduo.

Em meio ao século XIX, surge a ideologia de caráter patológico da homossexualidade, nomeada de homossexualismo à época, por se desviar da heterossexualidade, diferindo do que se tinha como verdadeiramente natural e correto, e passando a ser objeto de tutela do campo da medicina e da saúde pública, também por ser considerada uma forma de relação necessariamente estéril, o que era fortemente tida como patológica.

A homossexualidade surgiu na Classificação Internacional de Doenças – CID, incluída pela Organização Mundial de Saúde em 1948, em sua 6ª Revisão, na categoria “Personalidade Patológica”, modalidade da subcategoria “Desvio Sexual”, até a sua 8ª Revisão em 1965, quando mudou para categoria “Desvio e Transtornos Sexuais”, na modalidade “Homossexualismo” (LAURENTI, 1984).

Tem-se então a homossexualidade como doença mental, devendo ser submetida a tratamento de cura, o qual ia de internações em institutos psiquiátricos com tratamentos de choque e lobotomias, até histerectomia, vasectomia, tratamentos com medicamentos fortes,

²⁵ “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles” (Levítico 20:13, Bíblia).

²⁶ “Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus” (1 Coríntios 6:10, Bíblia).

tratamentos hormonais chamadas de terapias de conversão ou reorientação sexual (MOITA, 2001, p. 91).

Em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana deixou de considerar a homossexualidade como um transtorno mental, removendo de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais – DSM, e, em 1993 a Organização Mundial de Saúde – OMS removeu a homossexualidade como transtorno mental da Classificação Internacional de Doenças – CID, concluindo que tal característica não se mantinha enquanto transtorno médico. Importa ressaltar nesse ponto que isso não ocorre abruptamente, mas através de lutas de movimentos sociais e identitários, com violências generalizadas para com esses grupos de pessoas, gerando mortes e violações de direitos humanos.

Em um cenário de discriminação e disseminação de preconceitos, urge ressaltar que durante a Segunda Guerra Mundial um dos grupos perseguidos era justamente o dos indivíduos que não se identificavam com a orientação sexual heterossexual, mantida inclusive como ilegal pela legislação penal à época, com base no artigo 175 do Código Penal Alemão, que punia o “comportamento homossexual entre homens”, criando dessa forma não somente um novo contingente de indivíduos perseguidos, mas um novo movimento migratório.

Ainda que se tenha alcançado uma evolução jurídico-normativa, as perseguições homobifóbicas ainda são percebidas na sociedade. Isso implica dizer que, para a sociedade, o fato de se relacionar outra pessoa do mesmo sexo ainda gera indignação, perseguição e as mais diversas formas de agressão aos homossexuais, por simples erro conceitual, gerando um desencadeamento do preconceito homofóbico.

Nesse cenário, a perseguição e hostilidade em razão de orientação sexual, como pôde ser observado, não se trata de um fenômeno tão recente, ainda que seja objeto de estudo e pesquisa mais contemporâneo. Os indivíduos LGB, sob fundado temor de tais perseguições, são obrigados a abandonar seus lares, e até mesmo seu país de origem, ou residência habitual.

1.3. Estado das violações e perseguições aos indivíduos LGB no mundo

Hodiernamente, o grupo de indivíduos que se enquadram dentro do termo Lésbicas, Gays e Bissexuais estão sujeitas a sofrerem discriminação em razão de uma característica de sua

identidade, não contando com critério de reconhecimento do status de refugiado específico, passando a se encaixar no critério de Grupo Social Específico, que é um critério sem definição precisa (JUBILUT, 2007, p. 134).

Ainda em 2017, existiam 72 países que são classificados como aqueles que criminalizam a homoafetividade, incluindo o Egito, onde as relações sexuais entre indivíduos de mesmo sexo são penalizadas severamente. Além disso, é preocupante que existam 8 países onde há pena de morte para relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, dos quais 4 (Irã, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen) ela é aplicada em todo o território, em 2 (Somália e Nigéria) é aplicada em algumas províncias e em outras 2 (Síria e Iraque) é aplicada pelo Estado Islâmico, onde este tem controle. (ILGA, 2017; ANEXO II).

Os estudos sobre as nações que aplicam a pena de morte motivadas pela orientação sexual de um indivíduo são extremamente complexos, pois não podem levar em consideração aquelas nações onde a pena de morte é aplicada sem que isso alcance larga escala de conhecimento público.

Também é difícil calcular o número exato de países que criminalizar a homoafetividade posto que poucos dispositivos legais utilizam as palavras exatas como “homossexualidade”, ou “atos homossexuais”, diferindo a conceituação entre os países (BOMFIM, 2011, p. 74).

Em outras palavras, existem ainda os países que agem de forma velada, sob a argumentação de que não existem leis homofóbicas, mas que impõem severas políticas de repressão em razão da orientação sexual de nacionais, como a situação da Chechênia, na Rússia, onde ocorre uma purga anti-gay, ainda que a Rússia não criminalize penalmente a homoafetividade desde 1993.

Em abril de 2017, foram reportados inúmeros casos de indivíduos e grupos LGB detidos arbitrariamente, e casos de homicídios em razão da orientação sexual, na Chechênia, Rússia, com alegações do próprio líder checheno Ramzan Kadyrov, de que as forças policiais não tem de se preocupar com pessoas LGB, pois as próprias famílias dessas pessoas “as enviariam para um lugar de onde não poderiam voltar”. Há relatos corroborados pela Humans Right Watch da criação de campos de concentração para deter, torturar e assassinar indivíduos por conta da

orientação sexual, como não se vê desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Essa purga não tolera nem mesmo as pessoas públicas²⁷.

E, ainda que não haja legislações hostis reconhecidas pelos estudos atuais, a violação de direitos internacionais fundamentais como a exclusão social, como agressões físicas, e negações de direitos como de expressão, e discriminação em diversas áreas na sociedade, a pressão e repressão em sociedades conservadoras são igualmente devastadoras, e caracterizadoras de fundado temor de perseguição (ACNUR, 2012).

Ou seja, ainda que a LGBfobia não seja institucionalizada, diante desse histórico, a sociedade permanece perseguindo indivíduos que não se identifiquem com a heterossexualidade, e muitos Estados não oferecem a proteção necessária, e inerente a qualquer indivíduo. Dessa forma, a migração internacional é posta como uma alternativa extrema, mas muitas vezes como a única alternativa que esses indivíduos possuem, e a solicitação de refúgio como uma possibilidade.

Pode-se observar então, em diversos lugares do globo, abusos aos direitos humanos e perseguições motivadas pela orientação sexual dos indivíduos, sendo o grupo de indivíduos LGB alvo desses abusos, de perseguição moral e social, como discriminação em todos âmbitos sociais, como trabalho, saúde, educação e cidadania, e de assassinatos e violência sexual. Esses indivíduos ainda podem ser (e são) privados de diversos direitos que tangem a esfera privada e pública, como direito familiar, à heranças, bem como direitos econômico-sociais.

1.4. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados dentro de um contexto dos indivíduos LGB

Nesse diapasão, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 1º prevê a igualdade e liberdade em dignidade e direitos para todos os seres humanos, incluindo indivíduos

²⁷ De acordo com Igor Kocketkovof, fundador da Rede LGBT Russa, o cantor russo Zelimkhan Bakaev, desaparecido desde 8 de agosto de 2017, foi a Grozny, capital da Chechênia, para o casamento de sua irmã, teria a confirmação da presunção da organização de que Bakaev foi detido por autoridades chechenas em razão de suspeita de sua homossexualidade. Fontes indicam que ele teria sido assassinado. (GLOBO.COM. Ativista russo revela que foi vítima de perseguição e tortura contra gays na Chechênia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/ativista-russo-revela-que-foi-vitima-de-perseguiacao-e-tortura-contra-gays-na-chechenia.ghtml>>. Acesso em 22 de outubro de 2017).

LGB, tendo direito à garantia de proteção pela sociedade internacional, de maneira igualitária, bem como não discriminatória.

A Convenção de 1951, em sua definição do status de refugiado, traz 5 razões que podem motivar perseguições, sendo raça, religião, nacionalidade, opinião política e pertencimento a grupo social específico. Essa motivação é a mais ampla, não trazendo a Convenção uma definição estrita, e é comumente utilizada em processos de análise de determinação da condição de refugiado, posto que a Convenção, em sua elaboração não previa a necessidade de proteção internacional a indivíduos perseguidos com base em sua orientação sexual.

Em 2002, foram publicadas as Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 02, regendo o pertencimento a um grupo social específico, levando em consideração a abrangência de tal motivação, e observando duas formas de interpretação acerca da conceituação de um grupo social específico nesse contexto, sendo a primeira a das “características que se perpetuam”, que implica dizer em uma característica tão inerente ao indivíduo e sua dignidade humana que não pode ser alterada, e que os outros membros da sociedade não podem renunciá-la. O segundo critério é denominado “percepção social”, que se baseia na análise de um grupo específico, e se esse grupo compartilha de característica comum que faz dele identificável enquanto grupo ou se isso os separa do resto da sociedade (OLIVA, 2012, p. 13-14).

Importa ressaltar, no entanto, que a motivação para perseguição não se restringe ao pertencimento à um grupo social específico, como também pode ter origem em outra razão inerente ao indivíduo, como opinião política, pois, conforme citado, existem países em que a orientação sexual e sua expressão é considerada como oposição ao Estado e seu governo. Explicita-se também a que, em casos em que o indivíduo não se identifique como LGB, ao praticar relação sexual com outra pessoa do mesmo sexo, pode sofrer perseguição base na orientação sexual e ser abrangido pela razão grupo social específico (OLIVA, 2012, p. 14-15).

Em 1981, na Holanda, foi reconhecida a condição de refugiado com perseguição motivada por orientação sexual pela primeira vez, caracterizando indivíduos LGBs como grupo social específico, por meio do caso “*Afdeling rechtspraak van de Raad van State (Judicial Division of the Council of State) 13 August 1981, Rechtspraak Vreemdelingenrecht 1981, 5, Gids Vreemdelingenrecht (oud) D12-51*”, no qual dispõe que o conceito de grupo social

específico pode ser aplicado para um grupo que contenha as mesmas características, como por exemplo, a orientação sexual (NASCIMENTO, 2015, p. 07)

Em meio a esse contexto, em 2007 foram adotados, por unanimidade, os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, após reuniões envolvendo grupos de especialistas em direitos humanos. Tal documento reflete os princípios consolidados de Direito Internacional, trazendo a estrutura da proteção internacional que é aplicada em casos de perseguição motivada por orientação sexual, determinações e orientações aos Estados para que os mesmos adaptassem suas legislações, e abordando a necessidade de proteção internacional a esses grupos historicamente perseguidos (MULLER, 2012, p. 48).

O documento elenca 29 princípios, com o objetivo de efetivar os já existentes instrumentos internacionais de garantia à proteção do indivíduo perseguido com base em sua orientação sexual. Em seu interim, dispõe que deverão os Estados revogar dispositivos jurídicos, em especial criminais, que proíbam ou sejam utilizados para proibir a prática sexual entre indivíduos do mesmo sexo, sendo consensual e entre maiores. Prevê que toda pessoa independente de sua orientação sexual tem direito à segurança pessoal e proteção Estatal contra violência ou dano corporal, seja infligido pelo governo ou qualquer outro indivíduo/grupo, em seu Princípio 5º - Direito à Segurança Pessoal.

Dentre seus princípios, além dos mencionados, destaca-se o Princípio 23º - Direito de Buscar Asilo.

Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. Um Estado não pode transferir, expulsar ou extraditar uma pessoa para outro Estado onde esta pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Os Estados deverão:

- a) Rever, emendar e aprovar leis para assegurar que o temor fundamentado de perseguição por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero seja aceito para reconhecimento do status de refugiado e asilado;*
- b) Assegurar que nenhuma política ou prática discrimine aquelas pessoas que buscam asilo na base de sua orientação sexual ou identidade de gênero;*
- c) Garantir que nenhuma pessoa seja transferida, expulsa ou extraditada para qualquer Estado onde essa pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de tratamento ou*

punição cruel, desumano ou degradante, por causa da orientação sexual ou identidade de gênero daquela pessoa.

Esse princípio é interpretado pela sociedade internacional como garantidor da possibilidade de o indivíduo LGB que sofra perseguição motivada por sua orientação sexual, de buscar refúgio em outro Estado.

Em 2012, o ACNUR publicou as Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 09, que rege as solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero, no contexto do artigo 1A da Convenção de 1951 (ACNUR, 2012), tratando de estabelecer a interpretação dos envolvidos com a determinação na condição de refugiados de que os indivíduos que sofrem de fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual podem se enquadrar no conceito de refugiado, consolidado na Convenção de 1951 (ACNUR, 2012).

Ainda que de louvável conteúdo, há de ser feita a observação com relação à demora em que foi reconhecida a perseguição aos indivíduos LGB, e a necessidade de serem eles protegidos sob a égide do instituto do refúgio, sendo somente em 2012 que isso deixou de ser uma questão discutida e problemática, com as Diretrizes nº 09.

Esse novo documento inicia com o reconhecimento da perseguição violenta baseada na orientação sexual dos indivíduos, da ciência internacional dessa perseguição à indivíduos LGB, da caracterização da motivação no conceito de refugiado trazido pela Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967 e da rasa vinculação dos mesmos perante à comunidade internacional.

Admite que os indivíduos LGB são vítimas de um inúmero de violações de direitos humanos, tais quais o assassinato, a violência sexual, agressões físicas, negação de direito de reunião, expressão e informação, bem como de direitos econômico-sociais, como ao trabalho, saúde e educação, como de curial sabença, e elucidado acima. Traz em sua introdução a informação de que muitos países criminalizam a homoafetividade, mencionando o levantamento de dados feito pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais – ILGA.

Ainda, a Diretriz afirma que a orientação sexual do requerente é relevante quando ele vem de um Estado no qual a sua orientação não é vista como correta, ditando normas políticas,

culturais ou sociais predominantes. Em geral, a reprovação da sociedade sobre as identidades sexuais e sobre a forma como elas

Esse documento traz um guia de orientação sobre como devem lidar os envolvidos com a determinação da condição de refugiado, sejam os Estados, juristas, o judiciário, funcionários do ACNUR ou tomadores de decisão dos Estados de acolhida.

A diretriz sugere áreas úteis de investigação a fim de apurar a credibilidade das alegações, como a autoidentificação, a infância, as relações familiares, os relacionamentos afetivos e sexuais e a religião, dentre outras. Segundo o documento, a autoidentificação como homossexual deve ser considerada como uma indicação da orientação sexual do requerente, embora alguns indivíduos possam nutrir profunda vergonha ou homofobia internalizada, fazendo com que eles neguem sua orientação e adotem um comportamento heteronormativo.

Além disso, a Diretriz nº 09 ressalta que para o critério pautado na “percepção social” não é necessário haver uma identificação coletiva, não sendo preciso sequer que os membros se reconheçam entre si. O atributo comum não precisa ser identificável por terceiros e também “não é necessário ser do conhecimento público quem são os membros específicos do grupo ou quais são as características que eles têm em comum” (ACNUR, 2012, p. 22). Também afirma que para caracterização do fundado temor de perseguição não é essencial a criminalização das relações entre indivíduos do mesmo sexo.

No entanto, esses documentos são puramente recomendações, oferecendo uma orientação legal de interpretação, cabendo aos Estados seguir ou não as recomendações e acatar às suas legislações internas.

Contudo, não há de se perder a importância, pois caracteriza de forma consolidada a determinação da condição de refugiado baseada na orientação sexual do indivíduo, trazendo uma interpretação mais adequada ao conceito de refugiado da Convenção de 1951, abarcando esse grupo de indivíduos perseguidos ao longo da história da humanidade.

Cabe mencionar que informações específicas e relevantes a respeito da situação e do tratamento de indivíduos LGB no Estado de origem ou residência habitual muitas vezes não existem, ou são pouco divulgados. Outro ponto que merece realce é a resistência quanto à

acolhida de refugiados perseguidos por sua orientação sexual, pois a construção do ideal masculino, do seu oposto feminino, com a consequente homofobia intrínseca afeta toda a sociedade internacional, de modo que existem Estados em que a acolhida do solicitante pode não ser bem recebida, e há Estados com notório histórico de acolhimento de solicitantes de refúgio.

Nesse contexto, o Canadá possui grande destaque internacional no que tange ao acolhimento de refugiados, de diversas nacionalidades, se deslocando com esse destino, buscando refúgio (JORDAN e MORRISSEY, 2013, p. 13), incluindo as minorias sexuais LGB. Essa prática possui um viés humanitário, e por questões de gênero. Dessa forma, o Canadá é considerado um padrão a ser observado, senão seguido, no que tange ao acolhimento de indivíduos LGB, sendo referência na proteção dos direitos humanos e na afirmação da diversidade sexual.

2. O CANADÁ ENQUANTO REFÚGIO-MODELO

De acordo com a ACNUR, ao final do ano de 2017, 104.778 (cento e quatro mil, setecentas e setenta e oito) pessoas são definidas enquanto refugiadas no Canadá, e 51.874 (cinquenta e um mil, oitocentas e setenta e quatro pessoas) pessoas são solicitantes de refúgio no país. Esses números demonstram a aparente abertura do país enquanto receptor de indivíduos que tenham saído de seus países por causa de um fundado temor de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, opinião política, ou pertencimento em determinado grupo social, podendo-se incluir, mas não se limitando à orientação sexual, identidade de gênero, gênero *per se*, e status de HIV (ACNUR, 2017).

O Canadá, enquanto signatário da Convenção de 1951, e parte do Protocolo de 1967, ambos referentes ao Estatuto do Refugiado, é compelido a seguir diversas obrigações internacionais, e a oferecer todo um sistema de proteção e acolhimento aos refugiados.

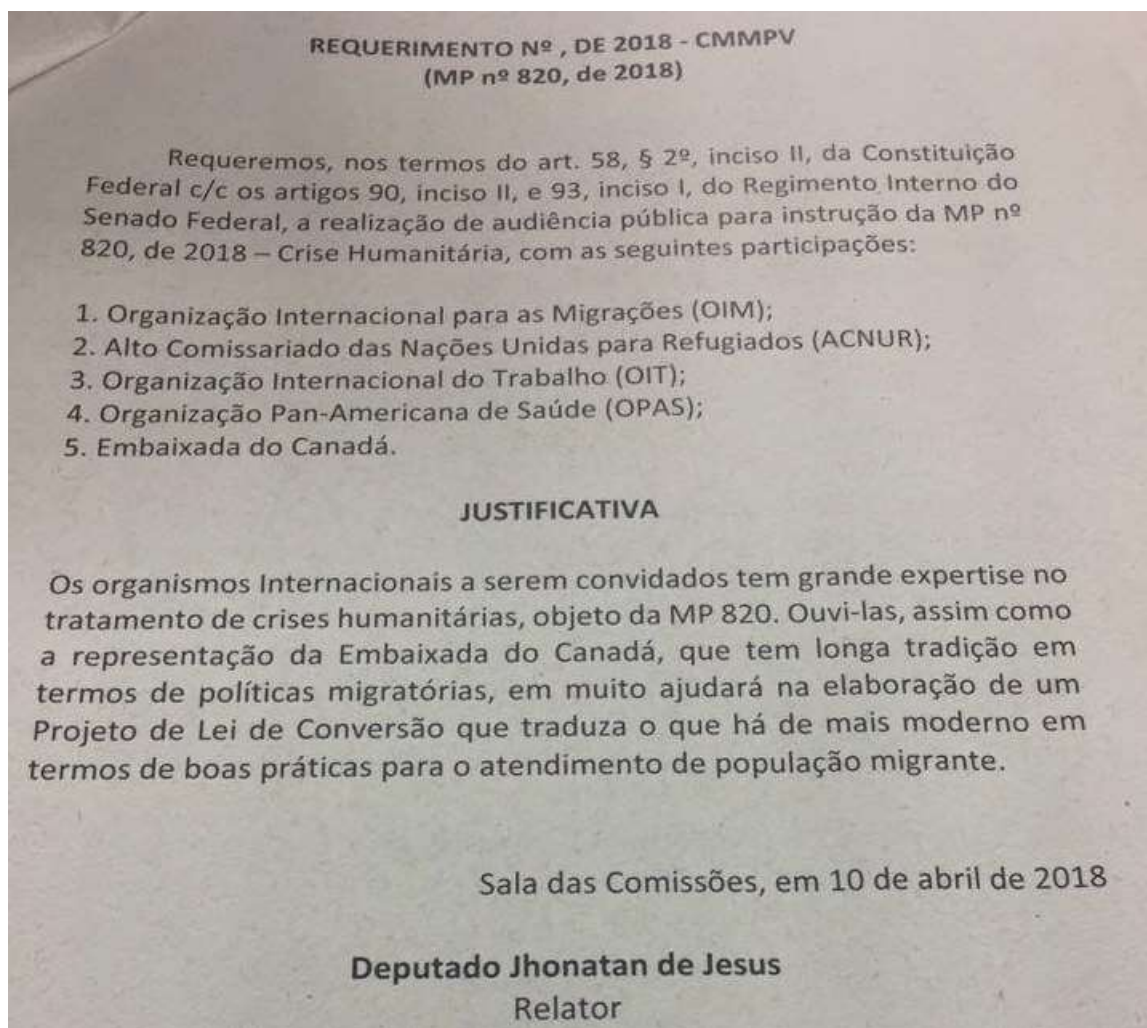
Neste diapasão, o presente tópico se debruça sobre a condição do Canadá, colocado como um modelo a ser seguido por diversos países, tendo uma tradição de boas práticas internacionais no que tange ao instituto do refúgio e políticas migratórias num todo, e sendo um porto seguro para indivíduos LGB que buscam a proteção de seus direitos fundamentais; bem como discorre acerca do procedimento de pedido de refúgio no Canadá por parte desses indivíduos.

2.1. O Canadá enquanto refúgio-destino para indivíduos LGB e suas legislações

O Canadá é reconhecidamente, em dimensões internacionais, um país em que a política migratória internacional é abertamente estimulada, tanto pela sociedade canadense, como por seu governo, sendo definido como um tradicional país de imigração. Inclusive, porção considerável de sua população é proveniente de residentes nascidos no exterior (SIMÕES, 2017, p. 21-22).

O Brasil é um dos países da sociedade internacional que elencam o Canadá nesse pódio de nações tradicionalmente estimuladores de políticas migratórias; inclusive, durante trâmite da Medida Provisória nº 820/2018, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, indicou, por meio de requerimento de 2018, feito pelo relator Dep. Jhonatan de

Jesus, a Embaixada do Canadá como organismo internacional com grande expertise no tratamento de crises humanitárias, tendo longa tradição em termos de políticas migratórias, com o que há de mais moderno em termos de boas práticas para o atendimento da população migrante.



Esse reconhecimento pela sociedade internacional o coloca em um patamar que o traz respeito pelas demais nações, e o transforma em um destino favorável aos indivíduos que buscam a determinação da sua condição de refugiados, não somente por ser um destino receptivo aos refugiados, mas por sua preocupação na inserção e integração desses refugiados na sociedade canadense (SIMÕES, 2017 p. 104).

Em Relatório Anual de Imigração de 2017, foi reportado que em 2016, 46.319 (quarenta e seis mil, trezentas e dezenove) pessoas foram admitidas no Canadá enquanto residentes permanentes que receberam status de pessoas refugiadas no Canadá, superando o limite

máximo da faixa de admissão que estava planejada para alcançar o número máximo de 46.000 pessoas (CANADA, 2017).

Ainda de acordo com relatório do próprio governo do Canadá, avalia que aproximadamente 50.450 (cinquenta mil, quatrocentas e cinquenta) indivíduos solicitaram um pedido de refúgio no Canadá, ao longo do ano de 2017 (CANADA, 2017). E, durante período compreendido entre os meses de janeiro e agosto de 2018, o número de requerentes de refúgio já alcança montante de 35.365 (trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) indivíduos (IRB, 2018).

A solicitação de novos pedidos de determinação da condição e proteção aos refugiados e, consequentemente, os recursos para os refugiados tem aumentado exponencialmente no último ano; as reivindicações aumentaram em 82% e os apelos em 45% em 1 ano, em junho de 2018, conforme boletim informativo do Conselho de Imigração e Refugiados do Canadá (IRB, 2018).

Ainda neste sentido, o Canadá tem um histórico também reconhecido internacionalmente de fornecer proteção e ajudar a acolher os grupos perseguidos com base em sua orientação sexual. É grande o número de indivíduos de diversas nacionalidades que migram para este país buscando refúgio por causa de suas orientações sexuais (JORDAN, MORRISEY, 2013, p. 13).

Em 1991, em resposta à crescente conscientização da perseguição desse grupo de indivíduos LGB, ao redor do mundo, o Canadá tornou-se o primeiro país a aceitar solicitações de determinação da condição de refugiado e acolhida, com base na perseguição devido à orientação sexual ou identidade de gênero – SOGI²⁸ (LAVIOLETTE, 2015, p. 3). Desde então, o Canadá vem se tornando conhecido como um destino seguro para indivíduos que sofrem esse tipo de perseguição em seus países de origem.

Esse reconhecimento se estende ao estímulo criado pelo próprio Governo do Canadá no que se refere às políticas migratórias LGB. De acordo com o *Human Rights Watch* (HRW, 2018), organização internacional não-governamental e sem fins lucrativos de direitos humanos,

²⁸ *Sexual Orientation or Gender Identity.*

o Canadá estabelece exemplo internacional em direitos LGBT, ao se impor e oferecer refúgio no país aos indivíduos que ficaram presos na Rússia²⁹.

O processo da determinação da condição de refugiados no Canadá é regulado pela Lei de Imigração e Proteção aos Refugiados³⁰, que estabelece os princípios e conceitos fundamentais que regem os programas de proteção à imigração e refugiados do Canadá, dispondo sobre refugiados, patrocínios e remoções, revisões de detenção e audiências de admissibilidade, e a jurisdição e poderes dos tribunais, tendo entrado em vigor em 28 de junho de 2002.

No que tange ao sistema de proteção e acolhimento aos refugiados, este pode ser dividido por essa legislação em duas partes: a primeira sendo o Programa de Refúgio e Reassentamento Humanitário³¹, para pessoas que precisem de proteção de fora do Canadá, que já obtiveram a determinação da condição de refugiado em um outro país, ou seja, que não passam pelo procedimento de refúgio, mas pelo programa de reassentamento. São indivíduos já reconhecidos enquanto refugiados e que serão apoiados pelo governo canadense (ou pela província de Quebec).

Esses refugiados são identificados pelo ACNUR, juntamente com patrocinadores privados, não sendo, dessa forma, o próprio indivíduo ou grupo que requer diretamente no Canadá o reassentamento, e, uma vez identificados, leva tempo para processar os casos, seis meses ou mais (CANADA, 2018).

Importa ressaltar que, nesse cenário, o programa de reassentamento é quase sempre um projeto governamental, em que há a escolha dos indivíduos pelo ACNUR, e patrocinadores privados, sempre seguindo as diretrizes impostas pelo Canadá.

Os refugiados que buscam reassentamento podem ser divididos em *GAR's* (*Government Assisted Refugees*), que chegam ao país com o visto de residência permanente, e são inteiramente apoiados pelo Governo do Canadá, recebendo suporte da Organização Internacional para as Migrações (OIM), e do próprio governo canadense para os preparativos

²⁹ Conforme mencionado anteriormente, foram reportados inúmeros casos de indivíduos e grupos LGB detidos arbitrariamente, e casos de homicídios em razão da orientação sexual, na Chechênia, Rússia, em 2017.

³⁰ *Immigration and Refugee Protection Act, S.C.2001, c. 27.*

³¹ *Refugee and Humanitarian Resettlement Program*, no original.

para a viagem ao Canadá; contudo, estes têm o ônus de custear a passagem e o exame médico para entrar no Canadá, recebendo no entanto, assistência mensal pelo *Resettlement Assistance Program (RAP)*, programa do próprio governo canadense destinado aos GAR's, variando dependendo da província, e número de membros da família. (SIMÕES, 2017, p. 107-109).

O outro grupo que faz parte do Programa de Refúgio e Reassentamento Humanitário são os *PSR's (Private Sponsored Refugees)* que são refugiados patrocinados por particulares, sendo pessoas naturais ou jurídicas, sendo que alguns patrocinadores fazem isso de forma contínua, assinando acordos de patrocínio com o governo do Canadá para ajudar a apoiar os refugiados. Os titulares do acordo de patrocínio podem patrocinar os próprios refugiados ou trabalhar com outras pessoas da comunidade para fazê-lo. Outros patrocinadores, conhecidos como Grupos de Cinco e Patrocinadores Comunitários são pessoas ou grupos na comunidade que se juntaram para patrocinar refugiados, e estes dois últimos grupos geralmente não patrocinam refugiados de maneira contínua. Os *PSR's* também recebem residência permanente do Governo do Canadá; contudo, a assistência de permanência é custeada pelos grupos que os patrocinaram de forma privada (CANADA, 2018).

Ainda há o grupo dos *Blended Visa-Office Reffered – BVOR's*, que nada mais seria que o misto dos subgrupos mencionados anteriormente, no qual as entidades privadas e o Governo do Canadá dividem os custos do programa, e o refugiado recebe apoio mensal, sendo 06 (seis) meses de custeio do Governo e 06 (seis) meses de custeio das organizações privadas.

Finalmente, há a segunda parte dos refugiados acolhidos pela Lei de Imigração e Proteção ao Refugiado. São os indivíduos que solicitam refúgio no Canadá, os quais, por não ter passado pelo processo de determinação do status definitivo de refugiado em outro país, ainda precisam obter este reconhecimento. E, uma vez obtida a condição de refugiado, não é imediata a concessão da residência permanente, podendo levar anos durante esse processo. Esses refugiados, que já se encontram em solo canadense ou solicitam a concessão do status de refugiado no momento de entrada são os refugiados *landed in* (SIMÕES, 2017, p. 111).

Em 15 de dezembro de 2012, o Sistema de Determinação de Refugiados do Canadá passou por fortes mudanças, com a vigência das emendas à Lei de Imigração e Proteção ao

Refugiado, como a Lei de Reforma Refugiada Equilibrada e Lei de Proteção ao Sistema de Imigração do Canadá³², bem como os respectivos regulamentos de cada uma.

E, com base predominantemente nas quais o governo canadense realiza o treinamento dos tomadores de decisões acerca das solicitações de refúgio com base na perseguição por SOGI, entrou em vigência em 01 de maio de 2017 as Diretrizes do Presidente nº 9³³, que têm por objetivo a promoção de uma maior compreensão dos casos que envolvem orientação sexual e identidade/expressão de gênero, e os danos que os indivíduos podem enfrentar devido à sua não conformidade com as normas SOGI socialmente aceitas.

Assim, apresenta uma diversidade de hipóteses de estereótipos que não devem ser considerados no julgamento de casos que envolvam perseguição por SOGI, como a masculinização da mulher lésbica ou bissexual, e a feminilização do homem gay ou bissexual; a ideia de que relacionamentos românticos ou sexuais têm a mesma dinâmica e características ainda que se considerem culturas distintas; a ideia de que indivíduos perseguidos por SOGI são promíscuos, ou que sequer tiveram relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Contudo, como será demonstrado abaixo, sua noção de perseguição ainda se mantém um tanto conservadora, pois equipara expressamente a criminalização de relações entre mesmo sexo, e outras normas repressivas, às discriminações que podem ser vivenciadas no cotidiano desses indivíduos, o que pode deixar uma margem aberta para que haja solicitações de refúgio negadas para pessoas que vivem sob repressão e quadros jurídicos discriminatórios.

No entanto, ainda assim, são Diretrizes que trazem respostas à uma demanda de solicitantes de refúgio que não se encontra na maioria dos restantes instrumentos oficiais de orientação em matéria de refúgio, abrangendo cenários até como indivíduos perseguidos por SOGI menores de idade (DUSTIN, FERREIRA, 2017, p. 80-81).

³² Tradução livre, sendo o texto original: *Balanced Refugee Reform Act*, e *Protecting Canada's Immigration System Act*, respectivamente.

³³ *Chairperson's Guideline 9: Proceedings Before the IRB Involving Sexual Orientation and Gender Identity and Expression*, no original. Essas diretrizes foram dedicadas à falecida Nicole LaViolette, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa, e grande pesquisadora acerca do tema. Sua obra, inclusive, faz parte do acervo bibliográfico utilizado na presente pesquisa.

Ademais, é preciso ter em mente que, ainda que o governo canadense abra muitos caminhos e elucide muitas questões na matéria de refúgio, além de estabelecer um modelo de boas práticas para outras nações, pode existir uma lacuna entre a orientação e a prática, como será analisado no capítulo terceiro.

2.2. Procedimento de solicitação de refúgio no Canadá

Independentemente da origem do solicitante, o trâmite do processo de solicitação de refúgio é sempre o mesmo, e está descrito na Lei de Imigração e Proteção ao Refugiado de 2002.

A concessão da condição de refugiado é feita pelo Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá³⁴ (IRB), que é o maior tribunal administrativo e independente do Canadá, sendo responsável pela tomada de decisões concernentes a imigração ou refúgio, sendo de sua competência justamente a decisão sobre quem precisa da proteção do refúgio no Canadá, dentre as milhares de solicitações que dão entrada no país.

De acordo com a legislação canadense, o IRB é subdividido em: Divisão de Proteção aos Refugiados (RPD), e Divisão de Imigração (ID), como instâncias primárias administrativas, e em Divisão de Apelação dos Refugiados (RAD) e Divisão de Apelação de Imigração (IAD)³⁵. É a Divisão de Proteção a Refugiados o organismo responsável por tomar a decisão que qualifica ou desqualifica um indivíduo enquanto refugiado, razão pela qual será o órgão mais mencionado no decorrer deste capítulo, bem como a Divisão de Apelação dos Refugiados.

2.2.1. Início do procedimento de solicitação de refúgio

As solicitações de refúgio *in landed* podem ser realizadas por indivíduos nos portos de entrada do Canadá, seja aeroporto, porto marítimo ou fronteira terrestre, com um funcionário da Agencia de Serviços de Fronteiras do Canadá (CBSA)³⁶, que irá decidir se a solicitação é elegível para ser encaminhada à RPD, por meio de uma entrevista de elegibilidade.

³⁴ *Immigration and Refugee Board of Canada – IRB*, doravante IRB, ou Conselho.

³⁵ Refugee Protection Division, Immigration Division, Refugee Appeal Division, e Immigration Appeal Division, doravante respectivamente, RPD, ID, RAD e IAD.

³⁶ Immigration, Refugees and Citizenship of Canadá, doravante IRCC.

Neste momento, o solicitante receberá dois documentos, a Confirmação de Referência, e um Formulário de Base de Reivindicação – Formulário BOC (Anexo I)³⁷, e tem um prazo de 15 dias para preenche-los e entrega-los à RPD, que é para onde a solicitação é enviada. Importa ressaltar que a documentação preenchida é individual, e no caso de ser uma família, a documentação tem que ser preenchida por cada membro da mesma.

A solicitação não necessariamente é realizada nas regiões de fronteira, podendo também ser realizada por indivíduos que já se encontravam no Canadá, caso em que a solicitação irá ocorrer em um dos escritórios da Imigração, Refúgio e Cidadania do Canadá (IRCC), momento no qual deve o solicitante apresentar todos os formulários do kit de solicitação, bem como o Formulário BOC, completo.

Juntamente da Confirmação de Referência, o oficial da CBSA ou do IRCC fornecerá ao solicitante uma cópia de dois outros documentos essenciais para que este se localize e entenda melhor não só sua situação, mas todo o procedimento pelo qual está passando, sendo as “Instruções Importantes para os Solicitantes de Refúgio” e o “Guia do Solicitante”.

O Formulário BOC é um formulário extenso, no qual o solicitante apresenta sua solicitação, detalhadamente descrevendo quem é, e o motivo pelo qual busca proteção no Canadá, o que é de extrema delicadeza, pois pode o solicitante estar vindo de uma situação extrema, e não necessariamente pontual, aguda, na qual corria risco de vida e acabar não dando a despejando todos as minúcias naquele formulário.

As minúcias são de extrema importância pois a tomada de decisão levará em consideração todas as informações providas no formulário BOC, juntamente com o depoimento pessoal que será colhido na audiência, e com as evidências, caso existam, para decidir se o indivíduo se qualifica para proteção sob o status de refugiado. Inclusive, na audiência onde será colhido o depoimento pessoal, poderá ser indagada qualquer informação provida no formulário, bem como informações não incluídas.

Por fim, deve o solicitante, quando da entrega do formulário na RPD, submeter à análise quaisquer documentos que corroborem as alegações da solicitação, incluindo documentos de

³⁷ *Confirmation of Referral e Basis of Claim Form*, respectivamente.

identificação, que comprovem quem o solicitante é, evidências das violações de direitos humanos no país de origem, e qualquer documentação que esteja em consonância com o que o solicitante alega, deverá ser entregue, como e-mails trocados, fotografias, cartas, mensagens de texto, *printscreen* de redes sociais, impressão de notícias acerca do país de origem, documentação médica e/ou psicológica, bem como policial, não se limitando a esses documentos, no entanto.

Essas evidências podem ajudar os solicitantes a demonstrar a sua credibilidade, comprovar genuíno e fundado temor de perseguição no país de origem, que o risco corrido no país é pessoal, que o governo é incapaz de proteger, e que não poderia viver de forma segura em outra região do país de origem. Poderá também o solicitante se valer de testemunhas, que deverão ser levadas à audiência, sendo alguém que saiba da solicitação e possa prover informações que ajudarão o tomador de decisões a analisar o caso. Neste caso, deve o solicitante ainda submeter uma série de informações sobre cada uma das testemunhas, por escrito, no máximo até 10 dias antes da data da audiência.

O lapso temporal até a RPD determinar uma data para a audiência pode demorar um prazo entre dois a três meses (SIMÕES, 2017, p. 112-113), um prazo substancialmente mais curto ao que costumava demorar, que era de 8 a 24 meses de longa espera para determinação da audiência. A RPD, então, envia ao solicitante uma Notificação de Comparecimento, por correio, informando a data, o horário e localização onde será realizada a audiência.

2.2.2. A audiência

No caso do solicitante que não possa comparecer na data marcada, há uma outra data indicada na Notificação, que é a data de audiência especial a qual tem de comparecer o solicitante para explicar o porquê de não ter comparecido na data regular, com explicação razoável, sob pena da solicitação ser considerada abandonada. Vez que a solicitação seja considerada abandonada, o solicitante não poderá prosseguir com aquela solicitação ou fazer uma nova no futuro.

A Audiência e seu objetivo central são baseados na determinação do solicitante ser quem diz que é, e tão importante quanto para o conselho, é se quem o solicitante diz que é, está em consonância com a definição de refugiado trazida pela Convenção de 1951, e pela Lei de

Imigração e Proteção a Refugiados do Canadá. E no tocante específico de solicitantes que buscam a determinação dessa condição com base na perseguição pela orientação sexual, é de fato descobrir se o indivíduo solicitante é realmente parte da comunidade LGB, e se existe fundado temor de perseguição por conta disso no país de origem. Cabe informar que justamente por isso é a parte mais essencial de todo o processo de refúgio.

Dessa forma, é a audiência em tese um procedimento não adversarial, no qual o tomador de decisão irá entrevistar o reivindicante acerca dos fatos alegados, e de que forma esses fatos corroboram a sua solicitação, em razão de ser estabelecida a verdade da história (MURRAY, 2015, p. 95). O solicitante poderá então ser interrogado tanto pelo membro tomador de decisão, quanto pelo advogado contratado pelo solicitante, e, no caso de escritório IRCC ou a CBSA estiver participando da audiência, o conselho do Ministro também poderá interrogar o solicitante.

Essas audiências costumam durar metade de um dia, seja pela parte da manhã ou da tarde, são privadas, para proteger ao solicitante e à sua família, e, caso o membro do RPD que determinará pela concessão ou negação da condição de refugiado não estiver na mesma cidade que o solicitante, poderá a audiência ocorrer por meio de videoconferência. A audiência é normalmente composta pelas seguintes pessoas:

- a) Oficial de proteção ao refugiado, membro representante da RPD, que são as pessoas imparciais que decidirão sobre a solicitação do indivíduo;
- b) Conselho do Ministro, que são representantes do CBSA, ou do escritório IRCC, que poderão estar presentes para se opor à solicitação (em caso de estarem presentes, o solicitante será informado previamente);
- c) Conselho do Solicitante, que são representantes do solicitante, como um advogado, que poderá ajudar a você a apresentar sua reivindicação;
- d) Um intérprete, que será provido pela RPD, sem custos para o solicitante. Havendo necessidade de utilização de um intérprete, o solicitante deve escrever a língua e dialeto que quer usar na seção correspondente no formulário BOC, e a tradução será feita dessa

língua/dialeto para uma das línguas oficiais do Canadá, sendo inglês ou francês, a depender de escolha do solicitante;

- e) O próprio solicitante; e,
- f) Poderá haver um amigo ou familiar convidado pelo solicitante.

Durante a audiência, o representante da RPD, tomador de decisão, irá apresentar a todos, e elucidar o procedimento da audiência ao solicitante, que irá proferir solene juramento de contar somente a verdade. Ato contínuo, irá o representante numerar todas as evidências colhidas e entregues, bem como realizar verificação dos documentos originais que o solicitante levar consigo à audiência.

Então, iniciará a entrevista com o reivindicante, na qual o representante fará as perguntas julgadas importantes para avaliar a credibilidade das alegações do solicitante, em contraste com a sua narrativa, com as evidências entregues pelo solicitante. Caso o solicitante tenha um conselho, o representante deste poderá fazer perguntas também; e caso inexistir um representante contratado do solicitante, o representante da RPD poderá conceder ao reivindicante uma oportunidade de contar aos participantes da audiência o que julgar pertinente à matéria.

Posteriormente, caso o solicitante tenha convidado alguma testemunha, esta irá depor. Com o intuito de tentar evitar quaisquer conduções das testemunhas à erro, estas não irão participar da audiência até o fim da entrevista do solicitante, quando serão convidadas para juntar-se à sala, para serem entrevistadas também.

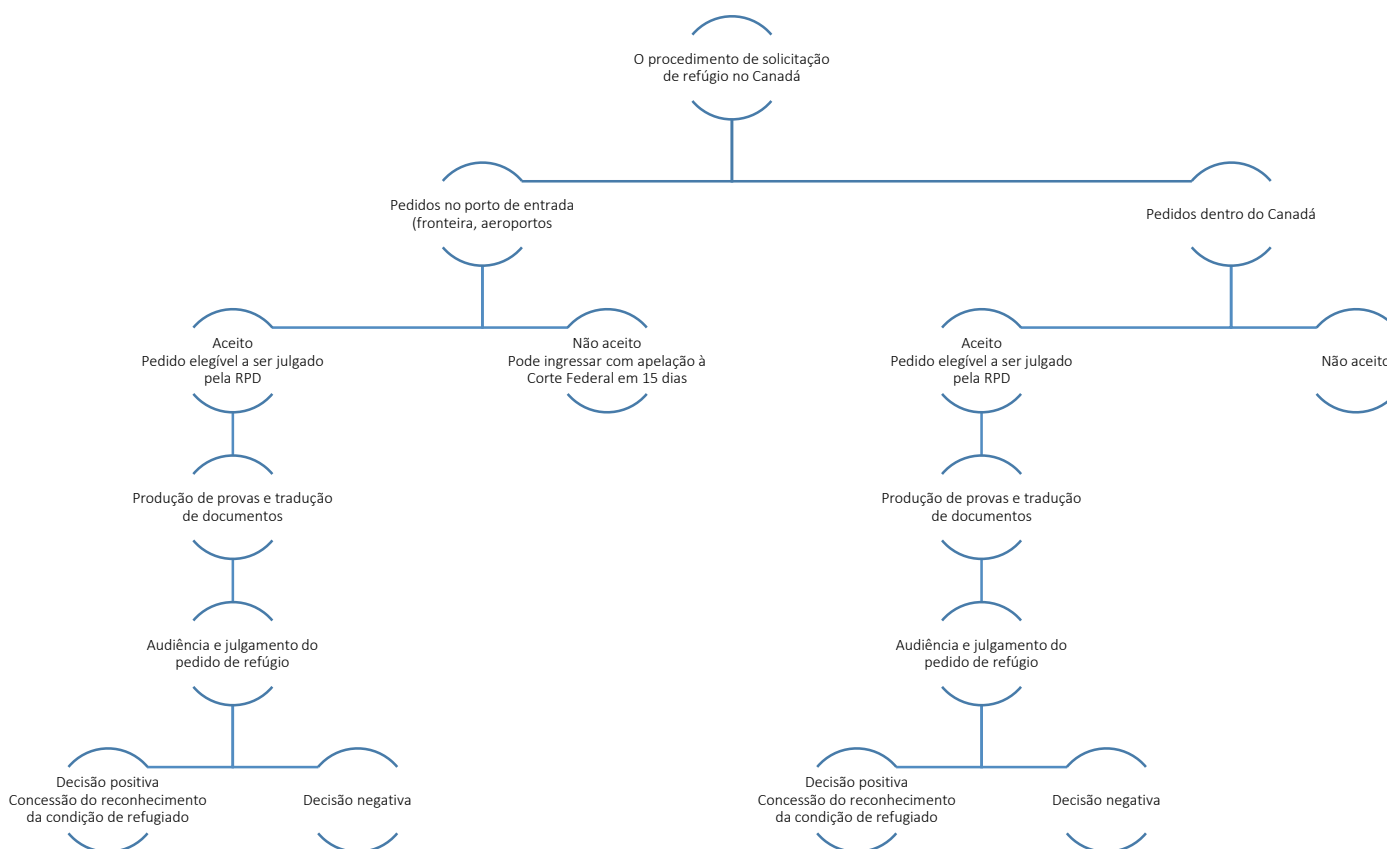
Após a entrevista do solicitante e das testemunhas, o representante da RPD tomador de decisões solicita ao reivindicante ou ao advogado representante do reivindicante que explique a todos os motivos pelos quais julga que sua reivindicação deveria ser aceita. E, caso o conselho do Ministro esteja participando, terão também uma oportunidade para tecer comentários sobre o caso também.

2.2.3. Decisão

O oficial da RPD então decide acerca da solicitação da determinação da condição de refugiado do indivíduo, e diz oralmente a decisão no fim da audiência, **ou** envia a decisão por correios. Em todo caso, será recebido pelo solicitante uma Notícia de Decisão por escrito, na qual a decisão e as razões do porquê a solicitação foi concedida ou negada são expostas.

Sendo deferida a solicitação e concedido o status de refugiado ao então solicitante, receberá a Notícia de Decisão explicando os motivos pelos quais foi deferida. O escritório IRCC ou a CBSA também receberão cópias da decisão para o caso de decidirem recorrer da decisão positiva à Divisão de Apelação de Refugiados – RAD, ou procurar diretamente revisão da decisão junto à Corte Federal. Caso a decisão não seja recorrida e reformada pela RAD, ou pela Corte Federal, o solicitante será elegível a solicitar ao IRCC a residência permanente no Canadá.

Figura 1 – Fluxograma do procedimento de solicitação de refúgio no Canadá



Fonte: <http://refugee.cleo.on.ca/en/refugee-claim-flowchart>. Tradução própria.

2.2.4. Apelação da decisão

Na mesma Notícia de Decisão, em caso de ser negada a solicitação, também é indicado pela RPD se o solicitante poderá recorrer à Divisão de Apelação de Refugiados – RAD, ou recorrer diretamente à Corte Federal.

A maioria dos solicitantes pode recorrer das decisões junto à Divisão, exceto: decisões que se refiram à solicitações de “designated foreign nationals”, que são indivíduos que não são cidadãos canadenses ou residentes permanentes, tendo sua interpretação dada pela subseção 20,1(2) da Lei de Imigração e Proteção aos Refugiados do Canadá; decisões que determinaram a solicitação como abandonada, decisões que rejeitaram a solicitação constatando que a solicitação não tem base crível ou é infundada, decisões em relações a pedido de proteção feito em uma fronteira terrestre com os Estados Unidos da América e a reivindicação foi enviada à RPD como uma exceção ao Acordo de Terceiro País Seguro; se o Ministro solicitou que cessasse a proteção de refúgio e a decisão permite essa solicitação; se o Ministro solicitou o cancelamento da decisão que deferiu a solicitação de proteção de refúgio; ou se a solicitação foi enviada ao Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá antes de 15 de dezembro de 2012, data de abertura da Divisão de Apelação de Refugiados.

A apelação da decisão deve ser realizada em consonância com o procedimento legal existente, também descrito em sua integralidade na Lei de Imigração e Refúgio do Canadá, sendo necessário arquivar um aviso de apelação no prazo de 15 dias após o dia do recebimento da Notícia de Decisão, à Divisão de Apelação de Refugiados, em três cópias. Sem prejuízo do prazo, em 30 dias do recebimento da Notícia de Decisão, deve o recorrente arquivar junto à RAD suas razões de apelação.

Nesse momento, caso o recorrente apresente novas evidências, a RAD irá decidir se considerará as novas evidências, caso essas evidências não existam da época em que a RPD rejeitou a solicitação, se não estavam razoavelmente disponíveis quando da rejeição da solicitação, ou se em nenhuma hipótese a RPD poderia esperar que o solicitante as tenha fornecido quando do indeferimento do pedido.

Também será decidido nesse momento acerca da necessidade de nova audiência, que somente será realizada em caso de apresentação de novas evidências, e a RAD decidir por

considerar que as evidências mostram que pode ter havido erro grosseiro acerca da credibilidade do solicitante; que a evidência nova é essencial à decisão da solicitação; e que, se aceita, proverá boa razão para deferir ou indeferir a reivindicação de proteção de refúgio.

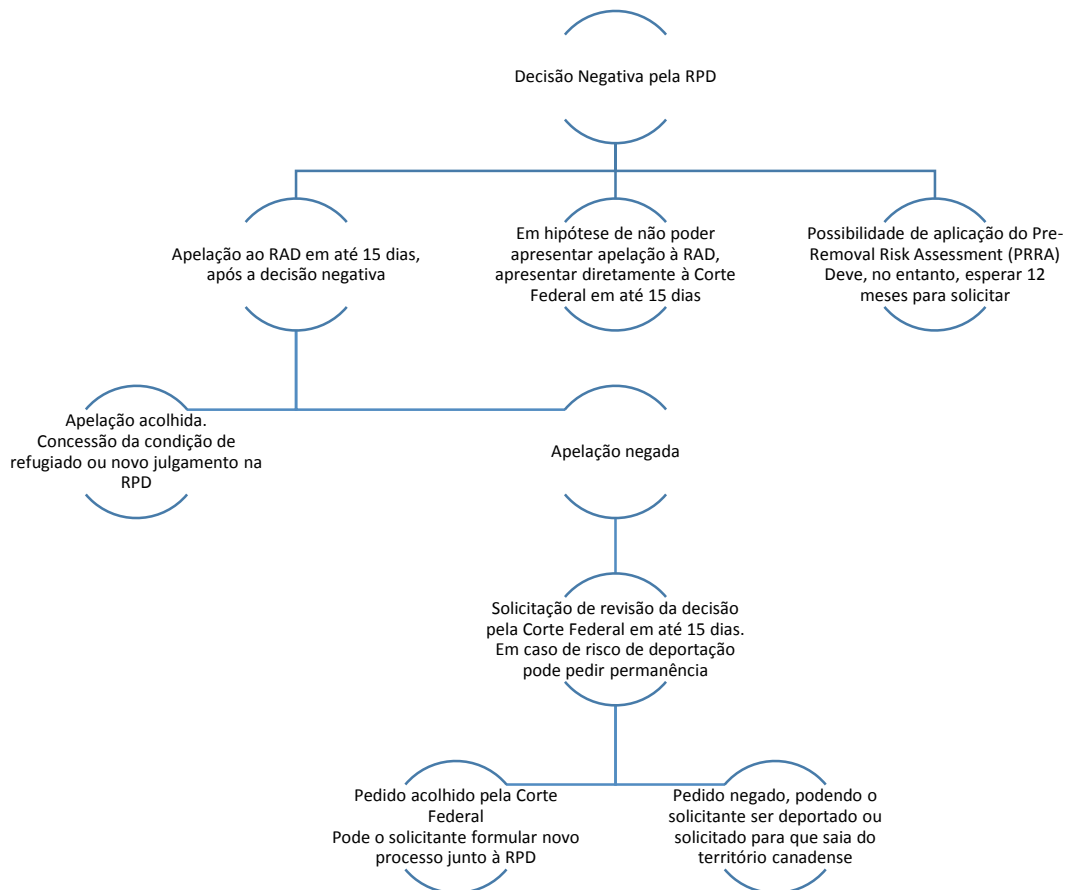
Caso seja decidido pela necessidade de realização de nova audiência, a Divisão de Apelação enviará ao solicitante e ao Ministro uma notícia de comparecimento, que indicará a data, local e horário da audiência, contendo também acerca de quais assuntos especificamente tratará a audiência, que se dá da exata mesma maneira que a primeira audiência.

O Ministro ainda pode intervir, e apresentar provas documentais a qualquer momento antes de a RAD tomar uma decisão final sobre a apelação. Se o Ministro decidir intervir e apresentar os argumentos ou provas, a RAD aguarda 15 dias para responder à mesma e ao Ministro. Depois de responder ao Ministro e à RAD, ou se tiverem decorrido 15 dias sem que o reivindicante tenha se manifestado, a RAD tomará uma decisão sobre o recurso.

Por fim, a decisão da Divisão de Apelação poderá decidir: confirmando e concordando com a decisão da RPD; discordando da decisão da RPD; e, também, remetendo a decisão novamente à RPD, e ordenando seja realizada nova audiência, dando à RPD as orientações que considerar pertinentes. Essa decisão pode levar até 90 dias para ser proferida, após a apelação ser registrada, a menos que haja nova audiência, caso em que a RAD irá proferir uma decisão tão logo após a audiência.

Além da recorribilidade da decisão à Divisão de Apelação, e à Corte Federal, pode o solicitante requerer um pedido de visto humanitário canadense, ou então submeter ao Ministério uma solicitação de “*Pre-removal Risk Assessment*”, que impede o indivíduo de ser enviado ao país de origem ou um terceiro país (SIMÕES, 2017, p. 113).

Figura 2 – Fluxograma do processo de apelação da solicitação de refúgio no Canadá, após decisão negativa pelo RPD.



Fonte: <http://refugee.cleo.on.ca/en/refugee-claim-flowchart>. Tradução própria.

2.3. Análise de credibilidade enquanto busca pela verdade

Durante o procedimento pelo qual se busca a concessão da condição de refugiado pelo requerente, seja no país anfitrião (no caso de reassentamento) ou diretamente no Brasil (no caso do refúgio espontâneo) tem como requisito fundamental a exigência de narração exaustiva, minuciosa e total dos acontecimentos que culminaram ali.

Nesse cenário, se requer do solicitante que este demonstre a existência do fundado temor de perseguição, o que é considerado a base jurídica do estatuto do refúgio. Objetivando identificar esse elemento, em diversas etapas, se dá a palavra ao solicitante, e em toda produção narrativa do solicitante, busca-se tanto as suas verdades quanto as suas mentiras, sobre si mesmo, e sobre sua história.

Essa jornada em busca da verdade se dá por meio de um ritual em que se contrapõe um modelo, o qual prontamente é recebido como legítimo, com as narrativas propostas pelo solicitante quando produz o conhecimento sobre si, seja através dos formulários que preenche ao solicitar a abertura do procedimento, seja pelas provas que fornece (quando fornecidas), seja pelo depoimento prestado na audiência. Esse ritual é chamado de produção, legitimação e individualização da verdade, segundo Ângela Facundo (2017)

A análise de credibilidade se dá pela verificação da identidade e lógica entre as mais diversas verdades produzidas pelo solicitante às mesmas perguntas, seja sozinho, fornecendo provas e preenchendo formulários ou em sutil encontro com os agentes do Estado, como na audiência com o entrevistador membro do Conselho.

Dessa forma, a necessidade de repetir tantas vezes e de tantas maneiras a história do solicitante são um meio de verificar se em todas as vezes as histórias se coincidem, enquanto as que não coincidem são vistas como um caminho para enganar os entrevistadores e o Estado, conseguindo a concessão de uma condição que não seria, em tese, legitimamente sua.

Objetiva-se, dessa maneira, alcançar uma reconstrução histórica e racionalmente produzida, esperando que as causas da perseguição do indivíduo sejam identificadas, averiguando-se a coerência das narrativas produzidas, através de um processo verdadeiramente investigatório sobre essas narrativas (WALDELY, 2016, p. 47).

Dessa forma, são observados três elementos: um subjetivo, que é a narrativa do solicitante sobre sua história, e seu fundado temor de perseguição; o elemento objetivo, que é a situação do país, de fato, pesquisado pelos agentes; e a coerência entre os dois elementos anteriores.

O ACNUR se posiciona no sentido de que a avaliação da narrativa do requerente e a sua credibilidade sobre os elementos apresentados no pedido de refúgio é essencial para tomada de decisão acerca do reconhecimento do indivíduo enquanto refugiado, conceituando assim a análise de credibilidade do solicitante como a determinação da veracidade de sua declaração, declarando que a mesma é um fator central nas solicitações. (ACNUR, 2013).

Em verdade, não existe regulamentação específica para a realização da análise de credibilidade. Ocorre que os Estados se utilizam da análise de credibilidade como principal norteador do reconhecimento da condição de refugiado, se baseando em diretrizes, artigos, jurisprudência e princípios.

O ACNUR, por exemplo, se baseia em manual de treinamento acerca do tema, publicado em 2014, sob o nome Avaliação de Credibilidade em Procedimentos de Refúgio – Manual de Treinamento Multidisciplinar, que se apresenta como uma publicação sem cunho acadêmico, mas que pode ser incorporada a outros programas de treinamento. Utiliza também o Manual de Procedimentos e Critérios para determinação da condição de refugiado, publicado também pelo ACNUR, em 2013.

Mais especificamente, o governo canadense se baseia em artigo publicado pela RPD em 2014, chamado “Análise de Credibilidade em requerimentos por proteção de refúgio”³⁸, que resta inclusive disposto no endereço eletrônico do Conselho de Imigração e Refúgio como um dos documentos essenciais a basear uma decisão em procedimento de solicitação de reconhecimento.

Esse documento traz, logo em suas linhas iniciais que o procedimento de determinação da condição de refugiado exige que os membros da RPD acreditem na narrativa construída pelo solicitante, e, para tanto, devem avaliar a credibilidade do requerente, bem como toda a narrativa, incluindo as provas e testemunhas. Aponta ainda que, toda decisão baseada em análise de credibilidade deve ser provida justificativa para tanto.

A subjetividade de quem realiza as entrevistas é uma característica marcante no processo de análise de credibilidade, posto que cada entrevistador tem suas particularidades, suas visões de mundo e de vida, e experiências e capacidades singulares no exercício da função. De acordo com Facundo (2017), as narrativas tornam-se uma forma de atestar a palavra do solicitante, à medida em que aquelas se adaptam ou se afastam de critérios pré-estabelecidos de verdade que definem a figura do refúgio, em verdadeira busca de uma verdade genérica do refugiado.

³⁸ Tradução livre, do original: Assessment of Credibility in Claims for Refugee Protection.

Em outras palavras, a análise de credibilidade se baseia na detecção de verdades e inverdades frente ao confronto entre toda a narrativa elaborada pelo solicitante, as evidências apresentadas, o contexto do seu país de origem, bem como sinais não linguísticos, como por exemplo se o solicitante foi firme, sem hesitações, durante a audiência, o que também cria uma análise moral sobre o próprio solicitante (WALDELY, 2016, p. 61).

Dessa forma, o solicitante, para se encaixarem nesse modelo de refugiado, devem se despir de toda e qualquer dúvida, complexidade, esquecimento e contradição que compõe a narrativa de vida de qualquer indivíduo, renunciando, portanto, de parte de sua existência, com o objetivo final de alcançar o reconhecimento da condição de refugiado.

Ângela Facundo (2017) faz uma crítica sobre essa renúncia parcial de sua história, por parte dos solicitantes, aduzindo que isso se trata de diminuir indivíduos à meros sofredores, o que acaba por retirar-lhes sua parcela humana; e não somente, mas acaba por contradizer o próprio sentido da busca de coerência na narrativa, posto que fragmenta-se a narrativa, retirando dela somente um recorte baseado no sofrimento e na proibição de quaisquer dúvidas ou incertezas, buscando-se então coerência em somente parte da história.

Ainda, essa fragmentação também acarreta na escolha dos próprios solicitantes de quais partes de sua história dar destaque, quais excluir, e incrementar partes de histórias de outros solicitantes, ouvidas em espaços de socialização, numa tentativa de criar um perfil mais parecido com o perfil de vítima sofredora buscada pelos agentes competentes no refúgio.

Assim, a narrativa produzida pelo solicitante é a base da sua seleção e posterior reconhecimento ou indeferimento; e, as provas que traz, ainda que não sejam obrigatórias, são de palpável auxílio na emissão de um parecer positivo, o que é reconhecido pelo solicitante, que enxerga as provas como uma maneira de obter seu reconhecimento mais rápido. São documentos que reforçam a identidade de refugiado que se objetiva performar e identificar. E estas são basicamente documentais, como notícias da imprensa local, cópias impressas das ameaças que receberam, laudos médicos, periciais, psicológicos e psiquiátricos, bem como documentos policiais e governamentais.

No procedimento de determinação da condição de refugiado, o solicitante é quem detém o dever de fundamentar os fatos e circunstâncias relevantes, ou seja, o ônus da prova, sendo

este o posicionamento do próprio ACNUR (2014), em orientações acerca do tema, aduzindo ainda que a autoridade responsável deve avaliar a prova de forma objetiva e imparcial, bem como orientar o solicitante na produção de provas, além de considerar as circunstâncias individuais e o contexto em que se insere o solicitante, e deter conhecimento sobre o país de origem.

Não existe qualquer exigência ou previsão legal da prova para que a condição de refugiado seja reconhecida pelas autoridades competentes, mas informações sobre as práticas no país no qual o indivíduo sofria perseguição ou fundado temor desta, são de grande auxílio. Contudo, é essencial reconhecer que, em algumas modalidades de solicitações de refúgio, os meios de prova largamente utilizados em outras modalidades podem não estar disponíveis (ACNUR, 2013).

Corroborando esse entendimento, o governo canadense, por meio do Conselho de Imigração e Refúgio, declara em documento publicado no site da RPD, chamado Guia do Solicitante³⁹, que o solicitante deve fornecer os documentos da RPD que deem suporte a sua solicitação. E não somente, mas traz também a expressa previsão de que caso não apresente nenhum meio de prova que suporte sua solicitação, em audiência deverá explicar o porquê de não possuir essa documentação, e, caso necessário, mostrar que esgotou as tentativas de consegui-los (IRB, 2018). A documentação probatória então constitui elemento central para o reconhecimento da condição de refugiado do solicitante, podendo ajudar a substanciar ou verificar o fundado temor de, ou a perseguição *per se*.

Essa documentação, no entanto, muitas vezes deixa de ser um auxílio para que o tomador de decisão a tome com base em evidências concretas, para ser uma forma de interrogar o solicitante na audiência, passando a ter outro fim: o de testar a credibilidade do requerente, esperando assim, que este venha a falhar (MURRAY, 2015, p. 83).

Ocorre então a mencionada busca pela verdade, que trata na verdade de uma busca por discrepâncias na narrativa construída, sendo discrepâncias internas e externas, em razão de desacreditar o relato. As discrepâncias externas são aquelas entre as declarações orais, e documentos escritos, enquanto discrepâncias internas são as divergências na história contada

³⁹ Claimant's Guide.

pelo solicitante. Há ainda um outro aspecto da análise da credibilidade: quando o solicitante não é considerado crível pois os envolvidos na decisão não consideram o relato plausível ou razoável, ou porque acreditam se tratar de uma mentira. Esse aspecto abre a porta para o julgamento altamente subjetivo do Conselho, e, conseqüentemente, para decisões inconsistentes entre membros do Conselho.

Diante desse cenário, mostra-se que a análise de credibilidade, consistente na homologação da narrativa estabelecida pelo solicitante, em contraste com as evidências produzidas e combatida na audiência, com o representante da Divisão de Proteção a Refugiados do Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá é o núcleo da solicitação da determinação da condição de refugiado, especialmente quando calcada sobre critérios tão subjetivos, principalmente no que tange os indivíduos perseguidos por sua orientação sexual, enquanto gays, lésbicas e bissexuais.

3. SINGULARIDADES DO PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO LGB NO CANADÁ

Todo o procedimento de solicitação do reconhecimento da condição de refugiado é um procedimento altamente burocrático, com preenchimento de formulários, produção de provas, e uma audiência que muito se assemelha à um interrogatório e à uma sessão de julgamento judicial. Esse processo encontra particularidades concernentes a cada grupo de refugiados, com base na perseguição (ou fundado temor de) que os levou a buscar refúgio em outro local. E para os solicitantes LGB, com base em sua orientação sexual, não seria diferente.

Diferentemente de solicitantes de refúgio com base em perseguição por outros motivos, como por exemplo religiosos, políticos, étnicos, que tem suas identidades socialmente reconhecidas, ou seja, facilmente verificáveis, os solicitantes de refúgio LGB frequentemente não tem características de fácil verificação como a quantidade de melanina em sua pele, delimitação geográfica de terras, documentação da sua história, e associações coletivas de massivo conhecimento público (MURRAY, 2015, p. 30). Inclusive, organizações LGB comumente sequer são conhecidas pelos próprios indivíduos da comunidade LGB, como veremos à frente.

Dessa forma, temos que o procedimento de reconhecimento da condição de refugiado LGB tem em sua estrutura de base a análise da credibilidade da solicitação, que consiste na verificação da coerência da narrativa produzida pelo solicitante e eventuais evidências produzidas. A análise de credibilidade tem como núcleo central a verificação da verdade contida na história elaborada pelo solicitante, com o objetivo de verificar se este está sendo verdadeiro, e se encaixa na definição de refugiado trazida pela Convenção de 1951, e Protocolo de 1967, bem como na legislação canadense, a saber, a Lei de Imigração e Proteção aos Refugiados.

Diante deste cenário, é possível perceber a existência de desafios enfrentados por indivíduos LGB em conseguir demonstrar, por meio da elaboração de suas narrativas os dois pontos principais de suas solicitações: que sua orientação sexual é crível, ou seja, o pertencimento à comunidade LGB, e que foram, ou podem ser, perseguidos com base na sua orientação sexual, cabendo dessa forma, ao membro da RPD a identificação de incoerências, hesitações e discrepâncias na narrativa, para que seja posta em dúvida a credibilidade da solicitação.

Em outras palavras, é necessário, para que o solicitante obtenha sucesso em sua solicitação, que consiga convencer que faz parte da comunidade LGB enquanto lésbica, gay ou bissexual; e não somente, mas também que comprove sua perseguição ou seu fundado temor de ser perseguido por fazer parte da comunidade LGB (LAVIOLETTE, 2015).

3.1. Construção de uma narrativa LGB e ônus da prova

No que tange à avaliação da credibilidade dentro do procedimento de determinação de credibilidade, existe uma argumentação utilizada pelos que defendem a análise de credibilidade como critério relevante, aduzindo que seria essa essencial para impedir o uso indevido de direito de refúgio pelos solicitantes. Dessa forma, a preservação do instituto do refúgio significaria mantê-lo como excepcionalidade.

Isso significa dizer que a verificação da verdade dita pelos solicitantes funcionaria com um “filtro” nas fronteiras canadenses, do qual somente ultrapassariam os verdadeiros refugiados, aqueles indivíduos que de fato se encaixariam na definição de refugiados trazida pela legislação, os que verdadeiramente sofreram perseguição, ou fundado temor de motivada por orientação sexual, religião, política, gênero, e etnia, os refugiados reais.

De acordo com Fabrício Souza (2016), Essa argumentação baseia-se na ideia de que a falha na verificação de quem realmente necessita do instituto do refúgio gera uma quebra de confiança no próprio instituto, o que, por consequência, pode acarretar em quebra de confiança de um Estado noutro, colocando então um número de pessoas em perigo de vida.

Contudo, outra consequência dessa análise de credibilidade como fator principal nos procedimentos de solicitação de refúgio é a crescente onda de narrativas hegemônicas, que nadam na mesma direção, sendo essa direção a construção de uma narrativa linear de desenvolvimento da sua identidade sexual, objetivando a concessão do reconhecimento da condição de refugiado (MURRAY, 2015, p. 21, *apud* AHMED, 2006).

Claro, porque ao se perguntar como poderiam convencer o tomador de decisão e o IRB de que são refugiados reais, a sua narrativa é construída em uma direção sem que possam haver

dúvidas, ou hesitações, ou quaisquer das complexidades que formam qualquer indivíduo, mas que para o painel tomador de decisão.

Dessa forma, o solicitante entende que precisa se encaixar nesse modelo pré-construído de indivíduo LGB refugiado canadense. Isso se dá porque o dever de prover as provas e submeter à análise os documentos e evidências que suportem a solicitação pertence ao solicitante, que carrega o peso de comprovar uma característica tão intrínseca e tão subjetiva como sua orientação sexual.

Muito embora, o ônus da prova seja considerado compartilhado, posto que, ainda que o dever de prover provas seja do solicitante, é dever dos agentes de cooperar ativamente com o solicitante de maneira a recolher toda a informação necessária, inclusive ajudando o solicitante com quais documentos ele necessita.

Essa comprovação está permeada por todo o procedimento de solicitação de refúgio, tendo início em sua apresentação, solicitando o refúgio e preenchendo o formulário BOC, mencionado no capítulo anterior. Nesse momento, o solicitante de refúgio LGB tem o ônus de revelar cada detalhe de cada uma de suas experiências, carregando elas extremo cunho pessoal e possivelmente traumático, como relações sexuais – e detalhes sobre as relações sexuais, contendo muitas delas também altíssimo nível de violência e abuso, psicológico e físico.

Para muitos dos solicitantes LGB, a fase inicial do procedimento de solicitação, com a apresentação enquanto solicitante, e o preenchimento de formulários, é a primeira vez que eles se expõem enquanto homossexuais ou bissexuais. Ou seja, a pessoa, que acostumada a reprimir os seus desejos sexuais e afetivos, com medo de que a exposição deles resultasse em perseguição para si, é forçada a não somente “sair do armário”, o que por si só já configuraria um trauma para muitos, mas descrever em detalhes esses desejos, experiências e violências (JORDAN E MORRISSEY, 2013, p. 14).

Esses indivíduos, expostos a repetidos abusos e violências psicológicas e por vezes física, em seus países de origem, podem desenvolver traumas e gatilhos que são facilmente ativados quando forçados a discutir ou reviver as experiências que os levaram a desenvolver esses traumas em primeiro lugar. E essas situações estressantes podem prejudicar a capacidade de reconstruir a sua história e suas experiências, tanto nesse primeiro momento como em todos os

seguintes, o que pode resultar em uma decisão negativa do Conselho acerca de suas solicitações (KAHN e ALESSI, 2017, p. 23-24).

3.2. Evidências: exposição da orientação sexual e afiliação à comunidade LGB

Outro momento crucial para o convencimento do tomador de decisão acerca da orientação sexual e perseguição do solicitante é a análise de evidências apresentadas pelo solicitante.

Isto implica a existência de evidências como fotografias do solicitante com alguém do mesmo sexo, correspondências (cartas, e-mails, mensagens de texto ou eletrônicas em redes sócias) trocadas com alguém do mesmo sexo descrevendo ou assumindo uma relação entre ambos, seja de caráter romântico ou puramente sexual, ou com algum conhecido detalhando a relação que teve, redes sociais onde a pessoa possa ter feito publicações ou participado de grupos que sugiram de alguma maneira sua orientação sexual. Isso, é claro, sendo subentendido, pois tudo que o Guia do Solicitante da RPD diz, sem especificar o que são outros documentos que estabeleçam o pertencimento de alguém em um grupo social específico, é o seguinte (MURRAY, 2015, p. 86):

Você precisa prover ao RPD a documentação que corrobore sua solicitação. (...) Você deve mostrar à RPD evidencias de quem você é, ao entregar ao RPD documentos com seu nome e data de nascimento neles. (...) Conjuntamente com documentação de identificação, você pode entregar outros documentos que sinta serem relevantes para sua solicitação, incluindo provas de pertencimento em organizações políticas, relatórios médicos ou psicológicos, policiais, documentos de trabalho, recortes de notícias, vistos e passaportes.

Com os adventos da tecnologia, essa comprovação fática, por meio de provas a serem apresentadas pelo solicitante, pode ser realizada através de, conforme mencionado nessa seção, fotografias, vídeos, cartas, redes sociais. E, na falta de evidências como essas, o solicitante tem um prazo para apresenta-las, podendo então requerer que seus amigos, familiares, e eventuais relacionamentos afetivos no país de origem os envie.

Os indivíduos LGB solicitantes de refúgio vêm, por óbvio, de um lugar que, em alguma proporção, não lhe conferia garantia ou proteção contra a perseguição por sua orientação sexual. Dessa forma, resta cristalina a conclusão de que muitos dos indivíduos LGB nesses locais não se expunham com outras pessoas, estando ainda “dentro do armário”, dessa forma a produção de provas de sua orientação sexual e sua identidade como parte de uma comunidade LGB restam senão prejudicadas, limitadas. (JORDAN E MORRISSEY, 2013, p. 14).

Ora, em países em que não seja provida nenhuma ou pouca proteção aos indivíduos LGB, exposição pública de sua orientação sexual, e qualquer documentação pode apresentar um risco seríssimo de vida para o solicitante. E não somente, mas os solicitantes não raramente também temem pela perseguição de seus próprios familiares e amigos do país de origem, por estes terem um LGB como membro de suas famílias e ciclos de amizade (KAHN e ALESSI, 2017, p. 23; SPIJKERBOER e JANSEN, 2011, p. 56-57).

Ademais, por vezes são verificados casos em que o solicitante em seu país de origem havia contraído matrimônio, com alguém do sexo oposto, seja por serem bissexuais, ou por terem um casamento arranjado, e até mesmo terem desenvolvido tardiamente sua orientação sexual como LGB; e seus cônjuges também podem ser os seus perseguidores, bem como a família desses.

Da mesma maneira, ocorre a violência, a perseguição, que não necessariamente ocorre à vista de todos, podendo ser documentada ou registrada, e ainda que possa (por meio de laudos médicos, policiais e periciais), em muitos casos o indivíduo pode se reprimir de documentá-las, com medo de mais represálias, e por sua vida também.

De fato, podem ser apresentadas evidências construídas já no próprio território canadense, como conhecimento sobre a comunidade LGB e a “cena LGB” da cidade de onde mora, sendo inclusive encorajado a engajar na comunidade, com organizações LGB e com os indivíduos, desenvolvendo relações com estes. Isso se apresenta como um problema, pois, conforme mencionado anteriormente, muitos desses solicitantes não estão acostumados com essa repentina “saída do armário”, possuindo cicatrizes traumáticas que não podem ser abertas de forma tão abrupta (KAHN e ALESSI, 2017, p. 34).

Há de ser considerado também que existem diferentes níveis de conhecimento e relações com a comunidade e organizações LGB, dentro de contextos culturais e regionais, o que implica dizer que indivíduos diferentes podem ter diferentes níveis de conhecimento de organizações LGB, por inúmeras razões, como idade, gênero, preferências sexuais, classe, educação, localização, religião, e com um sentimento próprio de identificação ou desidentificação com a comunidade LGB e suas organizações (MURRAY, 2015, p. 30-31).

Esbarra em forte preconceito essa presunção de que, por ser um indivíduo LGB, a pessoa tenha que deter certo conhecimento sobre organizações LGB em seu país de origem ou mesmo do próprio Canadá, ou sequer sentir a necessidade de buscar essas organizações, ignorando toda a infinitude de elementos que podem levar o indivíduo a não estar pronto ou interessado em fazê-lo. (KAHN e ALESSI, 2017, p. 34).

Ainda segundo KAHN e ALESSI, ainda há a problemática de que atos sexuais não se equivalem a orientação sexual. Explica-se: indivíduos podem se identificar enquanto lésbicas, gays ou bissexuais, e não engajar em práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo. É importante enfatizar isso, principalmente nos casos de bissexuais, que podem se envolver com parceiros de sexo oposto sem perder sua identificação enquanto bissexuais.

Por fim, tem-se que essa é uma discussão que deveria restar ultrapassada, posto que a falta de provas irrefutáveis não deveria ser um motivo para negativa de uma solicitação de refúgio, de acordo com o próprio Manual do ACNUR, devendo sempre a dúvida favorecer ao solicitante, considerando a sua situação, a sua fragilidade e a urgência em sua fuga (ACNUR, 2013, p. 54; SOUZA, 2016, p. 98).

3.2. Homonacionalismo canadense e suas implicações na solicitação de refúgio

Segundo Murray (2015, p. 31-35), essa falta de evidências ou desidentificação com a comunidade e organizações LGB podem impactar negativamente a solicitação de refúgio, posto que há uma implicação importante de que existe uma expectativa de que, ao adentrar o território do Canadá, os solicitantes estão tendo a oportunidade de começar novamente, em um Estado altamente democrático e liberador.

Há esse anseio de que o solicitante tenha sentimentos de liberdade, alívio, e felicidade de poderem ser quem são, com a garantia de proteção e permissão de “saírem totalmente do armário”, com a expectativa de serem indivíduos gratos, sendo cidadãos-modelo, e perpetuando assim, uma narrativa homonacional, de que o indivíduo LGB livre e protegido, como figura chave para que a posição privilegiada do Canadá perante a sociedade internacional seja fortalecida enquanto nação progressista, democrática, e civilizada, que protege os indivíduos de seus países de origem, não-civilizados e marcados pela LGBfobia (MURRAY, 2015, p. 40-41).

Isso ocorre porque, com o avanço das organizações LGB, e alcançando exponencialmente mais direitos e visibilidade para toda a comunidade LGB, torna-se, pelo menos em um primeiro momento, a construção da identidade nacional como uma nação desenvolvida e protetora de direitos humanos sem incluir a proteção e garantia aos direitos da comunidade LGB (TAVARES e CABRAL, 2018, p. 369).

Esse conceito de homonacionalismo é trazido por Jasbir Puar, como a instrumentalização da agenda LGB, celebrando a cidadania e sentimento de pertencimento daquele indivíduo LGB ao Estado, com o intuito de realinhar essa pauta LGB com as prerrogativas sociopolíticas, geográficas e econômicas que são estabelecidas pelo governo nacional, por vezes sendo prerrogativas xenófobas, conservadoras, classicistas, racistas e mesmo LGBfóbicas (PUAR, 2007, p. 37-39; SILVA MA, 2014, p. 3).

Em outras palavras, trata-se de uma nação heteronormativa que incorpora em sua identidade uma característica não-heteronormativa, e, em contraprestação, a comunidade e organizações LGB acolheriam, e até mesmo replicariam, sem hesitações, a agenda nacionalista do Estado (TAVARES e CABRAL, 2018, p. 369).

Esse homonacionalismo representa a onda de crescimento de um reconhecimento de direitos, e representatividade de indivíduos LGB, em uma nação que tem sua aceitação e tolerância à comunidade LGB como parâmetro pelo qual é medida a soberania nacional do Estado. E se trata de um conceito estabelecido para que seja realizada a distinção entre o que é o “bom hétero” e o por consequência, LGB. (IRINEU, 2017, p. 11; PUAR, 2007, p. 37-39).

Isso coloca o Canadá em posição superior aos países de origem dos solicitantes, pois esse processo da construção da identidade homonacional tem como essência não somente a construção e perpetuação de narrativas semelhantes, mas também a comparação entre o país de origem e o país acolhedor, devendo restar sempre o país acolhedor como o baluarte da proteção dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos LGB, sendo o seu salvador, enquanto o país de origem mantém-se como figura não civilizada, perseguidora de seus próprios cidadãos, retrógrados, e selvagens (MURRAY, 2015, p. 40-42; TAVARES e CABRAL, 2018, p. 36).

E é nesse cenário de construção de uma identidade homonacional que é inserida a dicotomia criada entre o refugiado LGB falso e o refugiado LGB verdadeiro, este último reforçando a ideia de uma nação democrata, liberal e civilizada, em detrimento de seus países de origem. Esse aspecto homonacionalista resulta na concessão de cidadania quando posta de forma alinhada à agenda nacionalista, com combinações de raça, gênero, classe e sexualidade documentadas, realizadas ou estéticas particularmente valorizadas (MURRAY, 2015, p. 41).

É, também, neste contexto em que se justifica a essência do procedimento de reconhecimento da condição de refugiados ser estruturado na análise de credibilidade, através da qual há a confrontação da palavra do solicitante com as evidências produzidas pelo mesmo, informações arrecadadas acerca desse país de origem, que inferem na decisão acerca da solicitação, analisada de forma extremamente subjetiva, através de uma lógica excludente heterocentrada e ocidental, enraizada no sistema, e que alguns solicitantes acabam por tomar como verdade em tentativa de que sua solicitação seja acolhida.

3.3. Particularidades da audiência concernentes aos indivíduos LGB

Conforme mencionado no capítulo anterior, onde foi descrito o procedimento da audiência, esta detém a responsabilidade de ser o núcleo, o ápice de toda a narrativa construída pelo solicitante, que foi escrita por este, e na audiência é recontada na íntegra ou em parte, e posteriormente questionada e validada como crível ou desacreditada em inúmeros níveis, para ser finalmente sopesada em conjunto com as evidências apresentadas pelo solicitante, e informações obtidas acerca do país de origem, em uma análise de credibilidade para determinar se o solicitante de fato é quem diz que é, e se quem ela ou ele diz que é gera uma perseguição ou fundado medo dessa perseguição no país de origem (MILLBANK, 2009, p. 1).

É feito, dessa maneira, um interrogatório onde o solicitante dará o seu depoimento, e, posteriormente, será feita uma sessão exaustiva de questionamentos acerca dessa narrativa, confrontando essa narrativa com as evidências (e com a falta de evidências, total ou insuficiente) e com os formulários preenchidos pelo solicitante, avaliando assim a credibilidade do mesmo.

Essa audiência oral que tem por objetivo analisar a credibilidade da narrativa construída pelo solicitante é uma tarefa extremamente delicada, subjetiva, e complexa, em um contexto de um procedimento administrativo quase judicial, tendo em vista a natureza bem privada e íntima da orientação sexual de um indivíduo, sendo um grande desafio para os tomadores de decisão, dos quais é requerido que examinem a vida pessoal e relações íntimas dos solicitantes (LAVIOLETTE, 2015, p. 21).

E, dessa forma, se torna tão difícil quanto para os solicitantes em estabelecer seu status enquanto membros da comunidade LGB, pois o tomador de decisão precisa ser convencido, e acreditar na narrativa do solicitante. Assim, a audiência transmite uma estrutura que é fundada em uma lógica formal de tal forma que o tomador de decisão se traveste em um juiz que está coletando informações para determinar se a solicitação é verdadeira ou falsa, baseado no depoimento do requerente, e das testemunhas, sob afirmação solene de dizer a verdade, e somente a verdade, como em um verdadeiro testemunho judicial (MURRAY, 2015, p. 95-96). Novamente tem-se a busca pela verdade, e por consequência, pelo refugiado autêntico, real, como parte essencial do procedimento de determinação da condição de refugiado.

Existe, por meio dessa afirmação, uma implicância de que a história narrada pelo solicitante é por si só o agente ativo do processo de determinação, e a verdade contida nela é ao mesmo tempo contida e evidente em si. Dessa forma, a narrativa é quem sinaliza sua própria veracidade, ou que nega a sua veracidade. Contudo, esse conceito da verdade como um aspecto objetivo e detectável por um tomador de decisão, que na verdade seria um verdadeiro detetive, é surpreendentemente prevalente (MILLBANK, 2009, p. 5).

E a necessidade de constante verificação da autenticidade em todos os níveis que cercam o procedimento, e principalmente na audiência oral, demonstra o seu papel central como o elemento que poderá conceder ao solicitante a determinação da condição de refugiado, ou negá-la, tendo assim verdadeiro papel seletivo durante todo o procedimento, assegurando dessa forma

a exclusão daqueles que não se encaixem nas categorias muito bem delimitadas, correndo estes últimos o risco de serem rotulados como falsos refugiados (MURRAY, 2015, p. 50-51).

Assim, os solicitantes se veem diante da necessidade de aprenderem a se encaixar no que se espera de um “refugiado real”, ocupando autenticamente essa categoria, pois suas audiências são dedicadas a avaliar a credibilidade de suas afirmações enquanto indivíduo LGB perseguido por isso.

São, então, constantemente lembrados por todos que acompanham seu processo (sejam advogados, líderes de grupos de apoio, e colegas solicitantes ou aos que já foi concedido o *status* de refugiado) de que existem diversas características e suposições que os tomadores de decisão esperam de um refugiado autêntico. Aprendem, entendem essas pressuposições e as integram em suas narrativas, adequando-as em uma construção de identidade que alcance o modelo pré-estabelecido de refugiado ideal, de modo a ter uma chance maior de serem bem-sucedidos (MURRAY, 2015, p. 45).

Essas pressuposições universais de identidade sexual baseada em um modelo encenado de desenvolvimento de identidade sexual como fixa, detectável, e facilmente fluida nas quais a audiência funciona como um ápice para essa narrativa é frequentemente aplicada pelos tomadores de decisão, e isso não passa despercebido pelos refugiados, que se empenham ainda mais para atender às expectativas (BERG e MILLBANK, 2009, p. 13-18; MURRAY, 2015, p. 51; TAVARES e CABRAL, 2018, p. 375).

É pacífica a doutrina acerca do tema que entende a análise de credibilidade como fator principal e por muitas vezes o único fator a ser considerado em uma decisão negativa da concessão da determinação da condição de refugiado (LAVIOLETTE, 2015, p. 21-22). De acordo com Jenni Millbank, a avaliação da credibilidade teve um crescente papel na negação da determinação da condição de refugiados no Canadá, com base na presunção de que o solicitante não seria gay de verdade (MILLBANK, 2009, p. 3-4).

No que tange ao questionamento e às conclusões alcançadas pelo tomador de decisão, apresentam-se diversas problemáticas, além das já mencionadas previamente na presente pesquisa. Essas problemáticas são demonstradas através de parâmetros que os tomadores de decisão se baseiam para determinar que a narrativa de uma solicitação é crível ou não.

Uma vez que o discurso de abertura é finalizado, após a apresentação e o juramento solene de afirmar somente a verdade, e de introdução das evidências obtidas anteriormente e de “última hora”, o membro do RPD aponta as principais áreas da solicitação que são problemáticas e requerem mais esclarecimentos através de questionamentos. No caso de indivíduos LGB, essas áreas são costumeiramente sua credibilidade enquanto LGB e enquanto ser perseguido, ou possuir fundado temor de perseguição, com base em sua orientação sexual (MURRAY, 2015, p. 100-101).

Um dos critérios em que se baseiam os membros do RPD é a exigência de consistência na narrativa construída pelo solicitante durante o processo, e verificada na análise de seus documentos, formulários e provas produzidas, confrontada na audiência oral. Ela está diretamente ligada a repetibilidade das alegações em todas as vezes que seja o solicitante questionado acerca de algum aspecto da sua história. O que ocorre frequentemente é que, quando chega ao Canadá, e lhe é perguntado do porquê estaria solicitando refúgio, é esperado que o solicitante LGB esteja pronto para abrir-se enquanto homossexual ou bissexual, e relatar tudo que lhe aconteceu, de forma consistente, e que as mesmas alegações sejam verificadas quando da audiência oral, sem contradições (LAVIOLETTE, 2015, p. 10-13).

Há também a consistência sob o ponto de vista externo, que é quando as alegações do solicitante correspondem ao que é conhecido da história do solicitante e também do que é conhecido do país de origem daquele indivíduo. Trata-se de nada menos que um juízo de valor acerca da narrativa contada. Existem críticas a esse critério, posto que é verificada uma busca pela verdade contada pelo indivíduo com base em experiências de quem pergunta, e não de quem responde; além de desconsiderar o trauma sofrido pelo indivíduo, bem como a passagem de tempo entre os ocorridos no país de origem, a solicitação de refúgio no Canadá e o tempo até que ocorra a audiência oral. Sugere Millbank (2009) que a consistência seja vista como exceção, e não como o único parâmetro a ser avaliado durante a análise de credibilidade da solicitação (MILLBANK, 2009, p. 10- 15).

Outro aspecto que pode ser considerado na avaliação da credibilidade da narrativa do solicitante é o seu comportamento durante a audiência oral. Explica-se: é esperado que o requerente responda aos questionamentos e deponha de forma incisiva, certa e sem hesitações, sem contradições.

Ainda que seja pacificamente aceito que o comportamento não seja um critério confiável na análise de credibilidade, é amplamente utilizado, principalmente em casos interculturais, utilizando-se os elementos “objetivos” de comportamento, quais foram essências de muitas decisões de determinação de credibilidade, interpretando os tomadores de decisão como indicadores de falsidade na narrativa elementos como hesitação, ser vago, ou falta de detalhes na resposta ao membro do RPD. (MILLBANK, 2009, p. 7-8).

Ocorre que esses elementos podem ter natureza diferente daquela que pressupõe o tomador de decisão. Para além do fato de por muitas vezes estarem em um ambiente nada familiar, em um sistema legal totalmente diferente de seu país de origem, os solicitantes LGB encontram especial dificuldade para responder aos questionamentos devido ao grande estresse e trauma sofrido antes de chegar ao Canadá, com o nervosismo de aquele ser o momento definitivo que definirá o resto de sua vida.

Ademais, muitas vezes esses solicitantes têm sentimentos de vergonha, e ódio de si mesmos causados por uma LGBfobia internalizada, adquirida com a sua criação e desenvolvimento no país de origem, no qual reprimiu sua sexualidade por toda a vida com base no que a sociedade de lá julgava correto ou não (MILBANK, 2009, p. 8; LAVIOLETTE, 2015, p. 27).

Hesitações e pausas para responder aos questionamentos são momentos que frequentemente são considerados em uma análise negativa de credibilidade, implica que o solicitante deva responder as perguntas de maneira direta, transformando processos mentais, emocionais e sensoriais complexos em eventos altamente delimitados, que saltem à mente à medida que alguém os questione, de fácil absorção e replicação (MURRAY, 2015, p. 103-105).

Aduz Millbank (2009), que houveram inúmeros casos nos quais membros dos tribunais perguntaram ao solicitante questões no curso da audiência que eram especificamente sobre atos sexuais, e então reportaram negativa na análise de credibilidade baseada na falta de detalhes ou resposta vaga, incluindo um caso em 2004, no Canadá, onde um solicitante ucraniano de 45 anos foi considerado vago e hesitante em seu depoimento no que diz respeito às experiências dele como uma pessoa homossexual.

Em outro caso, também em 2004, no Canadá, um solicitante foi desacreditado em sua audiência por ter sido considerado “muito relaxado e tranquilo ao depor” (MILLBANK, 2009, p. 10), o que corrobora a discrepância entre membros do tribunal ao se debruçar sobre a mesma questão. Traz ainda a questão do critério da avaliação de credibilidade como único motivo para negação provavelmente levar o conselho à uma decisão errônea em casos onde os solicitantes sofrem de Transtorno Pós-Traumático (MILLBANK, 2009, p. 14).

A implausibilidade é outro parâmetro pelo qual se baseia o tomador de decisão quando da análise de credibilidade, ou seja, a não razoabilidade de que um ou mais aspectos da narrativa sejam verídicos. Millbank (2009, p. 18) afirma que existe uma dificuldade substancial na avaliação da credibilidade com base na plausibilidade, posto que esta surge através de pressuposições acerca do que seria razoável, esbarrando demais no campo da especulação acerca da narrativa. Daqui, faz-se uma conexão com a seção anterior, sendo necessário se questionar o que configuraria uma narrativa plausível ou razoável, no tocante à orientação sexual.

Essa plausibilidade, bem como outros parâmetros, parece basear-se em um prisma de entendimentos pressupostos do que é e de como deve-se comportar um indivíduo LGB refugiado, que refletem crenças e experiências predominantemente brancas, e de classe média (MURRAY, 2014, p. 51).

Outra problemática é que as perguntas podem ser baseadas em estereótipos, e essas presunções estereotipadas são ofensivas para os solicitantes, o que interfere na entrevista. Principalmente porque se o solicitante só teve relações com uma pessoa, isso não configura mentira alguma nele ser LGB, e ainda, alguns solicitantes podem ter tido experiências em suas nações da sua orientação sexual como uma doença, e ainda há aqueles que se negaram ao longo da sua vida em se configurar como um indivíduo LGB, ou seja, tendo suprimido sua sexualidade (SPIJKERBOER e JANSEN, 2011, p. 56-57).

Ainda que seja fortemente relatado, discutido, e debatido, existe ainda uma tendência de basear-se em noções estereotipadas e ocidentalizadas de características que tipifiquem as minorias sexuais, perpetuando dessa maneira uma ótica preconceituosa euroamericana com relação aos indivíduos LGB.

Ora, todo indivíduo desenvolve sua identidade sexual de forma totalmente diferente, ainda que se assemelhem em algum aspecto, a depender de seu país de origem, seu gênero, sua cultura, classe social, educação, socialização, e singularidades individuais, como a expressão individual dessa orientação sexual. Portanto, devem os tomadores de decisão serem muito cautelosos ao avaliar a credibilidade de um solicitante e suas alegações enquanto LGB e perseguido por sua orientação sexual com base em aspectos físicos, trejeitos ou quaisquer noções pré-condicionadas sobre o desenvolvimento sexual do requerente (LAVIOLETTE, 2015, p. 25)

Esses estereótipos podem envolver de aparência física, vestimenta e maneirismos que uma sociedade LGBfóbica imponha como concernente à uma orientação sexual específica, interligando esses dois aspectos do indivíduo totalmente diferentes; como pode envolver também noções tão preconceituosas quanto, trabalhadas nesse capítulo, nas seções anteriores e na próxima, como o fato de um indivíduo LGB ter sido casado em seu país de origem com uma pessoa do sexo oposto ou ter tido um filho, desenvolvendo dessa forma uma narrativa que não raramente é negada com base na falta de credibilidade, não sendo crível que um indivíduo LGB possa ter se interessado por alguém do sexo oposto, invisibilizando totalmente as pessoas bissexuais.

Há que ser considerado que as narrativas pessoais passaram por múltiplas experiências, que podem e que é totalmente razoável que sejam diferentes entre os indivíduos que chegam ao Canadá em busca de refúgio, como suas infâncias, adolescências, famílias, ocupações, classes sociais, experiências sexuais e afetivas, sonhos e aspirações, experiências quanto a sua etnia, discriminações, violências, perdas, podendo passar por migrações múltiplas e assentamentos antes de chegar ao Canadá, sendo absurdo que se espere que haja uma definição singular do conceito e conteúdo de indivíduos LGB de diferentes origens étnicas, culturais, nacionais e orientações sexual. (MURRAY, 2015, p. 30).

3.4. Diretriz do Presidente nº 9: procedimentos do IRB envolvendo orientação sexual, e suas principais implicações no sistema de análise de credibilidade

As solicitações de determinação da condição de refugiado baseadas em perseguição por sua orientação sexual já são extremamente complicadas de serem verificadas e validadas, uma vez que os solicitantes, ao contrário de solicitações com base em outras perseguições, não

possuem um marcador físico ou documental cabal que comprove a veracidade de suas histórias, se tornando então um dos grandes desafios dos tomadores de decisão da RPD do IRB.

Assim, não raramente os solicitantes enfrentam injustas recusas, sendo um desafio não somente para os tomadores de decisão como para os próprios solicitantes, por esse e por todos os motivos até o presente momento expostos na presente pesquisa.

Diante desses desafios tão específicos e delimitados, e diante dos danos que podem ser causados aos indivíduos LGB que não estão em conformidade com o modelo pré-estabelecido de indivíduo LGB socialmente aceito, o Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá divulgou em maio de 2017 a Diretriz nº 9, sendo específica para os casos de solicitações de refúgio com base em orientação sexual.

Essa diretriz, aplicável a todas as divisões do Conselho, tem por objetivo estabelecer princípios norteadores para os tomadores de decisão em julgamentos que envolvam solicitações com base em orientação sexual, inclusive no que diz respeito à análise de credibilidade, visando corrigir algumas práticas dos tomadores de decisão, e proporcionando aos solicitantes que estes saibam o que esperar quando comparecerem à RPD (DUSTIN e FERREIRA, 2017, p. 80).

São abordadas várias questões associadas ao processo de solicitação de refúgio, reconhecendo várias das deficiências do processo, e apresentam diversas tentativas de corrigir as questões problemáticas presentes no sistema, muitas das quais mencionadas na presente pesquisa (BAHLIBY, 2017, p. 7).

Logo em suas disposições iniciais, após a introdução e contextualização da terminologia utilizada, a diretriz traz a afirmação de que não existe um conjunto padrão de critérios a serem utilizados na verificação da identidade de um indivíduo LGB, muito devido ao fato do desenvolvimento dessa identidade não ocorrer de forma linear ou gradual (IRB, 2017).

É afirmativa quanto às decisões que se baseiam em estereótipos, de acordo com a seção 6: *Evitando estereotipar quando fazer descobertas*, incisivamente aduzindo que os tomadores de decisão não devem se basear em estereótipos ou hipóteses inadequadas quando do julgamento de casos que envolvam perseguição por SOGI, sabendo que esses estereótipos só

perpetuam uma imagem padrão hetero-ocidental-centrada, derogando a dignidade humana pessoal de indivíduos que não se encaixem nesse padrão.

Em sua subseção 6.1., a diretriz exemplifica estereótipos que não devem ser considerados para fins de decisões em casos de solicitações por orientação sexual, alertando os próprios tomadores de decisão a estarem cientes de seus próprios estereótipos, não se limitando, mas incluindo as pressuposições de que esses indivíduos (BAHLIBY, 2017, p. 6):

Tenham aparências ou maneirismos femininos ou masculinos, de forma que mulheres que se identifiquem enquanto lésbicas ou bissexuais pareçam fisicamente ou tenham trejeitos masculinos, enquanto que homens gays ou bissexuais possuíssem características afeminadas. Tal suposição é errônea, posto que a feminilidade e a masculinidade de uma pessoa não está estritamente relacionada à sua orientação sexual;

Não participam de costumes e tradições culturais e religiosas, de forma a duvidar da credibilidade de um solicitante devido à sua religião, por uma pressuposição de que a religião é uma característica heterossexual;

Compartilham a mesma dinâmica e características interculturais, posto que existem valores que são definidos e se manifestam de formas diferentes, de acordo com a cultura de cada um desses indivíduos, como amor e compromisso (IRB, 2017, *apud* HERSH, 2015, p. 552-560);

Desenvolveram suas identidades sexuais, ou que se tornaram sexualmente ativos quando jovens, são promíscuos ou sexualmente ativos e não se envolvem em relações monogâmicas, bem como tiveram relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, visto que não é razoável que, conforme mencionados em seções anteriores deste mesmo capítulo, o desenvolvimento da identidade sexual de um indivíduo não é construído uniformemente em relação aos outros, cada qual com suas singularidades em autodescoberta e experiências sexuais. Enquanto uma pessoa LGB pode ser sexualmente ativa, se envolvendo em diversas relações com pessoas do mesmo sexo, e tendo se descoberto muito jovem, há outros que não possuem sequer uma vida sexual ativa, alcançando a sua autodescoberta em idade avançada, e não tendo sequer uma relação sexual com outra pessoa do mesmo sexo, e ainda outro indivíduo que independente de quando alcançou a descoberta sobre si mesmo, mantém uma relação monogâmica e estável;

Não tiveram experiências sexuais heterossexuais, não casaram voluntariamente ou tiveram filhos, o que, além de estar conectado com a bissexualidade, portanto perfeitamente razoável que a pessoa tenha tido alguma relação heterossexual, contraído matrimônio e/ou tiveram seus filhos, há que serem considerados os casos de indivíduos que mantiveram relações heterossexuais por medo de serem descobertos, e contraíram matrimônio;

Possam ter suas orientações sexuais determinadas por suas ocupações, acabando com a ideia de que algumas ocupações são mais femininas e outras mais masculinas, como esperar que um homem gay tenha uma ocupação como cabeleireiro e uma mulher lésbica tenha como ocupação uma profissão que exija força física;

E, por fim, que participariam ativamente da cultura LGB no Canadá, frequentando áreas e estabelecimentos sociais LGB, ou se envolvendo em organizações e grupos comunitários, que está intrinsecamente conectado com a identificação mencionada nas subseções 4.1 e 4.2 deste capítulo.

Acerca da produção de provas que corroborem suas histórias, a diretriz corrobora o entendimento de que existem casos em que a única evidência que um indivíduo possa produzir é seu próprio depoimento, devido ao fato de terem que esconder suas orientações sexuais em seus países de origem por desconfiança ou o próprio fundado temor de perseguição, não podendo contar mesmo com seus familiares ou amigos.

E não somente, mas esses indivíduos que passaram suas vidas tentando esconder seus desejos e esconder quem são, também podem apresentar essa mesma desconfiança e medo frente a um tomador de decisão, explicando-se que este pode ter criado um temor a autoridades, posto que em diversos estados sancionam a perseguição a esses indivíduos. No entanto, caso exista qualquer evidência, documental ou não, pode ser apresentada pelo solicitante para que o tomador de decisão a considere.

Sendo responsável por grande parte das críticas, a diretriz ainda informa que não se espera que o solicitante comprove sua orientação sexual por meio de documentação audiovisual sexualmente explícita. Contudo, ela não proíbe o uso de provas sexualmente explícitas, havendo ainda uma lacuna que faz com que os solicitantes se sintam pressionados a submeterem

evidências desse porte para que seu caso se fortaleça, como uma última tentativa de provar sua orientação sexual, ainda que nada prove, pois pode facilmente uma pessoa encenar uma relação sexual com o fim de obter aquela documentação audiovisual para usar como evidência (DUSTIN e FERREIRA, 2017, p. 82).

A audiência oral e o constante questionamento dos membros da RPD e tomadores de decisão também são objeto da diretriz, que reconhece que o questionamento deve ser realizado de forma delicada, sem grandes confrontos, devido à carga intrusiva e difícil para o solicitante. Aduz também que deve ser feita análise por parte dos tomadores de decisão acerca de barreiras culturais, psicológica ou de outras naturezas que possam refletir em uma eventual inconsistência na narrativa, como por exemplo, inconsistência entre o que o solicitante afirmou na porta de entrada do Canadá e o que afirma em audiência, devido ao estado em que se encontravam na porta de entrada, tendo acabado de sair de um país que não lhes provia proteção o suficiente (BAHLIBY, 2017, p. 6-7). Da mesma forma trata a imprecisão e a omissão que podem gerar uma análise negativa da credibilidade do solicitante.

Nesse sentido, a diretriz assume que é compreensível que o solicitante tenha contado uma mentira no porto de entrada, pois havia ocultado sua orientação sexual no país de origem, e quando chegou ao Canadá, ainda sentia medo de divulgá-la às autoridades, substituindo então essa mentira pela verdade quando da audiência oral (IRB, 2017).

A grande deficiência dessa diretriz resta em um ponto específico: a ausência da determinação de que os tomadores de decisão ofereçam ao solicitante a oportunidade de esclarecer quaisquer inconsistências, percebidas ou não no momento da análise, ou questões que acabem por afetar negativamente sua credibilidade, antes que a decisão final seja tomada. Ou seja, para o solicitante que se enquadre nessas circunstâncias, a única saída ainda é o recurso de Apelação à RAD ou à Corte Federal (DUSTIN e FERREIRA, 2017, p. 80).

De uma forma geral, a diretriz apresenta uma transferência da carga de responsabilidade do solicitante para o próprio Conselho, à RPD e aos tomadores de decisão, principalmente no que tange à análise de credibilidade, posto que é trazido recorrentemente no texto da diretriz que para que seja tomada uma decisão negativa com base em uma análise negativa de credibilidade da solicitação, é necessário que o tomador de decisão examine se para chegar

àquela conclusão, não encontram-se quaisquer barreiras culturais, sociais, políticas, psicológicas, entre outras . (BAHLIBY, 2017, p. 7)

3.5. Casos concretos

Embora a Diretriz do Presidente nº 9 do Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá tenha sido divulgada e entrado em vigor em maio de 2017, é extremamente nova para que seu impacto no procedimento de reconhecimento da condição de refugiado seja avaliado, inexistindo qualquer arcabouço acadêmico acerca do tema. Portanto, na seção seguinte serão avaliados alguns casos concretos de decisões da RPD e da RAD, a partir de maio de 2017, para que seja realizada uma análise do impacto da diretriz, que tem como data de vigência 01 de maio de 2017, devendo portanto, ser adotada a partir de então.

Em 26 de janeiro de 2018, a Divisão de Proteção de Refugiados decidiu no procedimento de solicitação de refúgio nº TB1-16534, com nº de arquivo 2018 CanLII 97042, que o solicitante XXXX XXXX não era um refugiado nos termos da Convenção de 1951, e nem uma pessoa em necessidade de proteção. O solicitante alegou fundado temor de perseguição em seu país de origem, o Paquistão, em razão de sua preferência sexual e em sua crença religiosa.

Alega ter sido casado com uma parceira de sexo oposto, com quem possui 04 filhos, e da qual se separou em 2011, desde então ter tido pouco contato com ela, mas ter mantido contato telefônico com seus 04 filhos; afirma ser percebido como um cristão por ter amigos cristãos e celebrar bebendo álcool com esses amigos, bem como se identificar enquanto um homem que sente atração por outros homens, sem especificar se é homossexual ou bissexual.

A sua narrativa é construída da seguinte maneira: teria nascido em uma cidade pequena no Paquistão (tendo vivido nessa cidade por toda a sua vida), na qual possui uma loja. Afirma ter tido experiências homossexuais em sua infância, mas que foi em sua adolescência que percebeu a necessidade de ter contato homossexual, descrevendo ter tido relações sexuais com diversos parceiros desde jovem. Contudo, desde sua adolescência, só teria mantido uma relação homossexual séria.

O solicitante XXXX XXXX declarou que sua vida estava em perigo no Paquistão. Certo dia, intoxicado (possivelmente de álcool), teria contado a sua esposa de sua atração por homens, que por sua vez o expôs para a família dela, que são descritos enquanto religiosos fanáticos, e que se revoltaram com a informação. Então, a família de sua ex-esposa insistiu para que ele renunciasse sua identidade sexual e cessasse qualquer atividade homossexual, dizendo que ele deveria manter somente relações sexuais heterossexuais.

O solicitante então tentou argumentar, dizendo que sua orientação sexual era parte de quem ele é, e que cessar as relações sexuais homossexuais não iriam conseguir mudar quem ele é, mas que isso teria despertado ira por parte da família dela. Então, o líder religioso no contexto islâmico decretando uma “fatwa”⁴⁰ contra ele, ameaçando-o de morte por engajar em atividades contrárias ao islamismo. Em adição a isso, por causa de sua associação com cristãos, o talibã local o tomou como alvo, determinando que parasse de fornecer assistência financeira a qualquer cristão e direcionar o dinheiro gasto usualmente com cristãos, aos talibãs.

Em sequência, foi posto em audiência o testemunho de um amigo de longa data, em que este depôs que tinha conhecimento da orientação sexual do solicitante, mas que teria tomado conhecimento disso após esta ter tornado-se pública, e que após a emissão do fatwa, teria abrigado o requerente em sua casa. Após esse depoimento, o solicitante apresentou uma carta de um centro comunitário LGB, que certifica que este teria completado a sessão de orientação de recém-chegado do centro comunitário, e que participa de reuniões semanais de suporte e workshop para comunidade LGB.

Acrescenta ainda à narrativa que, durante sua assistência aos cristãos, aos quais era simpático por serem geralmente muito pobres, teria feito amizade com um deles, com quem mantinha relações sexuais, o que foi corroborado por um depoimento por escrito por este amigo. E, por fim, alegou que a proteção do Estado não estaria disponível para ele, em caso de retorno ao Paquistão, mencionando ocorridos em que foi atacado e a polícia não o ajudou.

No primeiro ocorrido, seus cunhados e outros fanáticos religiosos adentraram sua casa exigindo que ele desse à esposa um divórcio por escrito; como ele se recusou, os invasores o agrediram fisicamente, e que a polícia foi subornada para liberar seus agressores, com estes

⁴⁰ Fatwa é um decreto religioso legal emitido por um líder do islamismo.

alegando que a polícia estava ao lado deles, e que o solicitante não poderia nem deveria esperar qualquer tipo de proteção.

No caso acima, pode-se perceber que no plano real, onde as decisões são tomadas e mudam imediatamente a vida dos indivíduos, não é raro a conjunção da perseguição com base em mais de uma modalidade, sendo então o do requerente, por orientação sexual combinada com sua religião, posto que é lido como um cristão que sente atração por outros homens.

Como justificativa para seus apontamentos quanto à credibilidade do solicitante, o painel decisório afirma não ter “que aceitar o depoimento de um requerente somente porque esse depoimento não foi confrontado na audiência. O RPD tem o direito de fazer conclusões razoáveis baseada em implausibilidades, senso comum e racionalidade, podendo rejeitar provas se não for consistente com as probabilidades que afetam um caso como um todo”. O que por si só já é um atentado ao próprio instituto do refúgio, e à diretriz sob a qual esta decisão deveria ter sido baseada.

Ainda assim, o painel decisório do RPD admite que o depoimento do solicitante foi em sua maioria consistente com o resto da narrativa elaborada por ele, que o depoimento da testemunha não contradiz a do solicitante, bem como não contradiz a narrativa as informações acerca do país de origem.

Contudo, o painel decisório concluiu que o solicitante não é um refugiado nos termos da Convenção de 1951, nem uma pessoa que precisa de proteção.

E assim o faz com base na análise de credibilidade sobre a narrativa elaborada, examinando cada ponto dela, aduzindo que o solicitante não conseguiu estabelecer de forma crível sua orientação sexual perante ao RPD, nem o fato de ser lido como cristão, bem como o fato de não ter proteção do Estado ser discutível.

O tomador de decisão alega que o relato do solicitante não é plausível pois não está de acordo com o senso comum, ou com o que se poderia esperar dadas as circunstâncias, pelo fato de sua orientação sexual não ser conhecida por outros cidadãos, tendo em vista que é uma cidade pequena, na qual ele viveu desde o seu nascimento. E que, tendo o solicitante 36 anos de residência no mesmo local, com vida sexual ativa, o fato de se relacionar sexualmente com

homens não pode ter sido mantido em segredo. Da mesma forma, não aceita que a sua esposa e a família desta, bem como seu amigo, também teriam ficado sem saber disso.

Inclusive, no que concerne ao depoimento de seu amigo, o tomador de decisão afirmou ter razões para duvidar da veracidade do depoimento, além deste ter ficado sabendo da orientação sexual do solicitante somente após esta tornar-se pública. Uma das razões é que, enquanto a testemunha afirma ter abrigado XXXX XXXX em sua casa, o requerente somente afirmou ter-se abrigado na casa de um amigo, sem especificar qual, e que é razoável esperar que o solicitante informasse especificamente na casa de quem se abrigou, concluindo, portanto, que o depoimento do amigo teve como propósito de reforçar a solicitação.

Outras razões incluem o engajamento do solicitante em um centro comunitário LGB tardiamente, posto que chegou ao Canadá em 2011, e levou 6 anos para participar de uma atividade dentro da comunidade LGB local; e, por fim, o total descarte à alegação de que ele teria uma relação sexual com um dos cristãos com o qual tinha feito amizade, justificando esse descarte com base em que a única evidência que pudesse demonstrar isso, e também a sua associação com os cristãos era a própria narrativa, sem o suporte de provas. Isso porque o depoimento por escrito foi, também, desconsiderado, sob a alegação de que o tomador de decisão não foi convencido de ser um documento inteiramente imparcial.

Também em 2018, mais precisamente em 08 de fevereiro de 2018, foi julgada a Apelação de YYYY YYYY⁴¹, cidadão da República do Mali, país da África Ocidental, perante à Divisão de Apelação de Refugiados, em face de uma decisão que negou sua solicitação pela RPD, com base na análise de credibilidade, mais precisamente sobre sua identidade como indivíduo LGB.

Alega que o RPD teria cometido um erro na análise da credibilidade em seu caso, em particular no que diz respeito à autenticidade da sua alegação de que é homossexual. Afirma em suas razões de Apelação também que o RPD parte de um pressuposto de que um indivíduo não pode descobrir-se adequadamente homossexual em tão tenra idade, sem fornecer razões para chegar à essa conclusão. Além disso, argumenta que o RPD afirma que o solicitante não

⁴¹ No documento original, por ser um procedimento privado, todos os nomes são substituídos por XXXX XXXX, por vezes modificando somente a quantidade de letras. No entanto, para garantir maior facilidade ao leitor, foi feita essa modificação para YYYY YYYY, de forma a diferenciar ambos os casos trabalhados nesta pesquisa.

tinha histórico de vida sexual ativa no Canadá, onde vivia por 06 anos antes da audiência, e que isso estava minando a sua credibilidade como indivíduo LGB.

Utilizou o RPD também como base para analisar negativamente a credibilidade do solicitante uma suposta contradição dentro de sua narrativa. Explica-se: declarou o solicitante em seu formulário que ninguém em seu país de origem estava ciente de uma relação homossexual que mantinha com um parceiro, mas que teria relatado ao seu tio que era um indivíduo LGB. Por fim, para basear a sua decisão negativa, o tomador de decisão apontou o atraso na abertura do procedimento solicitando a determinação da condição de refugiado no Canadá, levando anos para fazê-lo. E, dessa forma, o tomador de decisão não considerou o solicitante um refugiado nos termos da Convenção de 1951, nem uma pessoa que necessite de proteção.

Por óbvio, aduz o apelante que a frequência ou ausência de uma vida sexual ativa não é reflexo da sua orientação sexual, e que é um erro a Divisão não ter feito essa distinção adequadamente, bem como no concernente à suposta contradição em sua narrativa, houve um engano por parte do RPD, não havendo contradição alguma. Ainda que seu tio soubesse de sua orientação sexual, isso não significa que soubesse de sua relação com seu parceiro.

Argumenta que a demora para solicitar a concessão do status de refugiado se deu por falta de informação da possibilidade de apresentar uma solicitação como esta no Canadá, e que também teria sido abatido com depressão e estresse devido à perseguição sofrida no país de origem.

Diante do exposto, solicitou que a decisão fosse revertida, e que deveria ser considerado um refugiado nos termos da Convenção de 1951, ou, subsidiariamente, que a decisão fosse anulada e fosse marcada uma nova audiência oral, com um painel decisório diferente.

Em sua decisão, a Divisão inicia informando que o papel da RAD consiste na revisão das decisões do RPD a fim de verificar se, conforme as razões de Apelação, o RPD cometeu um erro.

Admite que o RPD tem o direito de alcançar conclusões baseando-se em implausibilidades, inconsistências, e omissões, e que essa análise pode se estender a toda a

narrativa construída pelo solicitante, contudo, um erro nessa análise durante a audiência oral pode não ser somente uma interferência para delimitação da credibilidade do solicitante, como fatal para toda a solicitação.

Aponta também a RAD que a audiência e a decisão se deram em meados de 2016, e na época, a Diretriz do Presidente nº 9 do IRB ainda não tinha sido adotada, portanto não podendo culpar o tomador de decisão por não considerar a mesma para sua decisão, mas que à época da decisão da Apelação, a diretriz já estava em vigor, devendo ser aplicada, e segue apontando os objetivos da diretriz, e pinçando as informações trazidas por ela, que já foram mencionadas na seção 4.4 deste capítulo.

Conclui que, se o RPD tivesse aplicado a diretriz, resta claro que algumas, se não todas as suas conclusões teriam sido diferentes, e que diante das circunstâncias atuais, pode aferir que o RPD realizou uma análise de credibilidade errônea, “mais particularmente no que diz respeito à sua orientação sexual e identidade de gênero” como indivíduo LGB.

No entanto, ainda que o RPD tenha errado na análise de credibilidade da solicitação, isso não quer dizer que possa afirmar positivamente quanto à credibilidade, sem que seja realizada uma nova audiência, para que o tomador de decisão possa rever o depoimento. E nesse sentido, é impossível substituir a determinação do RPD por uma determinação que “poderia ter sido feita”, aplicando-se desta vez a diretriz mencionada e seus princípios.

Dessa forma, acolhe o pedido subsidiário, afastando a decisão do RPD de rejeitar a solicitação de proteção de refugiado, e encaminhando a questão para um painel decisório do RPD constituído diferentemente do anterior, para a re-determinação da solicitação da concessão do status de refugiado, com a aplicação da Diretriz do Presidente nº 9.

Diante das decisões expostas acima, algumas reflexões podem ser realizadas. A primeira delas é que, por mais que o tomador de decisão (em instância inferior ou em instância recursal) tenha boa vontade, e esteja aberto à compreensão de uma dimensão maior que a si, alguns equívocos são cometidos ao longo do caminho.

A terminologia utilizada, em ambos os casos, não compreende uma situação tão delicada e complexa como a exposta aos tomadores de decisão. No processo 2018 CanLII 97042 (CA

IRB), o solicitante claramente não possuía conhecimento sobre a terminologia LGB, tanto é que não se expressou como homossexual ou bissexual, demonstrando que não conhece o limite – que é tênue, para quem não desenvolveu totalmente sua identidade sexual – entre os dois.

O tomador de decisão, que detém mais recursos, e lida diariamente com indivíduos LGB, sendo essa sua ocupação, e de posse da Diretriz do Presidente nº 9, portanto devendo possuir uma delicadeza maior ao tratar de questões concernentes à orientação sexual, ao invés de agir de acordo, passa a utilizar a terminologia homossexual a todo momento ao longo de suas razões de decisão.

Tal atitude invisibiliza os indivíduos bissexuais, que já possuem um histórico de serem a parcela invisível da comunidade LGB, sendo alvo de pressuposições como “estar passando por uma fase”, ou atacados psicologicamente (e por vezes fisicamente) por uma sociedade heterossexual e heteronormativa ocidental, que os taxa como homossexuais, como é o caso do tomador de decisão em tela, ainda que não seja consciente.

Quanto ao painel decisório da Divisão de Apelação, que se mostrou muito mais consciente, este também cometeu um deslize ao final de sua decisão de apelação, ao decidir que o RPD errou em sua avaliação, especificamente no que se refere à “orientação e identidade de gênero como homossexual”, não fazendo a distinção necessária entre orientação sexual e identidade de gênero, posto que um indivíduo se identificar enquanto homossexual somente diz respeito à sua orientação sexual, e não à sua identidade de gênero.

Pode ser observada também a inconsistência entre as decisões proferidas sob a vigência de uma mesma diretriz, o que é radicalmente combatido pela Diretriz nº 9. Na decisão de instância comum, pelo RPD, foram aplicados princípios totalmente distintos da diretriz, e na decisão de apelação pela RAD, justamente defendendo esses princípios e afastando uma decisão que em muito se assemelha à decisão utilizada para análise nessa pesquisa.

Nesse cenário, a decisão da Divisão de Proteção dos Refugiados furtou-se por completo de se adequar à diretriz que foi publicada pelo IRB, em específico a sua subseção 8.5.3, que trata da possibilidade de discriminação e perseguição sofrida pelos indivíduos bissexuais, baseando-se em estereótipos, como o fato de o solicitante sentir atração por outros homens, ser

de pleno considerado homossexual, mesmo tendo sido casado com uma parceira do sexo oposto, nem se dando o trabalho de questionar isso em audiência.

As implausibilidades e inconsistências encontradas pelo membro do RPD também são discutíveis, posto que, em certa altura da decisão, já havia tomado sua decisão internamente, e nada mais que fosse discutido dali para frente fosse ser considerado, como o fato de ter decidido que a relação sexual mantida entre o solicitante e o seu amigo cristão, bem como a sua leitura enquanto indivíduo cristão pela sociedade em que vivia, não pudessem ser verdadeiros sem uma prova crível que suportasse essas alegações.

Ora, a diretriz, em sua seção 7.1 traz expressamente que as características que estabelecem a orientação sexual de um indivíduo são inerentemente privadas, e que, ao avaliar solicitações baseadas em orientação sexual, deve-se ter em mente todas as dificuldades em provar o envolvimento em qualquer relação sexual particular, citando o julgado *Ogunrinde v. (Versus) Canadá, 2012 FC 760 (CanLII)*, de forma que o depoimento do solicitante pode ser a única evidência de sua orientação sexual. E mais, citando também o julgado *Nezhalskyi v. (versus) Canada (Citizenship and Immigration), 2015 FC 299 (CanLII)*, a diretriz aponta que não deve ser extraída uma conclusão negativa da narrativa baseada no fato da ausência de depoimento de um parceiro do solicitante.

Da mesma forma, o tomador de decisão não observou a subseção 7.2.1 da referida diretriz, ao decidir negativamente acerca da solicitação, não admitindo poder ser verdadeira a alegação de que, anteriormente à exposição da orientação sexual do solicitante de forma pública, ninguém soubesse desta, nem mesmo seus familiares e amigos. Tal critério é diretamente atacado, uma vez que essa subseção observa exatamente a possibilidade da ocultação da orientação sexual do solicitante aos seus familiares e amigos, diante do estigma a que estará fadado e ao fundado temor de perseguição que sofre o solicitante.

Em verdade, o tomador de decisão do RPD agiu contrariamente a diversos dispositivos da diretriz, proferindo uma decisão eivada de vícios, que merece ser analisada e posteriormente afastada, em caso de eventual interposição de recurso de apelação perante à RAD, que parece ser mais consciente quanto à diretriz e aos princípios que esta carrega consigo.

Contudo, há novamente uma problemática presente, claro, além do fato de que deve o principal órgão decisório de solicitações de refúgio ater-se às disposições as quais encontra-se vinculado. Mas, para além disso, é necessário que se reflita quantas decisões negativas serão proferidas de forma equivocada, sem que seja interposto um recurso de apelação perante à RAD, por diversos motivos, como escassez financeira, despesas com advogados, tempo gasto com visitas aos órgãos e centros comunitários, ativação de uma série de gatilhos emocionais e psicológicos derivados de uma decisão que nega o status de refugiado a um indivíduo que de fato o merece, e até mesmo o desconhecimento acerca da possibilidade de apresentar uma apelação, posto que a RAD é um órgão relativamente recente e não exaustivamente divulgado.

Por fim, ainda que seja interposto um recurso de apelação, não resta nenhuma garantia de que a decisão negativa do RPD será afastada. A única certeza é a de que, para alguma nova decisão ser proferida, mais tempo será despendido, mais despesas serão gastas, sob mais pressão, estresse e medo se encontrará o solicitante, pois afinal, é o seu destino que está em questão, correndo este o risco de ser obrigado a retornar ao seu país de origem, e ser perseguido por sua orientação sexual.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo entender de que forma a avaliação da credibilidade incide sobre a proteção internacional dos direitos humanos, no que tange o instituto do refúgio, especificamente aos solicitantes de refúgio, os quais sofrem fundado temor de perseguição com base em sua orientação sexual, com foco no procedimento de solicitação dentro do sistema Canadense, por indivíduos LGB.

Para isso, estabeleci objetivos específicos, de forma a desenvolver uma pesquisa em ordem crescente, até alcançar a discussão principal, sendo eles: conhecer o instituto do refúgio, em uma análise histórica e crítica; entender sobre a institucionalização da LGBfobia, sobre a criminalização da comunidade LGB em alguns países; bem como a construção da normatividade euroamericana heterossexual enquanto ideal, e o contraponto LGB.

A partir desses objetivos, foi feita uma contextualização da inserção das minorias sexuais como sujeitos de direito de refúgio, que, havendo fundado temor de perseguição com base em sua orientação sexual, necessita da concessão do status de refugiado em outro Estado. Então, procurei entender o Canadá enquanto referência na proteção de direitos humanos, afirmação da diversidade sexual, e como destino seguro para indivíduos LGB que necessitem de refúgio.

Para então, conhecer e analisar o procedimento de solicitação de refúgio dentro do sistema canadense, por estes indivíduos LGB, com suas nuances, singularidades e complexidades, com enfoque na análise de credibilidade enquanto elemento núcleo da solicitação de refúgio, principalmente para decidir negativamente sobre uma decisão. E, por fim, analisar criticamente algumas decisões de solicitações reais de determinação da condição de refugiados LGB.

Dessa forma, em uma análise histórica e crítica, percebo que os conflitos concernentes à questões subjetivas, como etnia, gênero, religião, questões socioeconômicas, e orientação sexual, gerando por sua vez violações de direitos humanos, políticas e todo um sistema discriminatório não é recente, sendo inclusive recorrente, gerando um movimento de pessoas que precisaram abandonar suas casas, suas cidades e relações, em busca de uma segurança e garantia de proteção aos seus direitos humanos fundamentais.

Entendo que essa conclusão é alcançada em despeito do que propagam as organizações internacionais e os Estados-nações, que mantem o instituto do refúgio com caráter de exceção, tendo em vista a característica de temporalidade presente nas organizações criadas com o objetivo de garantir a proteção internacional dos refugiados, em que se estipulou um “vencimento” para todas elas, inclusive para o ACNUR.

Nesse sentido, é necessário apontar que tudo isso faz parte de um cenário não somente social, ou econômico, mas também político. Trata-se de poder, e da retenção desse poder, por quem. A manutenção dessas organizações com essa característica de mortal, é interessante para os Estados-nações acolhedores, posto que estes se mantem superiores aos demais, com reconhecimento internacional, e sob uma máscara de que são os salvadores desses refugiados, resolvendo então todos os problemas relacionados à questão, e trazendo a humanidade de volta à sua normalidade.

Percebo ainda, nesse cenário, a ausência de necessidade da extinção automática, estipulada desde a criação, de organizações internacionais com posterior criação de uma nova. Concluo ainda que, ao invés de despender recursos humanos e financeiros na extinção de uma com instituição de outra, deve ser realizado investimento em organizações já existentes, as moldando e modernizando frente às demandas atuais com relação aos refugiados e solicitantes de refúgio.

Isso se deve porque o contingente de refugiados e solicitantes de refúgio não é fixo, mas pelo contrário, muda e se atualiza conforme o passar do tempo, com as necessidades do mundo contemporâneo e com as diferentes violações de direitos humanos pelas quais sofrem grupos específicos.

Temos como exemplo o fluxo, razoavelmente recente, específico de solicitantes de refúgio, de indivíduos perseguidos, ou com fundado temor de perseguição em razão de sua orientação sexual, os indivíduos LGB. Por ser um fluxo recente, o campo acadêmico que pesquisa acerca desse movimento ainda é um campo em crescimento; contudo, é pacífico que a orientação sexual deve ser entendida como um motivo de perseguição e violação de direitos humanos, e aos indivíduos que destas sofrem, deve ser concedido o status de refugiado, nos

termos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, com especial menção ao ACNUR em suas diretrizes, como as Diretrizes nº 9 do Alto Comissariado.

Dentre os países que não só concede a esse grupo específico de indivíduos o reconhecimento da condição de refugiado, como também promove e encoraja esses indivíduos a buscarem esse status lá, é o Canadá, que detém reconhecimento internacional enquanto Estado tradicional de proteção aos direitos humanos, especificamente no que tange à diversidade sexual, se consolidando como um modelo a ser seguido por outros Estados.

A despeito dessas garantias e proteção estatal aos direitos humanos fundamentais que outrora estiveram expostas ao perigo, a orientação sexual ainda é podada e moldada em diversas situações, para além da construção da figura masculina, branca, heterossexual, de classe média como a figura ideal e central da sociedade; o que acaba por criar também a figura contraposta do indivíduo não-desejado, que são as mulheres, os negros, os pobres, e os indivíduos LGB.

Isso se percebe mais especificamente no Canadá, com a crescente onda homonacionalista canadense, na medida em que incorpora uma pauta não-heteronormativa com o objetivo de que a comunidade LGB acolha as pautas nacionalistas canadenses.

Esse homonacionalismo canadense se apresenta em duas dimensões distintas, sendo a primeira o exponencial reconhecimento de direitos LGB, como tem-se mostrado nas últimas décadas, tendo como exemplo o casamento LGB, que foi legalizado no Canadá já em 2005, enquanto no Brasil foi ser regulamentado somente em 2013, por meio da Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça, que ainda assim foi uma resolução altamente contrariada.

A segunda dimensão é derivada da primeira, posto que com os direitos humanos fundamentais dos indivíduos LGB garantidos, estes indivíduos, embebidos em privilégios recém-alcançados e em gratidão à nação, absorve a pauta nacionalista do país, por vezes, discriminatória.

E tudo isso reforça o estabelecimento do Canadá como baluarte dos direitos humanos e, precisamente, dos direitos dos indivíduos LGB, o pondo em um patamar acima dos outros Estados, especialmente dos países de origem dos solicitantes de refúgio, consolidando dessa maneira uma estrutura em que o Canadá é o Estado “limpo”, civilizado, defensor dos direitos

de sua população e de quem quer integrar sua população, enquanto os países de origem restam como selvagens.

E isso implica diretamente em critérios seletivos para decidir quem vai ocupar esses espaços na população, de modo a manter essa estrutura e perpetuá-la, sendo necessária a criação de um véu, que identificará os refugiados reais, dos refugiados falsos, de modo a impedir a permanência de indivíduos que não sejam verdadeiramente merecedores da proteção do refúgio no Canadá, principalmente porque a população LGB não possui marcadores externos que os identifique enquanto tais.

Essa dificuldade em identificar é combinada com a desconfiança, e com a necessidade de criar critérios seletivos para manutenção da estrutura estatal enquanto homonacional, o que leva os tomadores de decisão a basearem-se principalmente (e, por vezes, tão somente) na análise de credibilidade.

No que tange à análise de credibilidade dentro do procedimento de solicitação da determinação da condição de refugiado, pode-se perceber um movimento de gerenciamento de pessoas, e de como isso de certa forma torna válida ou desvalida a sua história, o seu sofrimento, e a sua fuga, num sentido de verdadeira construção do que é um indivíduo que sofre, e, portanto, é merecedor de fuga. O caráter humanitário então torna-se seletivo, que ultrapassa gestão do Estado, estudos e apelos à sociedade internacional.

Dessa forma, é criado um verdadeiro procedimento de construção da verdade, que distrai totalmente a visão do expectador da violência, da miséria e da desigualdade dos indivíduos LGB que chegam ao Estado em busca de refúgio, para que o foco seja a sua narrativa e o seu encaixe no modelo pré-concebido de refugiado LGB verdadeiro. O Estado então, acaba por deter poder sobre os corpos e sobre as histórias destes indivíduos, que, caso optem por requerer a concessão do status de refugiado no Canadá, devem renunciar a partes da sua história, e de quem são.

No fim do dia, é injusto sequer mencionar a palavra “opção” ou “escolha”, porque se você veio de um país, de onde sofria perseguição, discriminação das mais variadas maneiras, e não raramente era vítima de violência física e ameaças de morte, aterrissando em um país tido como o país em que você finalmente poderá ser si mesmo, e será celebrado por isso, deixa de

ser uma opção a renúncia de si, com um objetivo tão forte como a busca da liberdade e do direito à vida.

Nesse contexto, Gorisch et al. (2016), apontam que a autodeterminação em casos de solicitantes de refúgio com base em orientação sexual deve ser garantida, posto que esses indivíduos fazem parte de um grupo mais vulnerável e o tratamento deve ser diferenciado, dando a eles o benefício da dúvida.

Esses critérios nos quais se baseia a análise de credibilidade por vezes transformam todo o procedimento em uma violência ao solicitante, o qual resta exposto a estereótipos, a pressuposições acerca de si com base em uma visão euroamericana heterocentrada por parte do painel decisório, e à frequente busca de inconsistências e implausibilidades em sua narrativa.

Nesse contexto, entendo que a busca da verdade qual é tão citada, se trata na verdade uma busca da mentira, com o intuito de excluir aquele indivíduo do sistema migratório canadense, na qual ignoram-se as diferenças interculturais, socioeconômicas, e também todos os traumas desenvolvidos pelos solicitantes em seu país de origem, segregando um espaço que é seu por direito, travestindo esse direito como um favor humanitário que seria concedido. Compreendo então que o sistema de refúgio canadense também tem motivação política, ainda que o caráter humanitário não seja afastado.

Essas problemáticas foram altamente criticadas por diversos autores ao longo dos anos, os quais inspiraram e basearam a presente pesquisa, com menção honrosa à Nicole LaViolette, autora de diversos trabalhos e obras dedicados ao sistema migratório canadense com enfoque em indivíduos LGB, e cujo trabalho inspirou a criação da Diretriz do Presidente nº 09, do Conselho de Imigração e Refúgio do Canadá.

Essa diretriz, criada com o intuito de dirimir muitas das problemáticas apontadas ao sistema de refúgio do Canadá, entrou em vigor em maio de 2017, e, devido à sua curta história, são escassas as pesquisas envolvendo a sua efetividade.

Contudo, em simples análise qualitativa de decisões recentes (e posteriores à entrada de vigor da Diretriz), pode-se perceber que, além de inconsistências entre elas, com uma analisando a solicitação à luz da Diretriz de forma a afastar decisão anterior, e outra

desrespeitando totalmente os princípios norteadores da mesma, decidindo negativamente com base principal na análise de credibilidade. E a análise de credibilidade baseando-se inteiramente em critérios altamente estereotipados de indivíduos perseguidos com base em sua orientação sexual.

Diante de todo o exposto, pude perceber que, ainda que a pesquisa realizada não ter sido elaborada a partir de uma perspectiva comparada entre o Brasil e o Canadá, são possíveis algumas observações entre os sistemas.

No Brasil, onde as decisões são tomadas em colegiado, onde participam representantes do governo federal, representantes de sociedades civis, e representantes do ACNUR, é possível observar um princípio da imparcialidade, onde a decisão da solicitação de refúgio não se alinha somente com a empatia do tomador de decisão. No entanto, a política migratória ainda está em processo de estruturação (SIMÕES et. al, 549). Ainda que haja avanços, e que a proteção aos solicitantes de refúgio com base na orientação sexual já seja uma realidade no Brasil, o problema também está na melhoria da prática de acolhida (SILVA, DYR, 2017, p. 79)

Portanto, depreendo de todo o exposto que, o sistema de refúgio canadense, enquanto instituição que promove a defesa de direitos humanos fundamentais acaba por reproduzir uma série de opressões e abusos contra o solicitante de refúgio. E a análise da credibilidade nas solicitações de reconhecimento da condição de refugiados por indivíduos LGB no Canadá, tendo uma base de interpretação altamente subjetiva e imprecisa, ainda assim tem impacto tão forte e tão enraizado, que mesmo fortes estudos e trabalhos acerca do tema, e mesmo que seja institucionalmente orientado a rever esses conceitos, o painel decisório ainda enxerga o solicitante de refúgio sob um viés superior, ocidental, e sem consciência das diferenças culturais entre si e o solicitante.

Ainda é cedo para afirmar que esse sistema mudará, ou que permanecerá congelado em suas próprias experiências, privilégios, preconceitos e subjetividades. É necessário, para acelerar essa mudança, o crescente e contínuo estudo, e trabalhos acerca do tema, sempre confrontados com as decisões das Divisões de Refugiados do Conselho canadense, bem como do CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados, de forma a compreender melhor esse sistema, as insistentes falhas, e a sua divulgação, de modo a aumentar a conscientização institucional da delicadeza da questão, e a compreensão das experiências LGB enquanto

individuais e complexas, sem que isso infira diretamente em uma decisão negativa em uma solicitação de refúgio LGB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 02.** “Pertencimento a um grupo social específico” no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. S.l., 2002, disponível em <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9741.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2014/9741>>. Acesso em 17 jun. 2018.

_____. **Diretrizes sobre Proteção Internacional nº 09.** Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. S.l., 2012, disponível em <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9748.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2018

_____. **Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinar a Condição de Refugiado,** s.l., Acnur Brasil, 2013, 73 p. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

_____. **Global Trends: Forced Displacement in 2017.** Geneva, 2018.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. A Lei nº 9497/97 e a definição ampliada de refugiados: breves considerações. **Revista da Faculdade de Direito da USP.** V. 95. São Paulo, 2000. P. 373-382.

_____. **Direitos Humanos e Não Violência.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. **Direito Internacional dos Refugiados:** evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAUJO, N.; ALMEIDA, G. A. (Org.). **O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 99- 126.

BOMFIM, Silvano Andrade do. Homossexualidade, Direito e Religião: da pena de morte à união estável. A criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional,** n. 18, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/259>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BORRILLO, Daniel; TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas,. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica. 141 p. 2010

CANADA. **2017 Annual Report to Parliament on Immigration.** Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/corporate/publications-manuals/annual-report-parliament-immigration-2017.html>>. Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Asylum Claims and Interceptions.** Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/asylum-claims.html>>. Acesso em 15 dez. 2018.

_____. **How Canada's refugee system Works.** Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/canada-role.html>>. Acesso em 15 dez. 2018.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual.** Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

DUSTIN, Moira; FERREIRA, Nuno. Canada's Guideline 9: improving SOGIE claims assessment?. In: **Forced Migration Review**, v. 56, p. 80-83, 2017.

FACUNDO, Ângela. **Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no Sul e Sudeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017. 388p.

HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society: Between sovereigns.** New York: Cambridge University, 2008.

HERSH, Nicholas. "Challenges to Assessing Same-Sex Relationships under Refugee Law in Canada." **McGill Law Journal** 60.3 (2015): pp. 545-548.

HOBSBAWN, Eric John Ernest. **Era dos extremos – o breve século XX – 1914 –1991.** 2. ed. 18. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 57-58.

International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association – ILGA. **2017 Annual Report.** Geneva, 2017. Disponível em: <https://www.ilga.org/downloads/ILGA_Annual_Report_2017.pdf>. Acesso em 15 ago. 2018

IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA. **Caso nº TB1-16534, Arquivo 2018 CanLII 97042 (CA IRB),** decisão de 26 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.canlii.org/en/ca/irb/doc/2018/2018canlii97042/2018canlii97042.html?resultIndex=1>>. Acesso em 01 de dez. 2018.

_____. **Caso nº MB6-05791, Arquivo 2018 CanLII 101195 (CA IRB),** decisão de 08 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://canlii.ca/t/hvrd7>>. Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Refugee News – Summer 2018.** Disponível em: <<https://irb-cisr.gc.ca/en/refugee-news/Pages/q2-2018.aspx>>. Acesso em 01 dez. 2018.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e Pinkwashing à brasileira nas demandas por 'cidadania LGBT'. In: 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos, 2017, Florianópolis. **13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos.** Florianópolis: EDUFSC, 2017. v. 1. p. 01-13.

_____. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, 2014.

JORDAN, S.; MORRISSEY, C. "On what grounds?": LGBT asylum claims in Canada. In: **Forced Migration Review**, nº 42. Maio de 2013, p. 13-15.

JUBILUT, Liliana L. **O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KAHN, Sarilee; ALESSI, Edward J. Coming out under the gun: Exploring the psychological dimensions of seeking refugee status for LGBT claimants in Canada. **Journal of Refugee Studies**, v. 31, n. 1, p. 22-41, 2017.

LACERDA, Pedro Paiva Dias. **O reconhecimento dos migrantes forçados por razões vinculadas à identidade de gênero e orientação sexual**. 2016. 67 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2016.

LAURENTI, Ruy. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, out. 1984. Acesso em: 10 jun. 2018.

LAVIOLETTE, Nicole. Sexual Orientation, Gender Identity and the Refugee Determination Process in Canada. **Annals of Spiru Haret University**, Journalism Studies, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2276049>>. Acesso em 01 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Refúgio em Números. Governo Federal, Brasil, 2018. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view>. Acesso em 21 nov. 2018.

MOITA, Maria Gabriela Martins de Nóbrega. **Discurso sobre a homossexualidade no contexto clínico: a homossexualidade de dois lados do espelho**. 2001.

MOREIRA, J.B. **A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (De 1943 aos Dias Atuais)**. 2006. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 197 p.

MULLER, Felipe Orsolin. **Refugiados Homossexuais: O código penal iraniano e as violações ao direito internacional dos direitos humanos**. 2012. Monografia (Graduação – Bacharelado em Relações Internacionais). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MURRAY, David A. B. **Real Queer? Sexual Orientation and Gender Identity Refugees in the Canadian Refugee Apparatus**. Toronto: Rowman and Littlefield International, 2015.

NASCIMENTO, Daniel Braga. Migrantes em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero. In: XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015, Santa Cruz do Sul. **XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

OLIVA, Thiago. Minorias Sexuais enquanto “Grupo Social” e o Reconhecimento do Status de Refugiado no Brasil. **Brasília: ACNUR Brasil (Diretório de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado do ACNUR)**, 2012.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **“Só Aquele Preconceitozinho Básico”**: Quando a homofobia não é violência ou quando a violência não é homofobia. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná.

PRECIADO, Paul B. **Manifiesto Contrasexual**: Práticas Subversivas de Identidade Sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2016. 224p.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. S.l., 2007, 39p, disponível em < http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em 17 jun. 2018.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2016.

DA SILVA, Dionathan Ysmael Rodrigues. "Transpondo Fronteiras, (Re)Existimos!": Refugiados LGBTI no Canadá e no Brasil e o Direito à Identidade de Gênero e à Orientação Sexual. **Revista Novas Fronteiras**, v. 3, n. 2, 2017.

SILVA, Hannah Waisman Motta da. **Os direitos dos refugiados (as) no Brasil**: Reflexões sobre a grave e generalizada violação de direitos humanos na prática do reconhecimento da condição de refugiado (a). Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Marcos de Araújo. Xenofobia, pós-colonialidade e homonacionalismo no sul da Europa. Perspectivas da Catalunha. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**-ISSN: 2179-7501, v. 4, n. 1, p. 139-165, 2014.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Integração social de refugiados no Brasil e no Canadá em perspectiva comparada**: Colombianos em São Paulo e em Ontário. 2017. 266 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SIMÕES, et al. Uma Aproximação ao Sistema Canadense de Reconhecimento da Condição de Refugiado. In: JUBILUT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (Org.). **Migrantes Forçad@s: Conceitos e Contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

ANEXO I

Formulário de Base de Reivindicação – Formulário BOC



Immigration and
Refugee Board of Canada

Commission de l'immigration
et du statut de réfugié du Canada

Client I.D. Number

Claimant's first name(s) and family name(s)

PROTECTED WHEN COMPLETED

RPD file number (for IRB office use)

Basis of Claim Form

(for persons claiming refugee protection in Canada)

ANSWER ALL THE QUESTIONS ON THIS FORM.

- If you are making your claim at an immigration office inside Canada, complete this form and bring the completed form and one copy with you to give to the Officer who will decide if your claim is eligible.
- If you made your claim on arrival at a port of entry into Canada, complete this form and provide the completed form and one copy to the Immigration and Refugee Board of Canada (IRB). You must make sure that the IRB receives the completed form not later than 15 calendar days after the day that the Officer refers your claim to the Refugee Protection Division.
- Make sure that you make a copy of the completed form for yourself.

If the Officer or the IRB, as the case may be, has not received your completed Basis of Claim Form (BOC Form) by the dates mentioned above, the IRB will have a special hearing and may decide to declare your claim abandoned which means you would not be allowed to continue with your claim.

IMPORTANT NOTICE REGARDING COUNSEL AND DOCUMENTS THAT MAY SUPPORT YOUR CLAIM

You have a right to be represented by counsel at your own expense, but the counsel you choose must be available on the date fixed for the hearing.

You are responsible for obtaining and providing to the IRB any documents that may support your claim. Please see the appendix at the end of this form for details on providing documents to the IRB.

INSTRUCTIONS FOR COMPLETING THIS FORM

IMPORTANT: You can find instructions to help you complete your BOC Form both in the appendix at the end of this form and in the *Claimant's Guide* in your *Claimant's Kit*. Please read these instructions carefully. Before giving your original BOC Form to the IRB, **remove the appendix**. If you have written additional information on other sheets of paper, please provide those sheets of paper with your BOC Form.

PLEASE COMPLETE LEGIBLY. Print or type the details about your claim in the spaces provided below. If you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form. On each additional sheet, write your name and Client I.D. Number (and IRB file number, if known) in the top right-hand corner, and write the page number at the bottom. Also, indicate which question you are answering on the additional sheet, and number the lines.

WARNING: It is a serious offence to provide false or misleading information. Your claim may also be rejected - and any favourable decision, if already given, revoked, if you give information that is not true or is misleading, or if you try to hide important information.

Date Stamp (for IRB office use)

WHO YOU ARE

1a)	Given or first name(s)	1b)	Family or last name(s) / surname(s)	1c)	Date of birth (year/month/day)
1d)	Indicate what sex is identified on your passport				
<input type="checkbox"/> Male <input type="checkbox"/> Female <input type="checkbox"/> Other _____					
If you do not identify with the sex/gender on your passport, you may self-identify your sex/gender: _____					
1e)	Nationality, ethnic and racial group or tribe			1f)	Religion and denomination or sect
1g)	List all languages and dialects you speak				

WHY YOU ARE CLAIMING REFUGEE PROTECTION

When you answer the questions in this section, please explain everything in order, starting with the oldest information and ending with the newest. INCLUDE EVERYTHING THAT IS IMPORTANT FOR YOUR CLAIM. INCLUDE DATES, NAMES AND PLACES WHEREVER POSSIBLE.

If the information one of your accompanying family members wrote in this part of their BOC Form applies to you, you do not need to repeat that information here. Simply write the name and file number of the family member and explain that your refugee protection claim is based on the same information.

Attach two copies of any documents you have to support your claim, such as travel documents (including your passport) and identity, medical, psychological or police documents. Include certified translations in English or French for all documents in a language other than English or French. You must pay for these translations yourself. If you get more travel or identity documents after submitting your BOC Form, give two copies to the IRB **without delay**. A copy of any other document in support of your claim that you get after submitting your BOC Form must be received by the IRB and by the Minister, if the Minister is a party, **at least 10 days** before your hearing. Please read the appendix at the end of this form for details on providing documents to the IRB.

2(a)	Have you or your family ever been harmed, mistreated or threatened by any person or group?
<input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No	
If "YES" explain in detail:	
What happened to you and your family.	
When the harm or mistreatment or threats occurred;	
Who do you think caused the harm or mistreatment or threats;	
What do you think was the reason for the harm or mistreatment or threats that occurred;	
Whether persons in situations similar to yours experienced such harm, mistreatment or threats.	
(Indicate dates, names and places, wherever possible.)	
1.	_____
2.	_____
3.	_____
4.	_____
5.	_____
6.	_____
7.	_____
8.	_____
9.	_____
10.	_____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(b) If you returned to your country, do you believe you would be harmed, mistreated or threatened by any person or group?

☐ Yes ☐ No

If "YES" explain in detail:

What would happen to you?

Who would harm, mistreat or threaten you?

What do you think is the reason you would be harmed, mistreated or threatened?

(Indicate dates, names and places, wherever possible.)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(c) Did you ask any authorities such as the police, or any other organization, in your country to protect or assist you?

☐ Yes ☐ No

If "NO" explain in detail why not.

If "YES" explain in detail:

Whom you approached for help;

What steps you took; and

What happened as a result.

(Indicate dates, names and places, wherever possible.)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(d) Did you move to another part of your country to seek safety?

☐ Yes ☐ No

If "NO" explain in detail why not:

If "YES" explain in detail:

Why you left the place that you moved to; and

Why you could not live there, or some other place in another part of your country, today.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(e) When did you leave your country? (Provide dates)

1. _____
2. _____

2(f) Why did you leave at that time and not sooner, or at a later time?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(g) Did you move to another country (other than Canada) to seek safety?

☐ Yes ☐ No

If "YES" explain in detail:

Name of country;

When you moved to that country;

How long you stayed there;

Whether you claimed refugee protection in that country and, if not, why not.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(h) Give any other details that you think are important for your claim for refugee protection.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

2(i) Are children who are less than 18 years old claiming refugee protection with you?

☐ Yes ☐ No

If "YES", check the correct box below and answer the question(s) that follow:

☐ **You are the child's parent and the other parent is in Canada.**

☐ **You are not the child's parent:**

If you are not the child's parent, do you have any legal documents or written consent allowing you to take care of the child or travel with the child?
If yes, what document(s) do you have? If not, why not?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

☐ **You are the child's parent but the other parent is not in Canada:**

If you are the child's parent but the other parent is not in Canada, do you have any legal documents or written consent allowing you to take care of the child or travel with the child? If yes, what document(s) do you have? If not, why not?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

2(j) If a child, six years old or younger, is claiming refugee protection with you, explain in detail why you believe the child would be at risk of being harmed, mistreated or threatened if returned to their country. (Include only information that is specific to the child's situation and is different from the information you gave to support your claim.)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____

...if you need more space, use additional sheets of paper the same size as this form.

COUNTRIES WHERE YOU ARE AT RISK OF SERIOUS HARM**3. List the country or countries where you believe you are at risk of serious harm.**

(a)	_____	(c)	_____
(b)	_____	(d)	_____

YOUR CITIZENSHIP**4. List each country of which you are or have been a citizen.**

Country	Present status	How citizenship was acquired (e.g. by birth, by marriage, etc)	Date citizenship was acquired (year/month/day)
(a)			
(b)			
(c)			
(d)			
(e)			
(f)			

YOUR FAMILY**5. List your relatives, living or dead, in the order below. Use an additional sheet if you need more space.**

- i. Your spouse(s), or your common-law partner, including your same-sex partner
- ii. Your children, including children born outside of marriage and adopted children
- iii. Your parents
- iv. Your brothers and sisters, including half-brothers and half-sisters

Family or last name(s) / surname(s)	Given or first name(s)	Relationship (e.g. mother, son)	Date of birth ¹	Citizenship(s)	Place and country where they live ²
(a)					
(b)					
(c)					
(d)					
(e)					
(f)					
(g)					
(h)					
(i)					
(j)					
(k)					

¹ If you do not know the date, give the person's approximate age (___years)

² If person is dead, give the date of death (year/month/day)

PREVIOUS PROTECTION CLAIMS

6. If you or any of your relatives listed in the question above, have claimed refugee protection or asylum in Canada or in any other country [including at a Canadian office in another country or from the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)], provide details here.

Family or last name(s) / surname(s)	Given or first name(s)	Relationship (e.g. mother, son)	Date of claim	Country or UNHCR	Result ¹	IRB file no. and CIC ² client ID no.
(a)						
(b)						
(c)						
(d)						
(e)						
(f)						
(g)						

¹ For example: accepted, rejected, not completed

² Citizenship and Immigration Canada

VISA APPLICATIONS TO CANADA

7(a)	Did you apply for a visa to enter Canada? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No	7(b)	If "YES", date of the application (year/month/day)
7(c)	At which Canadian office?	7(d)	Was the application accepted? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No
7(e)	Type of Canadian visa applied for <input type="checkbox"/> Work <input type="checkbox"/> Visitor <input type="checkbox"/> Immigrant <input type="checkbox"/> Student <input type="checkbox"/> Other		
7(f)	Date visa was issued (year/month/day) and duration	7(g)	Date visa application was refused (year/month/day)
7(h)	Reason for visa refusal		

WHERE YOU CAN BE CONTACTED IN CANADA

8(a)	Street number and name			8(b)	Room, floor or apartment number
8(c)	City	8(d)	Province	8(e)	Postal Code
				8(f)	Telephone number, including area code

IF YOU MOVE, YOU MUST GIVE THE IRB YOUR NEW ADDRESS IMMEDIATELY. Please use the notification of client contact information form in your Claimant's Kit.

YOUR COUNSEL

9(a) Do you have counsel (for example, a lawyer, immigration consultant, family member or other person who will be helping you with your refugee protection claim before the Refugee Protection Division)?			
<input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No			
If "YES", did your counsel help you to complete this Basis of Claim Form? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No will your counsel be representing you at your refugee protection hearing? <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No			
9(b) Name of your counsel			
9(c) Address			
9(d) City		9(e) Province	9(f) Postal Code
9(g) Telephone number, including area code		9(h) Fax number, including area code	9(i) Email address
9(j) Check one:			
9(k) <input type="checkbox"/> Lawyer (or notary if practising in Quebec) Province: _____ <input type="checkbox"/> Member of Immigration Consultants of Canada Regulatory Council		Membership identification number	
9(l) <input type="checkbox"/> Family member <input type="checkbox"/> Other		Relationship	

The *Immigration and Refugee Protection Act* makes it an offence for any person not authorized under the Act to knowingly, directly or indirectly, represent or advise a person for consideration – or offer to do so – in connection with a proceeding or application under that Act. (Consideration includes money, or any other form of compensation or reward.)

If you get counsel or if you change counsel in the future, you must inform the IRB immediately. Please use the special form in your Claimant's Kit.

LANGUAGE AND INTERPRETER

10(a) Language you would like the IRB to use with you (for example, during your hearing and in documents)	
Canada has two official languages: English and French. Please choose the official language you would like the IRB to use with you: <input type="checkbox"/> English <input type="checkbox"/> French	
10(b) Interpreter for your language or dialect	
If you do not understand English or French, we will provide an interpreter for you at your hearing. Please write the language and dialect you want to use. If you do not need an interpreter, write "N/A" (not applicable). <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>_____</div> <div>_____</div> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>Language</div> <div>Dialect</div> </div>	

If you want to change the language of your hearing [Question 10(a) above] or the language or dialect of interpretation [Question 10(b) above], you must inform the IRB in writing at least 10 days before your hearing. Please see the Claimant's Guide for more information.

YOUR DECLARATION AS A CLAIMANT

11. If you **DID NOT** require the assistance of an interpreter to complete this form, you must complete **DECLARATION A**.

If you **DID** require the assistance of an interpreter to complete this form, you must complete **DECLARATION B**. **Make sure that all the questions and answers and instructions in the form, including this one, are interpreted to you before you sign DECLARATION B.**

DECLARATION A

I declare that the information I have provided in this form is complete, true and correct. I declare that I am able to read English and that I have fully read and fully understood the entire content of this form and all attached documents. My declaration has the same force and effect as if made under oath.

Your signature

Date (year/month/day)

DECLARATION B

I declare that the entire content of this form and all attached documents have been interpreted to me. I declare that the information I have provided in this form is complete, true and correct. My declaration has the same force and effect as if made under oath.

Your signature

Date (year/month/day)

It is a serious offence to provide false or misleading information. Your claim may also be rejected - and any favorable decision, if already given, revoked, if you give information that is not true or is misleading, or if you try to hide important information.

INTERPRETER'S DECLARATION

12. I, (print full name clearly) _____, hereby declare that I have accurately interpreted the entire content of this form and all attached documents for the claimant from the English language to the _____ language (state dialect, if any). I am proficient in both of these languages (and dialect, if any) and was able to communicate effectively with the claimant. **The claimant has assured me that he/she understood the entire content of this form and all attached documents and the answers provided, as interpreted by me.**

Interpreter's signature

Date (year/month/day)

Appendix

Instructions for Completing Your Basis of Claim Form

In order for you to get refugee protection in Canada, the Immigration and Refugee Board of Canada (IRB) must decide that you are a "Convention refugee" or a "person in need of protection." These terms are defined in Canada's *Immigration and Refugee Protection Act*, and you can find the definitions in the *Claimant's Guide* in your *Claimant's Kit*.

The purpose of your Basis of Claim Form (BOC Form) is to present your claim for refugee protection to the Refugee Protection Division of the IRB. All members of your family who are claiming refugee protection must provide their own BOC Form, even though your claims will be processed together. The information given in each person's BOC Form will be used to make decisions in the claims of the other family members. For more information to help you complete your BOC Form, please see the *Claimant's Guide* in your *Claimant's Kit*.

Answering the questions

- Please see the *Claimant's Guide* for more information before completing your BOC Form.
- The information you give in your BOC Form must be **complete, true and correct**. Your BOC Form will be used as evidence in your claim for refugee protection, and you will be asked questions about the information you give in the form. Your claim may be rejected if you give information that is not true or if you try to hide important information.
- Make sure that you understand the instructions and the questions, before you write your answers. If you do not understand a question, ask someone to explain it to you.
- **You must answer all of the questions in the form.** If a question does not apply to you, write "N/A" (not applicable) as your answer.
- Give details in all of your answers, and include dates and names of places and persons. If you need more space, use additional sheets of paper the same size as the BOC Form.
- Sign the applicable claimant's declaration at the end of the form when you are finished.

Language

You can obtain and complete the BOC Form in either of Canada's official languages: English or French. If you do not understand English or French, you will need to get an interpreter. Make sure that the interpreter reads all of the questions in the form to you and that the interpreter understands your answers. You and the interpreter must both sign the form when you are finished. The *Claimant's Guide* provides more information about choosing between English and French and about asking for an interpreter for your hearing.

Children less than 18 years old

- Children 6 years old or younger who are claiming refugee protection with a parent: Complete only the "WHO YOU ARE" section of the BOC Form. The form must be signed by the child's parent or the person named by the IRB to represent the child in their claim.
- Children 7 to 17 years old who are claiming refugee protection with a parent: Complete the entire BOC Form. The form must be signed by the child's parent or the person named by the IRB to represent the child in their claim.
- Children of any age under 18 who do not have an adult with them: The person named by the IRB to represent the child in their claim must complete the entire BOC Form and sign it.

Documents

You must show the IRB evidence of who you are by giving the IRB official documents with your name and date of birth on them. For example, you can give a passport, national identity card, birth certificate, school certificate, driver's licence, military document, professional or religious membership card. If you do not have documents like this with you, you need to do everything you can to get them immediately. If you still cannot get these documents, you will need to explain the reason for this at your hearing and show that you did everything you could to get them.

Attach two copies of all documents (identity, travel or other documents) that you have with you now to support your claim for refugee protection, including documents that are not genuine, documents that you got in an irregular or illegal way or by giving information that is not true, and documents you used that do not really belong to you. In addition to the documents listed above, you can include proof of membership in political organizations, medical or psychological reports, police documents, business records, news clippings, visas, and airplane, train or bus tickets. Include certified translations in English or French for all documents if they are in a language other than English or French. Translations are certified when they include the translator's name, the language and dialect, if any,

translated, and a statement that the translation is accurate, signed by the translator. You must pay for these translations yourself. You must bring the originals to your hearing (or give them to the IRB sooner if the IRB asks for them), unless the documents have been seized by Citizenship and Immigration Canada (CIC) or Canada Border Services Agency (CBSA). Please see the *Claimant's Guide* for more information.

If you get more identity or travel documents that support your claim after you have provided your BOC Form, give two copies to the IRB without delay.

If you get more documents, other than identity or travel documents, that support your claim after you have provided your BOC Form, give one copy to the IRB and a copy to the Minister, if the Minister is a party, at least 10 days before your hearing.

Deadline and process for submitting the BOC Form to the IRB

1. If you are making your claim at an immigration office inside Canada, you must bring the completed BOC Form and one copy with you to your eligibility interview.

2. If you made your claim on arrival at a port of entry (an airport, seaport or land border crossing), you must give your completed **original** BOC Form and one copy to the IRB no later than 15 calendar days after the date that the immigration officer gives you the blank BOC Form.

You can bring the completed BOC Form and the copy, yourself, to the IRB office listed on your Notice to Appear, or you can send the form by courier, fax (if the document is no more than 20 pages long, unless the IRB consents to receiving more than 20 pages) to that IRB office but you are responsible for them being received by the due date. **(Note: If the BOC Form is faxed to the IRB, the original must be provided at the beginning of the hearing.)**

Failure to provide the completed BOC Form to the IRB by the deadlines

If you made your claim on arrival at a port of entry and the IRB does not receive your completed BOC Form within 15 calendar days, you will have to go to a special hearing no later than five working days after the deadline and explain why the IRB should not declare your claim abandoned or, in other words, why you should be allowed to continue with your claim. The IRB may accept or reject your explanation. If it rejects your explanation, your claim will be declared abandoned which means you will not be allowed to continue with your claim, or make another claim for refugee protection in the future.

If you have counsel, **you** are responsible for making sure that your counsel meets the deadlines

Making changes

If your information changes or if you want to add information, you must inform the IRB. Underline the information you changed or added to your BOC Form, sign and date the changed pages, and send the original and one copy to the IRB. You must also sign a declaration stating that the information you have given in the BOC Form, together with the changes and additions you have made, is complete, true and correct. The IRB must receive these pages and the declaration at least 10 days before your hearing.

Your personal information

The confidentiality of the information you provide in this form is protected by the *Privacy Act*. Your personal information may be disclosed only in the circumstances where such disclosure is permitted under the terms of that Act and of the *Access to Information Act*.

Disclosure in other claims

Although the confidentiality of the personal information you give in your BOC Form is protected, your information may be used in other claims that are related to yours or similar to yours, even if the other person is not claiming refugee protection with you. Before releasing this information to another claimant, the IRB will try to inform you about this in writing. To make sure that you receive this information, remember to give the IRB your new address when you move, even after you have received a decision on your claim. The IRB will not release the information if there is a serious possibility that releasing it will put someone's life, liberty or security in danger or is likely to cause an injustice. If you do not want your personal information to be released, please explain on a separate sheet of paper why you think there is a serious possibility that releasing your information may put someone's life, liberty or security in danger or is likely to cause an injustice. Attach the sheet of paper to your BOC Form.

Disclosure to other organizations

The personal information you provide on this form is collected under the authority of the *Immigration and Refugee Protection Act* for the purpose of determination of your claim for refugee protection by the IRB. Your personal information may be shared with other organizations including the Canada Border Services Agency (CBSA), Citizenship and Immigration Canada (CIC), the Canadian Security Intelligence Service (CSIS) and law enforcement agencies, for the purpose of administration and enforcement of the *Immigration and Refugee Protection Act*.

ANEXO II

Mapa Mundial – Overview

Sexual Orientation Laws in the World

ILGA, the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

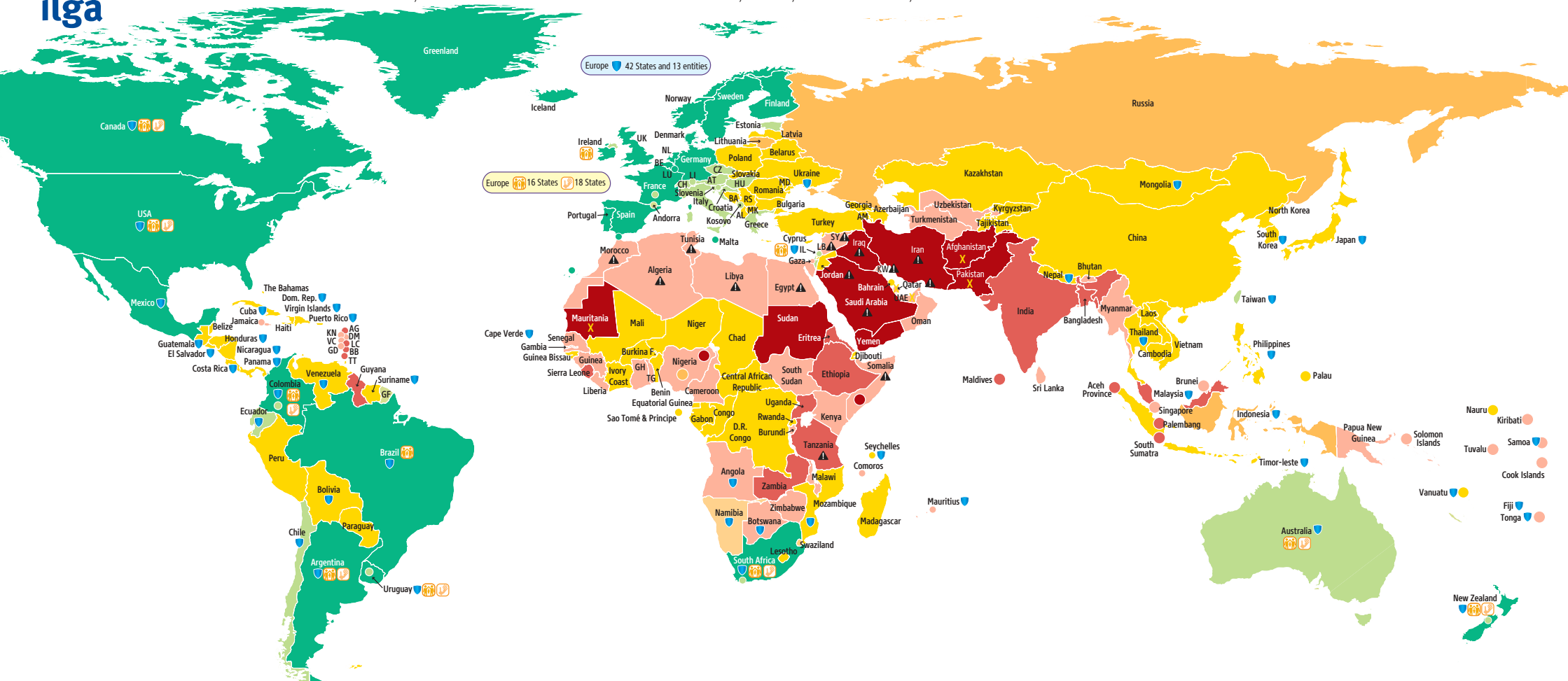
Maio de 2017.



SEXUAL ORIENTATION LAWS IN THE WORLD - OVERVIEW

ILGA, THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION

MAY 2017
ILGA.ORG



CRIMINALISATION

72 STATES

DEATH	implemented in 8 States (or parts of)	14 Y - life (prison)	14 States
	not implemented in 5 States	Up to 14 Y	57 States
!	Religious-based laws alongside the civil code: 19 States	'Promotion' laws	3 States
		No penalising law	

In green, yellow and orange countries, same-sex sexual acts were decriminalised or never penalised: **123 States**

PROTECTION

85 States

Many States run concurrent protections

Constitution	9 States
Employment	72 States
Various	63 States
Hate crime	43 States
Incitement to hate	39 States
Ban on 'conversion therapy'	3 states

RECOGNITION

47 States

A small number of States provide for marriage and partnership concurrently

Marriage	24 States	Joint adoption	26 States
Partnership	28 States	2nd parent adoption	27 States

Separate detailed maps for these three categories are produced alongside this Overview map.

The data represented in these maps are based on *State-Sponsored Homophobia: a World Survey of Sexual Orientation Laws: Criminalisation, Protection and Recognition*, an ILGA report by Aengus Carroll and Lucas Ramón Mendos. The report and these maps are available in the six official UN languages: English, Chinese, Arabic, French, Russian and Spanish on ILGA.org. This edition of the world map (May 2017) was coordinated by Aengus Carroll and Lucas Ramón Mendos (ILGA), and designed by Eduardo Enoki (eduardo.enoki@gmail.com).